

BOLETIM OFICIAL
DO
MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
(1916/17; 1922; 1929/1936)

Sumários e Índices de Autores, Títulos e Diplomas Legais

Título:

BOLETIM OFICIAL DO MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (1916/17; 1922; 1929/36):
Sumários e Índices de Autores, Títulos e Diplomas Legais

Autor:

Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência

Elaborado por:

Isabel Sanches

1.^a edição

Elaborado em: 2020

ÍNDICE

○ Sumários	pág. 01
○ Índice de Autores	pág. 46
○ Índice de Títulos	pág. 51
○ Índice de Diplomas Legais	pág. 57

Nota: nos sumários e títulos foi respeitada a ortografia original

BOLETIM OFICIAL DO MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública. – A. 1, n. 1 (Mar. 1916)-a. 2, n. 20/22 (1917); s. 2, a. 3, n.º 1/3 (1922); a. 1, n. 1/2 (1929) - a. 6, fasc. 3/4 (1936). – Coimbra : Imprensa da Universidade, 1916-1936.

Mensal. – Eventual a partir de 1922.

1916, a. 1, n.º 1

Secção Pedagógica

A obra pedagógica da República	p. 5
Educação, por <i>A. Freire d'Andrade</i>	p. 9
A República e a escola primária, por <i>Amaro de Oliveira</i>	p. 12
A agudeza visual e a auditiva debaixo do ponto de vista pedagógico, por <i>A. Aurélio da Costa Ferreira</i>	p. 15

Secção Oficial

Sôbre educação cívica: circulares expedidas pela secretaria geral em Maio e Junho de 1915	p. 27
Instrução primária e normal:	p. 30
Sôbre levantamento de subsídios para construção de escolas primárias (Decreto n.º 2172)	p. 30
Nomeação, pela ordem de mérito, dos candidatos aprovados nos concursos para provimento das escolas primárias das cidades de Lisboa e Porto (Decreto n.º 2214)	p. 31
Concurso para a escola e publicação de um livro sôbre educação cívica	p. 31
Louvores públicos por serviços prestados à instrução (Portarias)	p. 35
Circulares;	p. 37
Sôbre o vencimento dos professores de Instrução Primária, quando se encontrem na inactividade por motivo de doença	p. 37
Sôbre a qualificação de serviços dos professores de instrução primária, quando se encontrem na inatividade por motivo de doença	p. 37
Sôbre o provimento definitivo dos professores de instrução primária	p. 38
Sôbre o provimento interino das escolas primarias	p. 38
Instrução secundária:	
Ensino particular e ensino doméstico (Portaria n.º 553)	p. 41
Transferências dos alunos dos liceus (Portaria n.º 554)	p. 41
O Liceu Nacional de Portalegre passa a denominar-se Liceu de Mousinho da Silveira (Decreto n.º 2188)	p. 42
Provimento de lugares de professores agregados dos liceus (Decreto n.º 2196)	p. 42
Instrução universitária:	
Criação de uma Comissão Central de Meteorologia para o estudo e regulamentação de todos os serviços meteorológicos do país (Decreto n.º 2189)	p. 44

Matrícula no 1.º ou no 2.º ano, cumulativamente com o ano seguinte, dos alunos da Faculdade de Medicina de Lisboa, que se encontram em determinadas situações (Lei n.º 478)	p. 45
Instrução artística:	p. 45
O Mosteiro de Travanca, no Concelho de Amarante, considerado monumento nacional (Decreto n.º 2199)	p. 45
Proibição aos funcionários encarregados do arrolamento ou conservação de objectos artísticos pertencentes ao Estado, ou da sua aquisição para os museus nacionais, de negociar em objectos da mesma natureza (Lei n.º 483)	p. 46
Instrução industrial e comercial:	
Distribuição do tempo dos exercícios escolares nas escolas de ensino elementar industrial e comercial (Decreto n.º 2195)	p. 47
Escolas móveis:	
Relatório do inspector e mapas estatísticos, por <i>João Bernardo Gomes</i>	p. 48
Escolas portuguesas no estrangeiro:	
Regulamento do serviço e do provimento das escolas de língua, história e geografia portuguesas no estrangeiro	p. 56

1916, a. 1, n.º 2

Secção Pedagógica

A aritmética e a geometria na escola primária (súmula duma conferência pedagógica), por <i>P.J. da Cunha</i>	p. 61
Subsídios para a organização do ensino profissional-artístico de canteiros – inquérito à indústria da pedra nas regiões da Alta Estremadura e do Mondego, por <i>Ernesto Korrodi</i>	p. 78
A obra pedagógica da República – estatísticas – escolas primárias oficiais existentes em 31 de Dezembro de 1915, com a indicação das que foram criadas pela República	
Distrito de Aveiro	p. 95

Secção Oficial

Museu Pedagógico de Lisboa: relatório sobre o seu inventário e organização, por <i>Casimiro Freire</i>	p. 125
Instrução primária e normal:	p. 133
Sobre a fixação das taxas da contribuição municipal para instrução primária e diversas providências respeitantes ao abôno do subsídio do Estado às câmaras municipais (Decreto n.º 1843)	p. 133
Nomeação de comissões encarregadas de proceder aos trabalhos preparatórios para a instalação das novas escolas normais primárias (Decreto e portarias)	p. 138
Nomeação de uma comissão para dirigir as obras de construção da nova Escola Normal de Lisboa (Decreto)	p. 140
Para a entrega, do Ministério do Fomento ao da Instrução Pública, dos terrenos destinados à construção do edifício da nova escola normal de Lisboa (Portaria)	p. 141
Sobre a equivalência entre as várias escalas de valores dos diplomas de habilitação para o magistério primário (Decreto n.º 2333)	p. 141

Circulares:

Sobre a distribuição da verba de expediente nas escolas primárias onde há mais de um professor	p. 143
Sobre a classe que devem reger os professores interinos das escolas primárias	p. 143
Contra o emprego da palmatória nas escolas primárias	p. 144
Sobre a rotação dos professores na regência das classes das escolas primárias	p. 144
Sobre propaganda patriótica, por motivos do nosso estado de guerra com a Alemanha	p. 145

Instrução secundária:

Revogação do Artigo 16.º do Decreto n.º 1637, que criou um curso especial de educação feminina no Liceu de Maria Pia (Decreto n.º 2226)	p. 146
Sobre cadernos escolares dos alunos de instrução secundária – modificação do Decreto n.º 1880 (Decreto n.º 2263)	p. 146
Normas a que devem obedecer as primeiras nomeações e transferências dos professores de ensino secundário quando ocorra alguma vaga no quadro dos professores efectivos de qualquer liceu (Decreto n.º 2264)	p. 148

Instrução universitária:

Revogação do disposto no n.º 2 da Portaria de 14 de Outubro de 1911, sobre matrículas nas Universidades de Lisboa e Pôrto (Portaria n.º 539)	p. 149
Autorização aos senados das Universidades para abonarem as faltas dadas pelos respectivos alunos por motivos de dúvidas na interpretação e aplicação dos regulamentos escolares (Decreto n.º 2230)	p. 150
Permissão aos indivíduos habilitados com o curso das escolas normais primárias para se matricularem no curso de habilitação ao magistério primário superior (Lei n.º 488)	p. 151
Terminação do ano lectivo corrente na Faculdade de Estudos Sociais e de Direito da Universidade de Lisboa (Decreto n.º 2246)	p. 151
Designação das disciplinas do quadro geral das Faculdades de Ciências que constituem o curso de habilitação ao magistério primário superior, Secção de Ciências (Decreto n.º 2250)	p. 152
Suspensão de uma disposição no plano de organização da Faculdade Técnica da Universidade do Pôrto (Decreto n.º 2283)	p. 153
Época extraordinária de exames de Estado, durante os meses de Março e Abril de 1916, para os alunos do 5.º ano jurídico das Faculdades de Direito das Universidade de Coimbra e Lisboa (Lei n.º 498)	p. 153
Sobre a regência do Curso de Medicina Legal professado nas Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e Lisboa (Lei n.º 499)	p. 154
Encerramento dos trabalhos escolares da Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra, no ano lectivo de 1915-1916 e autorização da transferência dos alunos daquela escola para a de Lisboa (Decreto n.º 2319)	p. 154

Instrução industrial e comercial:

Nomeação de uma comissão para proceder à elaboração de um projecto de regulamento do ensino elementar industrial e comercial (Portaria)	p. 156
---	--------

Instrução agrícola:

Abertura de um crédito especial no Ministério das Finanças a favor do de Instrução Pública, a fim de ocorrer, no ano económico de 1915-1916, às despesas com a conclusão do edifício do Instituto Superior de Agronomia (Decreto n.º 2284)	p. 156
--	--------

É considerada matrícula ordinária a dos alunos do Instituto Superior de Agronomia matriculados como alunos voluntários no ano lectivo de 1915-1916 (Lei n.º 496) p. 157

Instrução artística:

Criação de um novo arquivo, com sede no edifício do extinto Paço Patriarcal de S. Vicente, para instalação de livros de registos paroquiais (Decreto n.º 2225) p. 158

Criação de um museu regional de obras de arte e peças arqueológicas na cidade de Viseu, sob a denominação de "Museu de Grão Vasco" (Decreto n.º 2284-C) p. 159

Aprovação do regulamento do Museu Nacional de Arte Antiga (Decreto n.º 2284-D) p. 160

A Igreja Matriz da Ermida, no concelho de Castro Daire, considerada monumento nacional (Decreto n.º 2303) p. 168

Louvores públicos por serviços prestados à instrução e à arte nacional (Portarias) p. 169

1916, a. 1, n.º 3

Secção Pedagógica

A árvore na escola primária, por *Tude M. de Sousa* p. 175

Decoração de escolas primárias: memória justificativa de uma proposta para a decoração da escola de Alcântara, por *Raul Lino* p. 191

Subsídios para a organização do ensino profissional-artístico de canteiros – inquérito à indústria da pedra nas regiões da Alta Estremadura e do Mondego (continuação), por *Ernesto Korrodi* p. 195

Pelo estrangeiro – factos e ideas p. 208

A obra pedagógica da República – estatísticas –: escolas primárias oficiais existentes em 31 de Dezembro de 1915, com a indicação das que foram criadas pela República

Distrito de Beja p. 222

Secção Oficial

Secretaria Geral

Decretos providenciando sôbre a preparação militar dos alunos de estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério de Instrução (Decreto n.º 2373, Decreto n.º 2379, Decreto n.º 2384, Decreto n.º 2385, Decreto n.º 2386) p. 237

Autorização aos conselhos escolares dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério de Instrução para abonarem as faltas dadas pelos respectivos alunos por motivos de dúvidas na interpretação e aplicação dos regulamentos escolares (Lei n.º 528) p. 243

Instrução primária e normal:

Circulares:

Sôbre a importância dos emolumentos e sêlos a cobrar pelas certidões passadas pelas inspecções dos círculos escolares p. 243

Sôbre a época em que deve ser qualificado o serviço dos professores de instrução primária p. 244

Instrução universitária:

Nomeação de uma comissão para estudar as novas bases de ensino médico (Portaria) p. 244

Instrução industrial e comercial:

Programa das matérias para o exame de admissão na Escola de Construções, Indústria e Comércio, no ano lectivo 1916-1917 (Portaria n.º 659) p. 245

Instrução artística:

Concurso para provimento de dois lugares de conservadores vagos no Museu Nacional de Arte Antiga p. 251

Louvores públicos por serviços prestados à instrução e à arte nacional (Portarias) p. 252

1916, a. 1, n.º 4

Secção Pedagógica

Sôbre umas provas de exame da atenção voluntária visual, por *A. Aurélio da Costa Ferreira* p. 257

Os progressos da técnica e assistência cirúrgicas em campanha : relatório a sua Excelência o Ministro da Instrução Pública, por *Reinaldo dos Santos* p. 271

Subsídios para a organização do ensino profissional-artístico de canteiros – inquérito à indústria da pedra nas regiões da Alta Estremadura e do Mondego (continuação), por *Ernesto Korrodi* p. 330

A obra pedagógica da República – estatísticas – escolas primárias oficiais existentes em 31 de Dezembro de 1915, com a indicação das que foram criadas pela República Distrito de Braga p. 345

Secção Oficial

Secretaria Geral

Decretos providenciando sôbre a preparação militar dos alunos de estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério de Instrução (Decreto n.º 2412, Decreto n.º 2413) p. 383

Instrução primária e normal:

Permissão para fazerem exames de instrução primária 1.º e 2.º grau, num só acto, fora da época regulamentar, aos indivíduos que estejam em determinadas circunstâncias (Lei n.º 543) p. 384

Criação de um fundo permanente denominado "Fundo das Construções Escolares" (Lei n.º 563) p. 385

São colocados ao abrigo da Lei de 3 de Junho de 1913, com direito de preferência no provimento de escolas de ensino primário, os professores dos centros e outras agremiações republicanas que legalizaram os atestados das juntas de paróquias (Lei n.º 583) p. 390

Revogação da Lei n.º 449, que criou nas cidades de Lisboa e Pôrto quadros de pessoal docente das escolas primárias e infantis (Lei n.º 584) p. 390

É suspensa por um ano a execução da Lei n.º 233, de 7 de Julho de 1914, que reorganizou o ensino normal primário (Lei n.º 588) p. 391

Circulares sôbre o abôno de vencimento aos professores de instrução primária chamados a prestar serviço militar p. 392

Instrução secundária:

Estabelece-se que só o curso de farmácia professado dentro de determinado período seja equiparado ao curso geral dos liceus (1.ª secção) (Portaria n.º 690) p. 392

No ano escolar de 1915-1916 podem ser dispensados da idade legal os alunos dos liceus que requeiram exame da 1. ^a e 2. ^a secção do curso geral e dos cursos complementares de ciências e letras (Decreto n.º 2430)	p. 393
No ano escolar de 1915-1916 os alunos externos do curso secundário residentes nas áreas dos Liceus de Alves Martins, de Camilo Castelo Branco e de Emídio Garcia ficam desobrigados da apresentação do caderno escolar (Decreto n.º 2431)	p. 394
Instrução universitária:	
Nomeação de uma comissão para elaborar os regulamentos para a execução de decreto que criou as escolas normais superiores (Portaria)	p. 394
Autorização ao governo para coordenar num só diploma toda a legislação relativa à organização dos estudos jurídicos professados na Faculdade de Direito de Coimbra e na de Estudos Sociais e de Direito da Universidade de Lisboa (Lei n.º 582)	p. 395
Criação de uma cadeira de estudos brasileiros na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Lei n.º 586)	p. 396
Instrução industrial e comercial:	
Regulamento para os exames de admissão na Escola de Construções, Indústria e Comércio, no ano lectivo de 1916-1917 (Decreto n.º 2419)	p. 397
A Escola Industrial e Comercial de Braga passa a funcionar no edifício onde está instalado o Liceu de Sá de Miranda, e no quadro das disciplinas da mesma escola é incluída a disciplina de inglês (Lei n.º 589)	p. 398
Criação de um lugar de professor da 10. ^a disciplina do curso preparatório para a Escola de Construções, Indústria e Comércio, professado na Escola de Rodrigues de Sampaio (Lei n.º 598)	p. 399
Instrução artística:	
Revogação da disposição da Lei orçamental n.º 226, de 30 de Junho de 1914, que reduziu a quatro o número de primeiros bibliotecários da Biblioteca Nacional de Lisboa (Lei n.º 592)	p. 399
A Igreja de Lourosa, do Concelho de Oliveira do Hospital, é classificada como monumento nacional (Decreto n.º 2445)	p. 400

1916, a. 1, n.º 5

Secção Pedagógica

O mestre em frente do aluno, por <i>Luís Cardim</i>	p. 403
Esbôço de reforma dos serviços de sanidade escolar, por <i>Costa Saccadura</i>	p. 408
Base de reorganização do Ministério da Instrução Pública, por <i>Carlos Babo</i>	p. 415
Subsídios para a organização do ensino profissional-artístico de canteiros – inquérito à indústria da pedra nas regiões da Alta Estremadura e do Mondego (continuação), por <i>Ernesto Korrodi</i>	p. 419
A obra pedagógica da República – estatísticas – escolas primárias oficiais existentes em 31 de Dezembro de 1915, com a indicação das que foram criadas pela República	
Distritos de Bragança e Castelo Branco	p. 443

Secção Oficial

Instrução primária e normal:

Condições em que se devem realizar os exames de instrução primária do 1.º e 2.º grau no ano lectivo de 1915-1916 (Decreto n.º 2449) p. 497

Admissão à matrícula nas escolas de ensino normal primário (Decreto n.º 2455 e Decreto n.º 2517) p. 502

Permissão para nas escolas móveis se realizarem exames sobre as matérias do 1.º grau da instrução primária (Decreto n.º 2482) p. 504

Atribuições da Comissão Administrativa dos trabalhos de construção da nova Escola Normal de Lisboa (Decreto n.º 2482-C) p. 505

Transferência da sede do círculo escolar de Santa Comba Dão para Tondela (Decreto) p. 508

Circulares:

Sobre reclamações e recursos das deliberações administrativas em matéria de instrução primária p. 508

Sobre a interferência dos professores de instrução primária na política partidária local p. 508

Sobre a defesa escrita dos professores de instrução primária nos processos disciplinares p. 509

Instrução universitária:

Concessão de autonomia pedagógica e financeira às universidades e mais escolas de ensino superior (Lei n.º 616) p. 510

Terminação do ano lectivo de 1915-1916 na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Decreto n.º 2458) p. 512

Fixação dos prazos para a entrega dos requerimentos para exames de Estado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e para a organização e exame dos processos (Decreto n.º 2467) p. 512

É determinado que possa ser ministrada também no Liceu Gil Vicente a prática pedagógica a que se refere o decreto que criou as Escolas Normais Superiores (Decreto n.º 2509) p. 513

Aditamento à legislação da Academia de Ciências de Portugal p. 514

Instrução industrial e comercial:

Equiparação das cadeiras similares das Faculdades de Ciências e do Instituto Superior Técnico para o efeito de admissão à matrícula na Escola Naval (Decreto n.º 2466) p. 519

Passagem de diplomas aos indivíduos habilitados com a parte escolar dos cursos especiais do Instituto Superior Técnico (Decreto n.º 2468) p. 519

Instrução artística:

Reorganização do corpo docente da Escola de Música do Conservatório (Lei n.º 618) p. 520

Louvores públicos por serviços prestados à instrução e à arte nacional (Portarias) p. 521

Biblioteca do Ministério de Instrução Pública: relação das obras obtidas por compra com destino a essa Biblioteca p. 522

1916, a. 1, n.º 6/12

Secção Pedagógica

Ensino técnico – I, por <i>Bento Carqueja</i>	p. 529
A visão das cores, por <i>A. Aurélio da Costa Ferreira</i>	p. 538
Lições de História de Portugal (6.ª classe dos liceus) – ensino secundário, por <i>F. A. da Costa Cabral</i>	p. 557
Esbôço de reforma dos serviços de sanidade escolar (continuação), por <i>Costa Saccadura</i>	p. 583
Subsídios para a organização do ensino profissional-artístico de canteiros – inquérito à indústria da pedra nas regiões da Alta Estremadura e do Mondego (conclusão), por <i>Ernesto Korrodi</i>	p. 593
A obra pedagógica da República – estatísticas – escolas primárias oficiais existentes em 31 de Dezembro de 1915, com a indicação das que foram criadas pela República	
Distritos de Coimbra, Évora e Faro	p. 637

Secção Oficial

Museu Pedagógico de Lisboa: relatório sobre o seu inventário e organização, por <i>Casimiro Freire</i>	p. 693
Secretaria Geral:	
Regulamento do Ministério de Instrução Pública (Decreto n.º 2946)	p. 694
Conselho de Instrução Pública:	
Criação de uma secção especial no Conselho de Instrução Pública para apreciação e julgamento do valor pedagógico dos livros escolares (Decreto n.º 2603)	p. 708
Inspeção de Sanidade Escolar:	
A Inspeção de Sanidade Escolar passa a funcionar sob a dependência directa da Secretaria Geral do Ministério (Decreto n.º 2549)	p. 709
Instrução primária e normal:	
Equivalência entre as escalas de valores dos vários regimes de instrução primária e normal (Decreto n.º 2640)	p. 710
Sobre a nomeação de professores interinos para as escolas de ensino normal (Decreto n.º 2652)	p. 711
Torna-se extensiva aos professores efectivos das escolas de ensino normal uma disposição do Decreto n.º 2652 sobre horas de serviço (Decreto n.º 2684)	p. 712
Nomeação de professores para a regência interina de disciplinas nas escolas de ensino normal e fixação das horas de serviço (Decreto n.º 2716)	p. 712
Os professores de instrução primária podem ser nomeados professores interinos das escolas anexas às escolas de ensino normal (Decreto n.º 2778)	p. 714
Relatório sobre a distribuição da verba para inspecções às escolas primárias, e circular aos inspectores dos círculos escolares sobre o mesmo assunto	p. 714
Compilação das disposições em vigor sobre legislação do ensino infantil, primário e normal primário (Decreto n.º 2887)	p. 719
Transferência, para a Câmara Municipal de Lamego, de um legado feito ao Estado para a construção de uma escola primária na mesma cidade (Decreto n.º 2899)	p. 763
Regulamento das escolas móveis (Decreto n.º 2909)	p. 764
Aprovação das normas técnicas, higiénicas e pedagógicas a quem devem satisfazer os novos edifícios escolares (Decreto n.º 2947)	p. 769

É dada preferência na nomeação para lugares de professores primários a um dos cônjuges, quando ambos concorreram a escolas em determinadas condições e em dêles seja promovido (Lei n.º 650)	p. 782
Circulares:	
Sôbre reclamações e recursos das deliberações administrativas em matéria de instrução primária	p. 783
Sôbre o exercício do ensino particular por indivíduos habilitados apenas com os cursos preparatório ou de Teologia dos seminários	p. 784
Sôbre qualificação do serviço dos professores de instrução primária	p. 784
Sôbre multas por faltas cometidas pelos alunos do 1.º grau de instrução militar preparatória	p. 785
Sôbre o abôno de faltas aos alunos da 1.ª e 2.ª classe das escolas de ensino normal que sejam mobilizados extraordinariamente	p. 786
Instrução secundária:	
Autorização para no ano lectivo de 1915-1916 se realizarem exames nos liceus, além de 15 de Agosto (Decreto n.º 2568)	p. 786
Disposições em vigor àcerca do ensino secundário feminino professado no Liceu Nacional de Maria Pia, em Lisboa, no Liceu Nacional Feminino do Pôrto e na secção feminina do Liceu Central do Dr. José Falcão, de Coimbra (Decreto n.º 2634)	p. 787
Forma de provimento dos lugares de professoras efectivas das disciplinas privativas do curso especial de educação feminina professado no Liceu de Maria Pia e no Liceu Feminino do Pôrto (Decreto n.º 2650)	p. 787
O ensino no Liceu de Gil Vicente é tornado extensivo ao curso complementar de letras (Decreto n.º 2685)	p. 790
Modificação da organização dos júris de concurso para o provimento das cadeiras de costura, trabalhos em malha e em rendas e bordados do curso especial de educação feminina (Decreto n.º 2686)	p. 791
O ensino no Liceu da Guarda é tornado extensivo aos cursos complementares de ciências e letras (Decreto)	p. 791
Permissão para que seja ministrado o curso complementar completo de ciências e letras em todos os liceus centrais de Lisboa e Pôrto (Lei n.º 637)	p. 792
Elevação do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo a Liceu Nacional Central (Lei n.º 638)	p. 792
O ensino no Liceu Central de Aveiro torna-se extensivo aos cursos complementares de ciências e letras (Decreto)	p. 793
Equiparação do diploma de farmacêutico ao de aprovação na 1.ª secção do curso geral dos liceus (Portaria n.º 834)	p. 793
Instrução universitária:	
Autorização à Universidade de Coimbra para contrair um empréstimo de 20 000\$ para a conclusão do edifício destinado à Faculdade de Letras da mesma Universidade (Decreto n.º 2604)	p. 794
Condições em que devem ser realizados os concursos de admissão à matrícula nas escolas normais superiores (Decreto n.º 2646)	p. 795
Os quatro exames do primeiro ciclo do curso das Faculdades de Medicina são considerados, para todos os efeitos, como exames académicos (Decreto n.º 2689)	p. 802
Aprovação do programa dos exames de admissão à matrícula no curso preparatório de habilitações ao Magistério Primário Superior instituído nas Faculdades de Ciências das três universidades da República (Decreto n.º 2784)	p. 803

Disposições sobre exames de bacharelato correspondentes às cinco secções das Faculdades de Letras e sobre o funcionamento das cadeiras de História de Portugal, Literatura Portuguesa e Geografia de Portugal e Colónias (Lei n.º 639)	p. 804
Aprovação do regulamento dos trabalhos práticos do ano de preparação pedagógica nas escolas normais superiores (Decreto n.º 2943)	p. 805
Aprovação do regulamento para a execução do artigo 16.º da Lei n.º 616, de 19 de Junho de 1916, na parte referente às Faculdades de Letras (Decreto n.º 2944)	p. 807
Aprovação do plano da organização dos cursos profissionais de fiação e tecelagem instituídos pela Faculdade Técnica da Universidade do Pôrto (Decreto n.º 2959)	p. 809
É autorizada a abertura de uma época excepcional de exames na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra para os alunos que se encontrem em determinadas circunstâncias (Lei n.º 652)	p. 811
Instrução industrial e comercial:	
Reconhecimento da existência legal da Associação Escolar da Escola Preparatória de Rodrigues Sampaio e aprovação dos seus estatutos (Portaria n.º 751)	p. 811
Substituição dos membros da Comissão Disciplinar da Escola de Construções, Indústria e Comércio durante os seus impedimentos (Decreto n.º 2605)	p. 818
Aprovação do regulamento da organização do ensino elementar industrial e comercial (Decreto n.º 2609-E)	p. 818
Concessão de dispensa dos respectivos tirocínios aos ex-alunos do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa que completam este ano o curso na Escola de Construções, Indústria e Comércio, sempre que provem não os ter pedido fazer em consequência de prestação de serviço militar (Decreto n.º 2609-T)	p. 898
Forma de provimento dos lugares de mestres de oficinas nas escolas industriais (Decreto n.º 2653)	p. 898
Composição dos cursos que devem ser professados na Escola Industrial do Professor Benevides (Decreto n.º 2788)	p. 899
Instrução agrícola:	
Permissão para o estabelecimento provisório do regime de internato para os alunos nas escolas práticas de agricultura (Decreto n.º 2669)	p. 901
Instrução artística:	
Criação de uma biblioteca erudita e de um arquivo distrital anexo na cidade de Leiria (Decreto n.º 2550-J)	p. 902
Autorização para serem transferidos para as bibliotecas do Estado ou Arquivos Distritais, dependentes da "Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos", todos os livros de notas, documentos e livros diversos pertencentes aos cartórios notariais de determinadas comarcas (Decreto n.º 2607)	p. 904
Regime dos concursos para admissão aos cursos superiores de piano, violino, e violoncelo na Escola de Música do Conservatório de Lisboa (Decreto n.º 2643)	p. 906
É encarregada uma comissão de propor ao Governo as edições oficiais e definitivas do hino nacional "A Portuguesa" (Decreto)	p. 909
Instituição de um curso de acompanhamento e leitura de partitura na Escola de Música do Conservatório de Lisboa (Decreto n.º 2719)	p. 910
Modificação de uma disposição do regulamento da Escola de Música do Conservatório de Lisboa sobre o abono de faltas (Decreto n.º 2711)	p. 911
Criação de uma biblioteca pública na Cidade de Bragança (Decreto n.º 2858)	p. 912
Criação de um arquivo distrital anexo à Biblioteca Pública de Évora (Decreto n.º 2859)	p. 914

É encarregado um conservador do Museu de Arte Antiga de promover a inventariação das peças de cerâmica artística existentes no país (Decreto)	p. 915
É fixado o diapasão que deve ser adoptado no fabrico de instrumentos musicais (Decreto n.º 2982)	p. 917
Correspondência:	
Montepio do Professorado Primário	p. 918

1917, a. 2, n.º 13/16

Secção Pedagógica

Universidade de Lisboa: a sua missão social, por <i>P. J. da Cunha</i>	p. 3
O ensino secundário – I, por <i>F. Adolfo Coelho</i>	p. 26
Considerações sobre a estética nas escolas, por <i>Raul Lino</i>	p. 42
Lições de História de Portugal (6.ª classe dos liceus) – ensino secundário (continuação), por <i>F. A. da Costa Cabral</i>	p. 60
Esbôço de reforma dos serviços de sanidade escolar (conclusão), por <i>Costa Sacadura</i>	p. 81
Inspeção pedagógica ao Liceu de Maria Pia: relatório, por <i>Pedro José da Cunha</i>	p. 104
A obra pedagógica da República – estatísticas – escolas primárias oficiais existentes em 31 de Dezembro de 1915, com a indicação das que foram criadas pela República	
Distrito da Guarda	p. 165

Secção Oficial

Secretaria Geral:

Providências para que os alunos de várias escolas dependentes do Ministério da Instrução Pública, admitidos à matrícula na Escola de Guerra, tenham concluído os seus exames a tempo de poderem apresentar-se na referida escola, no dia de abertura (Decreto n.º 3137)	p. 207
Alteração do horário da leitura pública na Biblioteca Nacional de Lisboa (Decreto n.º 3054)	p. 209
Regulamento sobre o provimento e promoção do pessoal das bibliotecas e arquivos nacionais (Decreto n.º 3076)	p. 210
Criação de bibliotecas populares junto dos hospitais civis de Lisboa (Decreto n.º 3163)	p. 215

Instrução primária e normal:

Torna-se aplicável aos professores das escolas de habilitações para magistério primário o disposto no Artigo 63.º do regulamento das escolas normais (Decreto n.º 3035)	p. 217
Aprovação do regulamento do fundo das construções escolares (Decreto n.º 3042)	p. 218
Transferência para a Câmara Municipal de Tabuaço, de um legado feito ao Estado para a construção de uma escola primária em Valença do Douro (Decreto)	p. 220
Aprovação do Regulamento provisório dos institutos do professorado primário oficial português (Decreto n.º 3089)	p. 221
A fiscalização do ensino das escolas móveis volta a ser feita pela inspeção das mesmas escolas (Decreto n.º 3164)	p. 231

Nomeação de uma comissão para estudar e elaborar diversos modelos de edifícios para instalação de escolas primárias (Portaria)	p. 231
Determina-se que sejam pagas nos termos do Artigo 120.º, § 2.º, do Decreto n.º 2887 certas despesas com os serviços de instrução primária (Decreto n.º 3176)	p. 232
Circulares:	
Sobre o regresso à efectividade do serviço dos professores que, depois de aposentados, forem reintegrados no magistério	p. 233
Sobre o entendimento a dar à Lei n.º 650, que dá preferência na nomeação para lugares de professores primários a um dos cônjuges, quando ambos concorreram a escolas em determinadas condições e um deles seja promovido	p. 233
Sobre a proibição aos inspectores escolares de exercerem o ensino particular ou, juntamente com o lugar de inspector, qualquer outro cargo público de nomeação ou eleição	p. 234
Louvores públicos por serviços prestados à instrução e à arte nacional (Portarias)	p. 234
Biblioteca do Ministério de Instrução Pública: relação das obras obtidas por compra com destino a esta biblioteca (Continua do n.º 5)	p. 240

1917, a. 2, n.º 17/19

Secção Pedagógica

Algumas deficiências da organização das Faculdades de Ciências, por <i>Rodolfo Guimarães</i>	p. 245
Ensino técnico – II, por <i>Bento Carqueja</i>	p. 256
Sobre a pigmentação da íris nalguns escolares portugueses, por <i>A. Aurélio da Costa Ferreira</i>	p. 285
Camões e a estética nos Lusíadas, por <i>João Ribeiro Christino da Silva</i>	p. 291
Três anos em Inglaterra, por <i>José de Araújo Correia</i>	p. 309
Relatório da Inspeção Pedagógica ao Liceu de Maria Pia (rectificações), por <i>P. J. da Cunha</i>	p. 333
A obra pedagógica da República – estatísticas – escolas primárias oficiais existentes em 31 de Dezembro de 1915, com a indicação das que foram criadas pela República	
Distrito de Leiria	p. 335
Serviços artísticos e arqueológicos	p. 354

Secção Oficial

Secretaria Geral – Biblioteca e arquivos nacionais:

Criação de um arquivo distrital anexo à Biblioteca Pública de Braga (Decreto n.º 3286)	p. 367
Incorporação da biblioteca do extinto Colégio de Campolide no quadro das bibliotecas dependentes do Ministério de Instrução Pública (Decreto n.º 3298)	p. 369
Nomeação de dois funcionários para elaborarem um roteiro histórico da Cidade de Lisboa (Portaria)	p. 370

Instrução primária e normal:

Permissão para residirem fora da sede das suas escolas aos professores de instrução primária que se encontrem em determinadas circunstâncias (Decreto n.º 3196)	p. 371
Aprovação de dois livros de educação cívica (Portaria)	p. 371
Modificação do estatuído sôbre o regime de permutas dos professores primários estabelecido pelo Decreto n.º 2887, de 5 de Dezembro de 1916 (compilação) (Lei n.º 723)	p. 372
Passam a fazer parte do júri dos exames finais nas escolas de ensino normal os professores de música e ginástica das mesmas escolas (Decreto n.º 3232)	p. 373
As despesas com os exames de instrução primária do 1.º grau constituem encargos dos municípios e as referentes aos exames do 2.º grau realizados nas sedes dos círculos escolares, constituem encargos do tesouro (Lei n.º 732)	p. 373
Condições em que se devem realizar os exames de instrução primária do 1.º e 2.º grau no ano lectivo de 1916-1917 (Decreto n.º 3234)	p. 374
É regulado o aumento de vencimentos dos professores de ensino primário (Lei n.º 748)	p. 380
É considerado oficial o Montepio do Professorado Primário, com sede no Pôrto (Lei n.º 757)	p. 381
É suspensa por um ano em relação a Lisboa, e por dois anos em relação a Coimbra e Pôrto, a execução da Lei n.º 233, de 7 de Julho de 1914, que organizou o ensino normal primário (Lei n.º 781)	p. 382
Admissão à matrícula nas escolas de ensino normal primário (Decreto n.º 3314)	p. 383

Instrução secundária:

Compilação das disposições existentes sobre ensino secundário (Decreto n.º 3091)	p. 384
Nomeação de uma comissão para dirigir e administrar as obras de construção de Liceu de Rodrigues de Freitas (Portaria)	p. 477
Elevação do Liceu Nacional de Mousinho da Silveira, de Portalegre, à categoria de Liceu Central (Lei n.º 697)	p. 477
Disposições atinentes a facilitar a entrada na Escola de Guerra aos alunos dos liceus e do Colégio Militar (Decreto n.º 3197)	p. 478
Redução do número de professores efectivos dos Liceus de Rodrigues de Freitas, de Passos Manuel e de Aveiro e aumento do número dos do Liceu de Gil Vicente (Lei n.º 730)	p. 479
Horário de serviços dos professores dos liceus (Lei n.º 755)	p. 480
É tornado extensivo aos cursos complementares de ciências e letras o ensino no Liceu de Angra do Heroísmo (Decreto n.º 3316)	p. 481

Instrução universitária:

Aprovação dos modelos das cartas de formatura (Bacharelato) e das cartas doutorais das Faculdades de Letras e de Ciências das universidades de Coimbra, Lisboa e Pôrto (Decreto n.º 2989)	p. 482
Aprovação do regulamento dos trabalhos do ano de iniciação na prática pedagógica das escolas normais e superiores (Decreto n.º 3012)	p. 485
Terminação do ano lectivo de 1916-1917 em 30 de Junho e comêço, em 1 de Março, do 2.º semestre escolar, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Decreto n.º 3013)	p. 489
Criação, no ano lectivo de 1916-1917, de uma época extraordinária de exames nas Faculdades de Direito de Coimbra e Lisboa (Lei n.º 674)	p. 490

É fixado o número de lições semanais de cada uma das disciplinas de preparação pedagógica das Escolas Normais Superiores das Universidades de Letras de Lisboa e Coimbra (Decreto n.º 3097)	p. 490
Permissão para serem admitidos a novos exames os alunos do período transitório das Faculdades de Medicina que ficaram reprovados nalguns exames do 5.º ano e os que se não apresentaram a exame (Decreto n.º 3247)	p. 491
Autorização para o Ministro da Instrução remodelar os quadros dos professores das universidades (Lei n.º 796)	p. 492
Organização de um instituto anexo da Academia de Ciências de Portugal, fundado na cidade de Bragança com a denominação de Instituto Científico-Literário de Trás-os-Montes	p. 492
Instrução industrial e comercial:	
Organização do cadastro do pessoal dos estabelecimentos de ensino dependentes da repartição de instrução industrial e comercial (Decreto n.º 3004)	p. 494
Designação dos professores que devem regular a orientação pedagógica do ensino de Desenho nas escolas industriais e comerciais (Decreto n.º 3108-F)	p. 498
Aprovação dos estatutos da Liga de Instrução e Educação da Escola Industrial do Professor Benevides e autorização para a mesma associação se instalar no edifício da referida escola (Portaria n.º 958)	p. 499
Programa das matérias para o exame de admissão à Escola de Construções, Indústria e Comércio, no ano lectivo de 1917-1918 (Portaria n.º 1024)	p. 505
Aprovação do regulamento para o exame de admissão à Escola de Construções, Indústria e Comércio, no ano lectivo de 1917-1918 (Decreto n.º 3276)	p. 509
Organização do quadro da secretaria e do pessoal menor da Escola Comercial de Ferreira Borges (Lei n.º 777)	p. 511
Instrução agrícola:	
É autorizado o conselho administrativo do Instituto Superior de Agronomia a contratar um empréstimo de 70 000\$ para a conclusão do edifício destinado à instalação do referido instituto (Lei n.º 660)	p. 512
Os indivíduos diplomados em agronomia ou silvicultura por escolas estrangeiras podem ser nomeados, mediante concurso, professores substitutos do Instituto Superior de Agronomia (Lei n.º 724)	p. 512
Instrução artística:	
Aprovação do regulamento do Museu Nacional de Arte Contemporânea (Decreto n.º 3026)	p. 513
Classificação de monumentos nacionais (Decreto n.º 3027)	p. 517
Criação de um museu regional de obras de arte, arqueologia e numismática, na cidade de Lamego (Decreto n.º 3074)	p. 518
Autorização ao Govêrno para permitir no Teatro Nacional de Almeida Garrett a apresentação de artistas estranhos aos quadros, e quaisquer societários possam ser transitóriamente dispensados do serviço naquele teatro e tomar parte em outros espectáculos em teatros de Lisboa ou Pôrto (Decreto n.º 3090)	p. 519
As cedências do Teatro de S. Carlos e do salão nobre anexo ao mesmo teatro passam a ser feitas por aluguer (Decreto n.º 3195)	p. 519
Sôbre a cedência do salão e dos instrumentos do Conservatório de Lisboa para audições ou concertos promovidos pelos professores das escolas de música e da arte de representar (Decreto n.º 3213)	p. 521

É declarada monumento nacional a Igreja de Santa Maria de Marvila, da cidade de Santarém (Decreto n.º 3318)	p. 523
Louvores públicos por serviços prestados à instrução e à arte nacional (Portarias)	p. 524

1917, a. 2, n.º 20/22

Secção Pedagógica

Universidade de Lisboa: a sua missão social (continuação), por <i>P. J. da Cunha</i>	p. 537
O ensino secundário – II, por <i>F. Adolfo Coelho</i>	p. 550
Escola de História, Geografia, Língua e Literatura Portuguesas em Honolulu (relatório do professor), por <i>Euclides Goulart da Costa</i>	p. 563
A obra pedagógica da República – estatísticas – escolas primárias oficiais existentes em 31 de Dezembro de 1915, com a indicação das que foram criadas pela República	
Distritos de Lisboa e Portalegre	p. 571

Secção Oficial

Secretaria Geral – Biblioteca e arquivos nacionais:

Estabelece-se que, em determinadas condições, a categoria de bibliotecário seja inerente ao professor de qualquer das cadeiras do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista (Decreto n.º 3370)	p. 619
Criação do Arquivo das Congregações, destinado a recolher, organizar e inventariar o espólio documental das congregações religiosas existentes em Portugal à data da proclamação da República (Decreto n.º 3410)	p. 619

Instrução primária e normal:

Os exames de instrução primária, 1.º e 2.º grau, dos alunos da Casa Pia de Lisboa passam a ser feitos no próprio estabelecimento, tornando-se extensivos ao Asilo de Maria Pia, de Lisboa, os mesmos direitos na parte respeitante a exames do 2.º grau (Lei n.º 808)	p. 622
Autorização do Governo para constituir uma comissão que se denominará Comissão Central das Cantinas Escolares (Lei n.º 821)	p. 623
Preferências no provimento de cônjuges, por concurso, em escolas ou lugares de escolas de instrução primária (Lei n.º 826)	p. 625
Regulamento da Lei n.º 723 sobre permutas entre professores de instrução primária (Decreto n.º 3543)	p. 625
Autorização do Governo para despender até à quantia de 6000\$ em subsídios a instituições de carácter privado que mantenham escolas (Decreto n.º 3551)	p. 626
É posto em vigor o Artigo 9.º do Decreto de 29 de Março de 1911, referente a trabalhos nas escolas primárias (Decreto n.º 3700)	p. 627

Circulares:

Sobre a orientação do ensino e organização de conferências pedagógicas	p. 628
--	--------

Instrução secundária:

Estabelecem-se os vencimentos das professoras das disciplinas privativas dos cursos especiais de educação feminina (Lei n.º 807)	p. 628
Autorização do Governo para contrair um empréstimo destinado à conclusão do edifício do Liceu Feminino de Lisboa (Lei n.º 811)	p. 629

Reforma do serviço do Colégio das Missões Ultramarinas, em Sernache do Bomjardim, e instituição de um estabelecimento de educação de alunos com destino ao serviço das colónias, denominado Instituto de Missões Coloniais (Decreto n.º 3352)	p. 629
Aprovação do regulamento do Instituto das Missões Coloniais (Decreto n.º 3469)	p. 637
Aprovação do regulamento literário do Colégio Militar (Decreto n.º 3444-C)	p. 652
Modificação de algumas disposições de Decreto n.º 3091, que regulamentou o ensino secundário (Decreto n.º 3592)	p. 684
É suspensa a execução dos Decretos n.º 3091 e 3592, respectivamente de 17 de Abril e 22 de Novembro de 1917, sobre ensino secundário	p. 692
Permissão para serem admitidos à matrícula nos liceus os alunos a quem ela não foi permitida nos termos do Decreto n.º 3091, de 17 de Abril de 1917 (Portaria n.º 1167)	p. 693
Elevação do Liceu Nacional de Maria Pia à categoria de Liceu Central (Decreto n.º 3693)	p. 693
Elevação do Liceu Nacional Feminino do Pôrto à categoria de Liceu Central (Decreto n.º 3694)	p. 694
É conferida aos liceus a autonomia administrativa (Decreto n.º 3695)	p. 696
Várias disposições acêrca dos directores de classe e directores dos gabinetes de ensino experimental, e fixação dos vencimentos dos professores dos liceus nacionais centrais de Lisboa, Pôrto e Coimbra (Decreto n.º 3696)	p. 698
Estabelece-se a forma da eleição de reitores dos liceus, fixando a duração do exercício dos respectivos cargos (Decreto n.º 3711)	p. 701
Instrução universitária:	
Regulamento dos exames de Estado nas Escolas Normais Superiores das universidades de Lisboa e de Coimbra (Decreto n.º 3330)	p. 702
Autorização à Escola de Farmácia da Universidade do Pôrto para contratar um empréstimo destinado à conclusão do edifício para a sua instalação (Lei n.º 809)	p. 707
Aprovação da nova organização e funcionamento das Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e Lisboa (Decreto n.º 3370-C)	p. 708
Instrução industrial e comercial:	
Estabelece-se que a disciplina de inglês seja regida nos 2.º e 3.º anos dos cursos da Escola de Bartolomeu dos Mártires, em Braga (Decreto n.º 3500)	p. 750
Revogação do Decreto n.º 2788, que ampliou os cursos professados na Escola Benevides, a qual passa a denominar-se Escola Industrial e Comercial Benevides, e criação, na mesma escola, do curso elementar de comércio (Decreto n.º 3573)	p. 751
Criação de um curso de condutores de máquinas na Escola Industrial da Casa Pia de Évora (Decreto n.º 3645)	p. 752
Instrução Agrícola:	
Ampliação e modificação da legislação sôbre o ensino agrícola (Lei n.º 824)	p. 753
Instrução artística:	
Permissão para a Escola da Arte de Representar se efectuarem exames singulares de francês, como habilitação exigida para a matrícula no 2.º ano da mesma escola (Decreto n.º 3552)	p. 781
Criação de um museu regional de obras de arte, arqueologia e numismática, na cidade de Leiria (Decreto n.º 3553)	p. 783

Constituição de uma comissão para elaborar o projecto de um Código de Teatros (Decreto n.º 3664-C)	p. 783
Louvores públicos por serviços prestados à instrução e à arte nacional (Portarias)	p. 784

1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3

Secção Pedagógica

A importância do ensino superior e o seu papel no ressurgimento nacional, por <i>J. M. de Queiroz Veloso</i>	p. 3
Escola Primária Superior de Ribeiro Sanches: relatório do ano lectivo de 1919-1920, por <i>Vergílio Guerra Pedrosa</i>	p. 11
A ftiírase nas escolas, por <i>Isabel Baptista Pereira</i>	p. 27

Secção Oficial

Ensino primário e normal:

À antiga escola primária do sexo feminino de Trancoso é dado o nome de Escola de Nascimento Bravo (Portaria n.º 3054)	p. 37
Nas escolas de ensino primário geral com mais de um professor nenhum lugar será posto a concurso, nem provido interinamente, sem informações prévias acerca da sua frequência (Decreto n.º 8037)	p. 37
É regulamentada a lei que dá aos professores cônjuges preferência no provimento de escolas ou lugares de escolas, em concursos (Decreto n.º 8056)	p. 38
Regula-se o provimento de lugares de professores em escolas de localidades de 3.ª, 2.ª ou 1.ª categorias, quando nos concursos não compareçam candidatos com o indispensável tempo de permanência em escolas de localidades de categoria inferior (Decreto n.º 8057)	p. 39
As nomeações interinas para os lugares de inspectores escolares serão feitas de entre os professores habilitados com o concurso para o provimento efectivo dos referidos lugares, desde que o requeiram (Decreto n.º 8058)	p. 39
O prazo durante o qual poderão ser providos os candidatos habilitados com o concurso para inspectores escolares, com a qualificação de “suficiente”, começa a contar-se desde a data em que deixar de ter execução a lei n.º 971, de 17 de Maio de 1920 (Decreto n.º 8059)	p. 40
No Instituto do Professorado Primário são mantidos todos os cursos actualmente existentes, mas o curso primário superior passa a ser professado numa escola autónoma (Lei n.º 1243)	p. 41
Manda-se que sejam observadas várias determinações acerca da matrícula e frequência de professores de ensino primário nos cursos de habilitação ao magistério primário superior (Portaria n.º 3129)	p. 41
Instruções sobre a realização de excursões ou passeios escolares (Portaria n.º 3140)	p. 42

Ensino secundário:

Estabelece-se que as vagas de professores efectivos dos liceus femininos, resultantes da aplicação do artigo 1.º do decreto n.º 7797, podem ser postas a concurso sempre que o Governo o determine (Decreto n.º 8049)	p. 44
---	-------

Belas artes:

É aprovado o regulamento do Museu Regional de D. Lopo de Almeida, de Abrantes (Decreto n.º 7970) p. 45

Públicos testemunhos de louvor (Portarias) p. 49

1929, a. 1, n.º 1/2

Secção Pedagógica

Sôbre a necessidade de reformar a técnica dos exames escolares – I, por *Oliveira Guimarães* p. 3

Relatórios da Comissão de Reforma Orçamental, por *José Joaquim Mendes Leal* (presidente), *Marck Atias*, *Eusébio Barbosa Tamagnini*, *Caetano Maria Beirão* e *António Maria Fernandes* (vogais) p. 45

Escolas estrangeiras I – A reforma escolar de Viena, por *Oliveira Guimarães* p. 89

Visita a uma escola de Decroly, por *A. Ferrière* p. 100

Notas da redacção p. 106

Secção Oficial

Secretaria Geral:

Criação da Junta de Educação Nacional (Decretos n.ºs 16 318 e 17 456) p. (3)

Autorização para o Ministro de Instrução Pública conceder estágios em centros estrangeiros aos professores oficiais (Decreto n.º 16 409) p. (10)

Reorganização dos serviços do Ministério de Instrução Pública (Decreto n.º 16 481) p. (12)

Transferência do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia para o Ministério de Instrução (Decreto n.º 16 662) p. (22)

Transferência para o Ministério de Instrução Pública das escolas e estabelecimentos dependentes dos Ministérios do Comércio e Agricultura (Decreto n.º 16 729) p. (24)

Regulamento do Ministério da Instrução Pública (Decreto n.º 16 836) p. (28)

Regulamento da Junta de Educação Nacional (Decreto n.º 17 037) p. (50)

Ensino primário e normal:

Fixação das normas que devem orientar a organização e julgamento dos processos disciplinares relativos a funcionários do ensino primário normal (Decreto n.º 16 361) p. (69)

Preenchimento dos lugares de professores de escolas de ensino primário elementar do sexo masculino, feminino e mixtas (Decreto n.º 16 422) p. (70)

Concessão aos asilos ou misericórdias que estejam sustentando escolas e peçam a sua oficialização a faculdade de proporem para a nomeação, como efectivo, o respectivo professor, embora não diplomado (Decreto n.º 16 423) p. (71)

Regulamentação da situação dos indivíduos diplomados com o exame de Estado para o Magistério Primário Superior (Decreto n.º 16 448) p. (73)

Determinando que o despacho dos professores nomeados ao abrigo das disposições do Decreto n.º 16 423 deva ser sempre fundamentado (Decreto n.º 16 458) p. (75)

Regulamento da Secção Masculina, de Lisboa do Instituto do Professorado Primário Oficial Português (Decreto n.º 16 695) p. (76)

Novos programas para o ensino primário elementar (Decreto n.º 16 730)	p. (90)
Proibição de emigrar os indivíduos de mais de catorze anos de idade e menos de quarenta e cinco que não provem ter obtido o certificado de passagem da 3.ª para a 4.ª classe do ensino primário elementar (Decreto n.º 16 782)	p. (127)
Considerando escolas primárias da República Portuguesa as escolas portuguesas de Oakland e de New-Bedford (Decreto n.º 16 794)	p. (129)
Regulamento do Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira (Decreto n.º 16 825)	p. (130)
Regulamento da Comissão de Educação Popular (Decreto n.º 16 826)	p. (134)
Regulamentação das condições em que deve ser feito o exame final de provas pedagógicas, a que se refere o artigo 50.º do Decreto n.º 16 037 (Decreto n.º 17 042)	p. (136)
Regulamentação da forma de substituição provisória de professores efectivos das escolas primárias elementares e das infantis e provimentos interinos nas escolas que nelas ocorrerem (Decreto n.º 17 043)	p. (139)
Regulando as condições em que deve ser feito o exame de admissão às escolas normais primárias (Decreto n.º 17 044)	p. (145)
Instrução secundária:	
Lotação fixada para os Liceus de Camões e de D. João de Castro e bem assim os quadros de professores efectivos (Decreto n.º 16 165)	p. (150)
Esclarecimento e modificação de várias disposições de alguns decretos ultimamente publicados sobre instrução secundária (Decreto n.º 16 191)	p. (151)
Modificações das normas da distribuição dos serviços docentes fixados pelo Artigo 1.º do Decreto n.º 15 948 (Decreto n.º 16 223)	p. (153)
Regula-se a composição e atribuições da Junta Administrativa do empréstimo para o ensino secundário (Decreto n.º 16 279)	p. (154)
Instrução universitária:	
Determina-se que, pelas cartas requeridas nas universidades e que têm de ser entregues aos interessados em substituição das certidões a que se referem os decretos de 2 de Dezembro de 1910 e n.º 7203, de 19 de Novembro de 1920, nenhuma importância deva ser cobrada além da que, nos termos legais, foi oportunamente depositada (Decreto n.º 16 308)	p. (160)
Remodelação do quadro dos primeiros e segundos assistentes da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (Decreto n.º 16 318)	p. (161)
Alteração de várias disposições do Decreto n.º 12 696, que organizou a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (Decreto n.º 16 514)	p. (162)
Considera-se o lugar de director do Museu de Etnológico Português inerente ao de professor catedrático ou auxiliar da Faculdade de Letras de Lisboa (Decreto n.º 16 640)	p. (166)
Modificações introduzidas no estatuto da instrução universitária (Decreto n.º 16 623)	p. (167)
Regula-se a presença dos professores às sessões dos conselhos escolares, senado e assembleias universitárias – determina ser serviço de exames obrigatórios para todos os professores das faculdades e escolas (Decreto n.º 16 751)	p. (181)
Regula-se a retribuição do serviço extraordinário de regência de cursos práticos, a que se refere o artigo 4.º do Decreto n.º 15 019, exercido pelos professores auxiliares e assistentes das universidades (Decreto n.º 16 803)	p. (182)
Regulamentação dos exames de admissão às universidades (Decreto n.º 16 795)	p. (184)
Tornam-se obrigatórios no 4.º ano do curso médico os exames finais de patologia e terapêutica médicas e cirúrgicas para todos os alunos matriculados nas faculdades de medicina, etc. (Decreto n.º 16 829)	p. (189)

Promulgação de várias disposições sobre o funcionamento dos cursos das Faculdades de Medicina (Decreto n.º 16 863)	p. (191)
Instrução artística:	
Promulga várias disposições respeitantes a alunos do Conservatório Nacional de Música (Decreto n.º 16 205)	p. (194)
Regulamento do prémio Beethoven (Decreto n.º 16 280)	p. (194)
Fixa-se o número de cadeiras do curso ordinário da arte de representar no Conservatório Nacional de Teatro (Decreto n.º 16 547)	p. (197)
Cria-se na cidade de Castelo Branco um museu regional de arte, arqueologia e etnografia (Decreto n.º 16 578)	p. (198)
Regulamento do Conservatório de Música do Pôrto (Decreto n.º 16 677)	p. (200)
Instrução técnica:	
Programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Industrial de Lisboa no ano lectivo de 1929-1930	p. (241)

1930, a. 1, n.º 3/4

Secção Pedagógica

Sôbre a necessidade de reformar a técnica dos exames escolares – II, por <i>Oliveira Guimarães</i>	p. 109
Seara alheia:	
Principais reformas modernas no ensino da leitura, por <i>William S. Gray</i>	p. 193
A leitura no primeiro grau, por <i>Gertrudes T. Shipley</i>	p. 195
A leitura de livros no primeiro grau, por <i>Marjorie Hardy</i>	p. 198
O ensino da leitura no segundo grau, por <i>Eva E. Gerstmeyer</i>	p. 204
A leitura nos graus intermediários, por <i>Mary A. Adams</i>	p. 209
Os fins e a organização da Sociedade das Nações	p. 215

Secção Oficial

Ensino primário e normal:	
Regulamentação do Decreto n.º 17 010, que estabelece poderem os diplomados com o exame de Estado para o Magistério Primário e Superior ser colocados interina ou definitivamente nas escolas primárias elementares, etc. (Decreto n.º 17 167)	p. (249)
Regulamentação do provimento das vagas que de futuro se derem no quadro provisório das escolas móveis (Decreto n.º 17 287)	p. (250)
Determinam-se as condições em que os alunos das escolas normais primárias são admitidos à frequência das várias disciplinas (Decreto n.º 17 321)	p. (251)
Instrução secundária:	
Programas dos cursos complementares dos liceus (Decreto n.º 16 362)	p. (254)
Estabelece-se as propinas a pagar pelos alunos dos liceus que repitam mais de uma vez a frequência de qualquer classe - determina-se que o número de alunos a que se refere o §2.º do artigo 5.º do Decreto n.º 15 941 seja determinado para cada liceu pela vigésima parte da respectiva lotação (Decreto n.º 16 395)	p. (303)

Confere-se aos reitores dos liceus a atribuição das nomeações, por alvará, referentes a determinados cargos ou comissões de serviço (Decreto n.º 16 648)	p. (305)
Harmoniza-se o regime de concursos para professores provisórios dos liceus com as alterações ultimamente decretadas na forma da sua nomeação (Decreto n.º 16 769)	p. (307)
Regula-se a nomeação dos secretários dos liceus (Decreto n.º 16 788)	p. (311)
Regulam-se as transferências de matrícula de um para outro liceu (Decreto n.º 16 789)	p. (312)
Regula-se o funcionamento da comissão orientadora do ensino secundário, criada pelo Decreto n.º 16 481 (Decreto n.º 16 814)	p. (313)
Substitui-se por um boletim de inscrição o requerimento de admissão a exame dos alunos externos dos liceus (Decreto n.º 16 868)	p. (317)
Promulgam-se várias disposições relativas ao ensino liceal nos distritos de Angra do Heroísmo, Funchal e Ponta Delgada (Decreto n.º 16 869)	p. (320)
Fixa-se a lotação para os Liceus de Camões e de D. João de Castro e bem assim os quadros de professores efectivos (Decreto n.º 16 165)	p. (322)
Eleva-se a Nacional Central, o Liceu da Guarda (Afonso de Albuquerque) – modifica os quadros, lotações e zonas de influência pedagógica de alguns liceus (Decreto n.º 17 057)	p. (323)
Dá-se nova redacção à alínea d) do artigo 20.º do Decreto n.º 15 981, acerca do perdimento do direito à isenção de propinas para frequência dos liceus (Decreto n.º 17 368)	p. (325)
Instrução superior:	
Rectificação do Decreto n.º 16 795, que regulamenta os exames de admissão às universidades (Decreto n.º 16 795)	p. (326)
Fixa os institutos de investigação científica, os laboratórios de ensino e as clínicas escolares atribuídos à Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (Decreto n.º 17 194)	p. (332)
Fixa-se a quantia a pagar pelos alunos das faculdades universitárias que num ano se matriculem em uma ou mais disciplina (Decreto n.º 17 557)	p. (333)
Torna-se obrigatória a frequência em todas as disciplinas que constituem o plano de estudos das escolas normais e superiores (Decreto n.º 17 603)	p. (335)
Autoriza-se o serviço de leitura nocturna na Biblioteca Nacional de Lisboa – fixam-se as remunerações a abonar ao pessoal incumbido do referido serviço (Decreto n.º 17 764)	p. (335)
Instrução técnica:	
Regula-se o exercício das funções nos cargos de direcção das escolas superiores do ensino técnico (Decreto n.º 16 966)	p. (338)
Programas de exames de admissão para os candidatos à matrícula no 1.º ano do Instituto Superior Técnico	p. (340)
Alteram-se as composições dos cursos dos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Porto (Decreto n.º 17 149)	p. (350)
Regulamentam-se as condições em que deve ser feito o exame de admissão à primeira matrícula na Escola Superior de Medicina Veterinária (Decreto n.º 17 272)	p. (355)
Regulamentam-se as condições em que deve ser feito o exame de admissão ao Instituto Superior de Agronomia (Decreto n.º 17 273)	p. (359)
Determina-se que fiquem subordinados à Inspeção de Sanidade Escolar e Educação Física do Ministério da Instrução Pública os serviços médico-pedagógicos	p. (362)

- e de higiene escolar das escolas agrícolas e do ensino industrial e comercial a que se referem os Decretos n.º 4 815 e 6 167 (Decreto n.º 17 278)
- Regula-se o provimento das vagas de professor no Instituto Superior de Agronomia (Decreto n.º 17 558) p. (363)
- Cria-se na Escola Industrial de Faria Guimarães, do Porto, um curso de fiação e tecelagem (Decreto n.º 17 559) p. (371)
- Regula-se a situação dos alunos do Instituto Superior de Agronomia que têm prestado e estão prestando serviço na campanha do trigo (Decreto n.º 17 576) p. (372)
- Regula-se o provimento dos cargos de chefes de culturas e de oficinas do Instituto Superior de Agronomia (Decreto n.º 17 958) p. (373)
- Estabelecem-se as condições em que os professores ordinários do Instituto Superior de Agronomia podem ausentar-se do exercício das suas funções ou missão científica (Decreto n.º 18 025) p. (374)
- Instrução artística:
- Admite-se um § único ao artigo 19.º do Regulamento do Conservatório de Música do Porto (Decreto n.º 17 657) p. (376)
- Secretaria Geral:
- Autoriza-se o Ministro da Instrução Pública a prover, sempre que circunstâncias especiais assim o exijam, os lugares de directores de quaisquer estabelecimentos de ensino com dispensa das disposições reguladoras do provimento dos referidos cargos (Decreto n.º 17 575) p. (377)
- Proíbe-se a afixação de tabuletas e cartazes em língua estrangeira, excepto quando se trate de filiais de casas que não sejam portuguesas (Decreto n.º 17 950) p. (378)
- Permite-se aos professores oficiais constituírem associações com o fim de promoverem o estudo e a defesa dos interesses do ensino e em especial o aperfeiçoamento pedagógico do professorado (Decreto n.º 17 938) p. (379)
- Desligam-se os serviços do ensino secundário da Direcção Geral do Ensino Superior, Secundário e Artístico, a qual passa a ter a designação de Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes – fixa o quadro do pessoal da repartição do ensino secundário (Decreto n.º 18 082) p. (382)
- Rectificação do Decreto n.º 18 104, que reorganiza o Conselho Superior de Instrução Pública (Decreto n.º 18 104) p. (383)
- Ensino primário e normal:
- Determina-se que os professores devidamente diplomados para o ensino primário elementar que tenham exercido o mesmo ensino em escolas particulares, com provado zelo e competência, seja contado para todos os efeitos legais o tempo de serviço nessas escolas prestado, desde que as mesmas escolas se tenham convertido em oficiais e que os mesmos professores nelas tenham sido providos (Decreto n.º 17 754) p. (404)
- Rectificação do Decreto n.º 17 926, que determina que os serviços de inspeção do ensino primário sejam superiormente dirigidos pela Direcção Geral do Ensino Primário e Normal – extingue-se o cargo de inspector geral do ensino primário – constitui-se o Conselho Central de Inspecção (Decreto n.º 17 926) p. (405)
- Rectificação do Decreto n.º 17 974, que cria classes de aperfeiçoamento para crianças anormais e classes de ortofonia das escolas de ensino primário elementar (Decreto n.º 17 974) p. (407)
- Regula-se a acção e as atribuições dos directores e conselhos escolares das escolas de ensino primário infantil e primário elementar (Decreto n.º 18 113) p. (409)
- Aprova-se o regulamento da secção feminina de Lisboa do Instituto do Professorado Primário Oficial Português (Decreto n.º 18 128) p. (410)

Estabelecem-se dois graus no ensino primário elementar, devendo caber a cada um deles a competente prova de exame (Decreto n.º 18 140)	p. (427)
Instituem-se trezentos prémios anuais com destino a outros tantos professores particulares do ensino primário (Decreto n.º 18 141)	p. (428)
Instrução secundária:	
Consideram-se centrais os liceus do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, em Angra do Heroísmo; de Jaime Moniz, no Funchal; e de Antero de Quental, em Ponta Delgada – fixam-se as zonas pedagógicas para os referidos liceus (Decreto n.º 17 968)	p. (431)
Fixa-se o regime de exames liceais (Decreto n.º 18 024)	p. (433)
Determina-se que aos professores de Educação Física cujos diplomas hajam sido obtidos ao abrigo das disposições dos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º de Decreto n.º 5 600, sejam atribuídas classificações numéricas para efeito de concurso (Decreto n.º 18 071)	p. (441)
Autoriza-se a Inspeção de Sanidade Escolar e Educação Física a requisitar aos institutos e laboratórios anexos às faculdades de medicina das três universidades portuguesas as análises, os exames radiológicos, as observações especializadas e quaisquer outros meios subsidiários de diagnóstico, sem pagamento de qualquer remuneração (Decreto n.º 18 112)	p. (443)
Determina-se que as alterações nas distribuições do serviço docente dos liceus, determinadas pela entrada em exercício de reitores no decorrer de um período lectivo, só vigorem a partir do início do período seguinte (Decreto n.º 18 137)	p. (444)
Instrução superior:	
Fixa-se a despesa da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra para o ano económico de 1929-1930 (Decreto n.º 17 800)	p. (445)

1931, a. 2, fasc. 1

Secção Pedagógica

A propósito da reforma escolar brasileira, por <i>Oliveira Guimarães</i>	p. 3
Relatórios das inspecções escolares (referentes aos serviços do ensino primário no ano lectivo de 1929-1930)	p. 21
Região escolar de Coimbra, pelo inspector chefe <i>Albano Ramalho</i>	p. 21
Região escolar da Guarda, pelo inspector chefe <i>Jaime Martins Pinto</i>	p. 32
Região escolar do Porto, pelo inspector chefe <i>Aureliano Tavares</i>	p. 42
Seara alheia:	
Escola americana, por <i>Maria dos Reis Campos</i>	p. 45
Centros de interesse, por <i>M. Butts</i>	p. 57
Os fins e a organização da Sociedade das Nações	p. 63

Secção Oficial

Secretaria Geral:

Proíbe-se o uso de língua estrangeira nas tabuletas, cartazes, anúncios, reclamos, marcas de fábricas e de comércio nacional, e bem assim nas listas de mesas de hotéis, restaurantes, casas de pasto e outros estabelecimentos similares (Decreto n.º 18 218)	p. (3)
--	--------

Aprova-se o método de leitura e escrita do sistema Braille, para uso dos cegos, que faz parte deste decreto (Decreto n.º 18 373)	p. (6)
Alteram-se várias disposições orgânicas do Ministério da Instrução Pública (Decreto n.º 18 593)	p. (9)
Ensino primário e normal:	
Aprova-se o regulamento para a apreciação e adopção dos livros e compêndios para o ensino primário elementar (Decreto n.º 18 379)	p. (11)
Regula-se a execução das provas de exame e passagens de classe no ensino primário elementar (Decreto n.º 18 413)	p. (18)
Definem-se as atribuições da comissão da carta escolar nomeada por Portaria de 31 Dezembro de 1929 (Decreto n.º 18 433)	p.(33)
Providencia-se no sentido de efectivar a organização do cadastro do pessoal dependente da Direcção Geral do Ensino Primário e Normal (Decreto n.º 18 550)	p. (36)
Instituem-se as escolas do magistério primário, destinadas à preparação do professorado primário, elementar e infantil, em substituição das escolas normais primárias que ficam extintas (Decreto n.º 18 646)	p. (38)
Aprova-se o regulamento da secção do ensino primário do Conselho Superior de Instrução Pública (Decreto n.º 18 664)	p. (59)
Constitui-se o quadro especial de professores das classes anormais (Decreto n.º 18 675)	p. (66)
Instrução secundária:	
Regula-se o exercício das funções dos reitores e vice-reitores dos liceus (Decreto n.º 18 235)	p. (69)
Promulgam-se várias disposições sobre a organização de visitas de estudo e excursões escolares (Decreto n.º 18 486)	p. (75)
Circular aos reitores dos liceus do Continente e Ilhas	p. (82)
Instrução superior:	
Reorganizam-se as faculdades de medicina (Decreto n.º 18 310)	p. (101)
Funda-se um instituto de climatologia e hidrologia junto da Universidade do Porto (Decreto n.º 18 378)	p. (125)
Reorganizam-se as faculdades de farmácia (Decreto n.º 18 432)	p. (129)
Reorganiza-se o ensino nas faculdades de ciências (Decreto n.º 18 477)	p. (143)
Cria-se junto da Universidade de Coimbra um instituto de climatologia e hidrologia (Decreto n.º 18 586)	p. (167)
Revoga-se o Decreto n.º 13 273 e estabelece-se a forma de resolver as reclamações actualmente pendentes (Decreto n.º 18 559)	p. (171)
Introduzem-se várias alterações na lei orgânica das Faculdade de Letras (Decreto n.º 18 003)	p. (173)
Instrução técnica:	
Organiza-se o ensino técnico profissional (Decreto n.º 18 420)	p. (196)
Estabelecem-se normas para o recrutamento do pessoal docente das escolas superiores e médias do ensino técnico (Decreto n.º 18 594)	p. (316)
Regula-se a nomeação de directores e os concursos para professores efectivos das escolas técnicas profissionais do Funchal, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada (Decreto n.º 18 595)	p. (318)

Aprova-se o regulamento da secção do ensino técnico do Conselho Superior de Instrução Pública (Decreto n.º 18 690)	p. (319)
Instrução artística:	
Reorganiza-se o Museu Etnológico do Dr. Leite Vasconcelos (Decreto n.º 18 237)	p. (321)

1931, a. 2, fasc. 2

Secção Pedagógica

Sôbre a necessidade de reformar a técnica dos exames escolares – III, por <i>Oliveira Guimarães</i>	p. 81
O ensino do desenho na escola primária – I, II, III, por <i>José Pereira</i>	p. 115
Relatórios das inspecções escolares (referentes aos serviços do ensino primário no ano lectivo de 1929-1930)	p. 137
Região escolar de Beja, pelo inspector chefe <i>Francisco Portela da Silva</i>	p. 137
Região escolar de Braga, pelo inspector chefe <i>Augusto Gomes de Oliveira</i>	p. 140
Região escolar de Bragança, pelo inspector chefe <i>Manuel Augusto Ribeiro de Miranda</i>	p. 147
Região escolar de Évora, pelo inspector chefe <i>Serafim Alves da Silva</i>	p. 155
Região escolar de Faro, pelo inspector chefe <i>Benjamim de Carvalho Silva</i>	p. 158
Região escolar de Leiria, pelo inspector chefe <i>J. Pereira Barreto</i>	p. 161
Região escolar de Ponta Delgada, pelo inspector <i>Manuel Moniz Morgado</i>	p. 168
Região escolar de Portalegre, pelo inspector chefe <i>Joaquim Lopes P. Júnior</i>	p. 174
Região escolar de Santarém, pelo inspector chefe <i>Joaquim Tomaz</i>	p. 177
Região escolar de Setúbal, pelo inspector chefe <i>João Antunes</i>	p. 181
Região escolar de Viana do Castelo, pelo inspector chefe <i>Manuel Bernardo</i>	p. 186
Região escolar de Vila Real, pelo inspector chefe <i>João Augusto Teixeira</i>	p. 189
Região escolar de Viseu, pelo inspector chefe <i>M. Pereira Cardoso</i>	p. 193

Secção Oficial

Secretaria Geral:	
Cria-se o Conselho de Disciplinas do Magistério (Decreto n.º 18 934)	p. (333)
Ensino primário e normal:	
Cria-se em cada região escolar ou círculo um quadro docente auxiliar – Extinguem-se as escolas móveis e o quadro dos professores provisórios – Estabelecem-se escolas incompletas em várias povoações rurais (Decreto n.º 18 819)	p. (336)
Regulamenta-se os exames de admissão às escolas do Magistério Primário (Decreto n.º 18 863)	p. (346)
Regula-se a distribuição de bolsas de estudo destinadas a alunos das escolas do Magistério Primário (Decreto n.º 18 864)	p. (351)
Fixam-se os quadros docentes auxiliares das regiões escolares (Decreto n.º 19 082)	p. (354)

Ensino secundário:

- Permite-se que as senhoras diplomadas com o exame de Estado para magistério liceal possam concorrer ao provimento de vaga de professores provisórios nos liceus de frequência mixta (Decreto n.º 18 712) p. (356)
- Reorganizam-se os serviços docentes dos liceus (Decreto n.º 18 779) p. (357)
- Reorganizam-se os serviços do ensino secundário com um novo sistema de classificação do trabalho docente (Decreto n.º 18 827) p. (364)
- Determina-se que as senhoras habilitadas com o exame de Estado para o magistério liceal, possam concorrer ao provimento das vagas de professores provisórios nos liceus de frequência mixta (Decreto n.º 18 836) p. (383)
- Estabelece-se o novo sistema de exames liceais (Decreto n.º 18 884) p. (384)
- Aprovam-se os programas para todas as classes do ensino secundário, a partir do ano lectivo de 1930-1931 (Decreto n.º 18 885) p. (415)

Ensino superior:

- Regula-se a prestação de serviços nos laboratórios e institutos universitários (Decreto n.º 18 649) p. (548)
- Aprova-se o estatuto da instrução universitária (Decreto n.º 18 717) p. (550)
- Organiza-se a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (Decreto n.º 18 739) p. (582)
- Funda-se a secção de ciências pedagógicas (3.ª secção) nas Faculdades de Letras e criam-se dois liceus normais (Decreto n.º 18 973) p. (605)
- Regulam-se as normas a seguir para a criação dos institutos de investigação científica (Decreto n.º 19 026) p. (619)
- Unificam-se os serviços meteorológicos (Decreto n.º 19 147) p. (622)

Ensino técnico:

- Programa dos exames de admissão aos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Pôrto (Decreto n.º 14 291) p. (629)
- Determina-se que as escolas técnicas profissionais do Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, a cargo das juntas gerais, fiquem, quanto à organização dos cursos, fiscalização do ensino e recrutamento do pessoal, na dependência do Ministério da Instrução Pública (Decreto n.º 18 983) p. (635)
- Esclarecem-se e modificam-se várias disposições do Decreto n.º 18 420, que promulga a organização do ensino técnico profissional (Decreto n.º 19 027) p. (638)
- Aprova-se o estatuto da Universidade Técnica de Lisboa (Decreto n.º 19 081) p. (644)

Ensino artístico:

- Determina-se que o Conservatório Nacional de Música e o Conservatório Nacional de Teatro passem a constituir uma instituição escolar única denominada Conservatório Nacional (Decreto n.º 18 461) p. (650)
- Determina-se que os documentos manuscritos de merecimento histórico, bem como os móveis e livros que forem adequados, do arquivo das congregações religiosas, sejam recolhidos no Arquivo Nacional Torre do Tombo (Decreto n.º 18 769) p. (652)
- Aprova-se a reorganização do Conservatório Nacional (Decreto n.º 18 881) p. (654)
- Modifica-se o regulamento do Conservatório de Música do Porto (Decreto n.º 18 955) p. (676)

1932, a. 3, fasc. 1

Secção Pedagógica

O ensino do desenho na escola primária – IV, V, VI, por <i>José Pereira</i>	p. 3
Relatório sobre o XIII Congresso Internacional de Ensino Secundário, realizado em Paris em Julho de 1931, apresentado a S. Ex. ^a o Sr. Ministro da Instrução Pública, pelo professor <i>José Júlio Rodrigues</i>	p. 61
Seleção da frequência universitária: parecer da Comissão Delegada da Secção Central do Conselho Superior de Instrução Pública, por <i>José Caeiro da Mata, Abel Pereira de Andrade, Abílio Barreiro, José Joaquim de Oliveira Guimarães</i> , relator	p. 105
Relatórios sobre exames de Estado, pelo Reitor <i>João Anglim</i>	p. 125
Circulares expedidas pela repartição pedagógica da Direcção Geral do Ensino Primário, por <i>Oliveira Guimarães</i>	p. 141
Estatística do ensino primário elementar, das escolas oficiais do Continente e Ilhas adjacentes, relativa ao ano de 1929-1930	p. 161

Secção Oficial

Secretaria Geral:

Aprovam-se os estatutos da Associação dos Educadores Portugueses, (Decreto n.º 19 413)	p. (3)
Remodela-se os serviços da Junta de Educação Nacional (Decreto n.º 19 552)	p. (8)
Aprova-se o regulamento dos serviços de Educação artística da Junta de Educação Nacional (Decreto n.º 19 572)	p. (16)
Regula-se o procedimento disciplinar sobre o pessoal docente dependente do Ministério (Decreto n.º 19 794)	p. (18)
Fixam-se as normas do recrutamento dos médicos dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública (Decreto n.º 19 893)	p. (21)
Estabelecem-se as provas teóricas de higiene e educação física, oftalmologia e otorino-laringologia a prestar no concurso de provas públicas para o provimento do lugar de médico efectivo dos estabelecimentos dependentes do Ministério da Instrução Pública (Decreto n.º 19 932)	p. (23)
Regulam-se os exames de admissão aos cursos superiores (Decreto n.º 19 946)	p. (29)

Ensino primário:

Autoriza-se o Govêrno a converter em oficiais escolas de ensino primário criadas e mantidas por quaisquer entidades de utilidade pública (Decreto n.º 19 245)	p. (32)
Regula-se o provimento dos professores do ensino primário elementar (Decreto n.º 19 531)	p. (35)

Ensino secundário:

Pontos-exemplos organizados pela secção do ensino secundário do Conselho Superior da Instrução Pública para os fins constantes da alínea A) da 3. ^a instrução do artigo 17.º do Decreto n.º 18 884, de 27 de Setembro de 1930	p. (61)
Determina-se que, sempre que um aluno seja transferido de um para outro liceu, o Reitor do liceu de que o aluno é transferido promova a reunião do respectivo conselho de classe a fim de que êste se pronunciar, quanto a êsse aluno, nos termos do artigo 69.º do Decreto n.º 7558 (Decreto n.º 19 362)	p. (86)
Estabelece-se que a aprovação de futuro em exames singulares de todas as disciplinas que constituem os cursos liceais sejam o suficiente para a passagem das respectivas cartas de curso (Decreto n.º 19 525)	p. (87)

Regula-se a permuta entre professores efectivos dos liceus adentro dos mesmos grupos (Decreto n.º 19 530)	p. (89)
Estabelecem-se novas bases para o concurso dos livros a adoptar nos liceus (Decreto n.º 19 605)	p. (91)
Determina-se que os directores de classe do Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes) sejam nomeados de entre os professores efectivos ou agregados, e os directores da biblioteca e demais instalações de entre os professores de qualquer categoria que nêles exerçam o ensino (Decreto n.º 19 609)	p. (97)
Aprova-se o regulamento dos liceus normais (Decreto n.º 19 610)	p. (98)
Autoriza-se o ministro a aplicar, por simples despacho, e em determinados casos, penalidades aos professores de ensino secundário que prejudiquem a direcção dos serviços escolares ou o aproveitamento dos estudantes (Decreto n.º 19 614)	p. (120)
Regula-se a distribuição dos professores agregados pelos liceus (Decreto n.º 19 617)	p. (122)
Instrumento do acordo firmado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, em 30 de Abril de 1931, para a unidade ortográfica da língua portuguesa	p. (128)
Ensino técnico:	
Aprova-se o regulamento do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (Decreto n.º 19 205)	p. (132)
Regulam-se as normas para a formação pedagógica dos professores do ensino técnico profissional (Decreto n.º 19 565)	p. (170)
Regula-se o regime de exames finais nas escolas superiores e médias dependentes da Direcção Geral do Ensino Técnico (Decreto n.º 19 781)	p. (180)
Aprova-se o estatuto da Universidade Técnica de Lisboa (Decreto n.º 19 848)	p. (181)
Aprova-se a remodelação do ensino médio agrícola e a do ensino elementar agrícola (Decreto n.º 19 908 e 19 909)	p. (187)
Ensino superior e belas artes:	
Introduzem-se várias alterações no Decreto n.º 18 973, que funda a secção de ciências pedagógicas (3.ª secção) nas Faculdades de Letras e cria dois liceus normais (Decreto n.º 19 216)	p. (307)
Programas para o ensino das disciplinas do Conservatório Nacional	p. (310)
Reconhece-se como condição de preferência para o provimento de lugares de astrónomos existentes ou a criar nos observatórios astronómicos, bem como dos lugares de meteorologistas nos observatórios dependentes do Ministério da Instrução Pública, o título de engenheiro geógrafo conferido pelas universidades do país – mandam admitir os engenheiros geógrafos, sem dependência de outras habilitações, aos concursos para professores de geodesia e topografia dos institutos industriais (Decreto n.º 19 307)	p. (361)
Regulam-se os exames de admissão aos cursos superiores, estabelecidos pelo artigo 7.º do Decreto n.º 19 244 (estatuto do ensino particular) (Decreto n.º 19 334)	p. (362)
Aprova-se o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (Decreto n.º 19 337)	p. (365)
Aprova-se o regulamento da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (Decreto n.º 19 349)	p. (393)
Dispensa-se da prestação de exames de habilitação para o exercício da profissão médica os indivíduos de nacionalidade portuguesa diplomados em medicina por universidades estrangeiras que prestaram serviços profissionais médicos na passada Grande Guerra (Decreto n.º 19 382)	p. (437)

Restringe-se a aplicação das disposições do artigo 6.º do Decreto n.º 18 594 às escolas superiores a que respeitam (Decreto n.º 19 391)	p. (438)
Regula-se o recrutamento dos assistentes universitários (Decreto n.º 19 393)	p. (439)
Autorizam-se as faculdades de medicina das três Universidades a criar cursos de habilitações para enfermeiras visitadoras de higiene (Decreto n.º 19 460)	p. (443)
Põe-se de acôrdo a organização do curso complementar da Faculdade de Engenharia da Universidade do Pôrto com a do curso normal (Decreto n.º 19 513)	p. (445)
Aprova-se o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (Decreto n.º 19 678)	p. (447)
Aprova-se o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (Decreto n.º 19 691)	p. (512)
Aprova-se o regulamento do ensino artístico (Decreto n.º 19 760)	p. (582)
Remodelam-se os serviços das bibliotecas e arquivos nacionais, bem como da respectiva inspecção (Decreto n.º 19 952)	p. (628)
Ensino particular:	
Autorizam-se os alunos do ensino secundário particular a executar nos laboratórios do liceu da zona a que pertencem os trabalhos práticos compreendidos nos programas do ensino liceal (Decreto n.º 19 347)	p. (684)

1932, a. 3, fasc. 2

Secção Pedagógica

O ensino do desenho na escola primária – VIII, IX, X, por <i>José Pereira</i>	p. 3
O ensino técnico e a evolução económica dos povos: tese apresentada ao Congresso das Associações para o Progresso das Ciências	p. 49

Secção Oficiosa

Circulares das direcções gerais:	p. 55
Ensino superior	p. 55
Ensino técnico e secundário	p. 60
Ensino primário	p. 69

Secção Oficial

Secretaria Geral:

Determina-se que todas as direcções de estabelecimentos dependentes do Ministério enviem mensalmente, às direcções gerais ou direcções de serviço a que estão subordinados, nota exacta de todas as faltas dadas pelo seu pessoal (Decreto n.º 20 257)	p. (3)
Regulamenta-se a aplicação das dotações para acumulação de regências de trabalhos práticos nos estabelecimentos de ensino superior (Decreto n.º 20 258)	p. (4)
Aprova-se o regulamento da Junta de Educação Nacional (Decreto n.º 20 352)	p. (7)
Determina-se que nos estabelecimentos dependentes da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes e da Direcção Geral do Ensino Técnico os horários dos serviços escolares sejam organizados de modo que as aulas se sucedam sem intervalos, salvo o normalmente estabelecido para refeição (Decreto n.º 20 565)	p. (32)

Ensino primário:

- Remodelam-se os serviços do ensino primário elementar oficial – consideram-se nulos os arredamentos de prédios que hajam sido adquiridos pelo Estado para funcionamento de escolas dependentes da Direcção Geral do Ensino Primário (Decreto n.º 20 181) p. (34)
- Reorganiza-se o Instituto do Professorado Primário Oficial (Decreto n.º 20 245) p. (43)
- Dá-se nova redacção aos artigos 9.º, 15.º e seu § único, artigo 24.º, corpo do artigo 44.º e artigo 43.º, 52.º e 85.º do Decreto n.º 18 646, que institui as escolas do magistério primário destinadas à preparação do professorado primário, elementar e infantil, em substituição das escolas normais primárias que ficam extintas (Decreto n.º 20 254) p. (44)
- Regulamenta-se a ordem por que deve ser determinada a entrada em funcionamento de novas escolas e lugares de professor de ensino primário elementar (Decreto n.º 20 274) p. (52)
- Regulamenta-se a execução dos exames de Estado para exercício do magistério primário, elementar e infantil – aprova os modelos oficiais de termos de exames de Estado e diplomas das respectivas habilitações, anexos a este diploma (Decreto n.º 20 297) p. (54)
- Autoriza-se o Governo a criar postos de ensino destinados à propagação dos conhecimentos que constituem o 1.º grau de ensino primário elementar (Decreto n.º 20 604) p. (61)

Ensino secundário:

- Regula-se a concessão de isenções de propinas e de bôlsas de estudo (Decreto n.º 20 065) p.(65)
- Aprovam-se os programas para todas as classes do ensino secundário (Decreto n.º 20 369) p. (69)
- Pontos-exemplos, organizados pela Secção do Ensino Secundário do Conselho Superior da Instrução Pública para os fins constantes da alínea a) da 3.ª instrução do artigo 17.º do decreto n.º 18 884, de 27 de setembro de 1930 p. (202)

Ensino técnico:

- Aprova-se o regulamento dos concursos de provas públicas aos lugares de professores extraordinários e auxiliares do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa (Decreto n.º 20 076) p. (237)
- Introduz-se várias alterações no regulamento do Instituto Superior Técnico de Lisboa, na parte referente ao recrutamento de professores (Decreto n.º 20 098) p. (242)
- Aprova-se o regulamento do Laboratório de Ferreira Lapa (Decreto n.º 20 219) p. (245)
- Determina-se que os licenciados pelas Faculdade de Letras sejam admitidos à matrícula no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa sem exigência de qualquer outra habilitação ou exame de admissão (Decreto n.º 20 309) p. (247)
- Estabelece-se as bases do ensino técnico médio comercial e industrial (Decreto n.º 20 328) p. (249)
- Aprova-se a organização do ensino técnico profissional (Decreto n.º 20 420) p. (288)
- Aprova-se o regulamento do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (Decreto n.º 20 440) p. (408)
- Regula-se as normas para a admissão ao estágio das escolas do ensino técnico profissional e estabelece as propinas respectivas (Decreto n.º 20 530) p. (449)
- Aprova-se o regulamento do Instituto Industrial de Lisboa (Decreto n.º 20 553) p. (453)

Ensino superior:

- Dá-se preferência absoluta para todos os cargos dos arquivos ou bibliotecas aos diplomados com o curso de bibliotecário arquivista (Decreto n.º 20 469) p. (520)
- Reforça-se uma verba do orçamento do Ministério para o corrente ano económico destinada a pessoal assalariado da estação viti-vinícula da Beira Litoral (Bairrada) (Decreto n.º 20 447) p. (524)
- Aprova-se o regulamento do Instituto de Climatologia e Hidrologia da Universidade do Pôrto (Decreto n.º 20 552) p. (525)
- Determina-se que os manuscritos iluminados e incunábulo não possam sair do país sem prévia comunicação ao Ministério da Instrução Pública, que poderá ou não autorizar a saída dessas espécies (Decreto n.º 20 586) p. (531)
- Regulamenta-se a execução do depósito legal de livros (Decreto n.º 20 636) p. (533)

Ensino artístico:

- Promove-se o estatuto do ensino particular (Decreto n.º 20 613) p. (545)

1933, a. 4, fasc. 1

Secção Pedagógica

- O ensino do desenho na escola primária – XI, XII, XIII, por *José Pereira* p. 3
- Relatório da comissão encarregada de estudar um novo tipo de liceu, por *Francisco José Nobre Guedes, Eduardo Antonino Pestana, José Joaquim de Oliveira Guimarães*, relator p. 77
- Parecer do médico escolar do Liceu Central de Gil Vicente, de Lisboa sobre o projecto de horário para o ano lectivo de 1932-1933, por *A. de Almeida Rocha* p. 113
- Relatório da Inspeção Geral do Ensino Particular, por *José Joaquim de Oliveira Guimarães* p. 159

Secção Oficial

Secretaria Geral:

- Cria-se no Ministério a comissão do cinema educativo com o fim de promover e fomentar nas escolas portuguesas o uso do cinema como meio de ensino (Decreto n.º 20 859) p. (3)
- Torna-se obrigatório a inserção de determinados trechos nos livros de leitura adoptados oficialmente (Decreto n.º 21 014) p. (7)
- Mandam-se aditar várias frases ao Decreto n.º 21 014, que torna obrigatória a inserção de determinados trechos nos livros de leitura adoptados oficialmente (Portaria n.º 7323) p. (20)
- Mandam-se aditar várias frases à lista das frases a inserir nos livros de leitura da 6.^a e 7.^a classes de letras dos liceus (Portaria n.º 7362) p. (23)
- Cria-se no Ministério da Instrução Pública a Repartição de Educação Física a e regulariza-se o seu funcionamento (Decreto n.º 21 034) p. (24)
- Esclarece-se a latitude da expressão "exactidão nas doutrinas", inserta no artigo 13.º do Decreto n.º 19 605, na parte que respeita ao compêndio de História pátria para o ensino secundário e técnico (Decreto n.º 21 103) p. (27)
- Uniformizam-se e coligem-se num só diploma todas as disposições legais referentes à disciplina académica (Decreto n.º 21 160) p. (29)

Ensino secundário:

Promulga-se o estatuto do ensino secundário (Decreto n.º 20 741) p. (35)

Ensino técnico:

Aprova-se o regulamento da Escola Superior de Medicina Veterinária (Decreto n.º 20 733) p. (107)

Ensino superior:

Aprova-se os programas do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista (Portaria n.º 7261) p. (165)

Aprova-se o regulamento da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (Decreto n.º 20 747) p. (198)

Aprova-se o regulamento da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Decreto n.º 20 860) p. (245)

Dá-se nova redacção aos artigos 15.º, 18.º, 47.º e 126.º e acrescenta-se um artigo ao regulamento da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, aprovado pelo Decreto n.º 20 860 (Decreto n.º 21 011) p. (279)

Cria-se em Lisboa a Academia Nacional de Belas Artes e regula-se o seu funcionamento (Decreto n.º 20 977) p. (280)

Institue-se o Conselho Superior de Belas Artes e extinguem-se os conselhos de arte e arqueologia das três circunscrições (Decreto n.º 20 985) p. (286)

1933, a. 4, fasc. 2

Secção Pedagógica

Parte Oficiosa

Relatórios elaborados pelos vários membros das sub-secções em que se desdobrou a Secção do Ensino Secundário do Conselho Superior de Instrução Pública, para efeitos da apreciação dos compêndios e livros de texto que se apresentaram ao concurso dos livros a adoptar no ensino secundário, oficial e particular:

I – Livros de língua e literatura portuguesa e latina	p. 197
I – Relatórios do Dr. <i>Silva Gomes</i>	p. 199
II – Relatórios do Dr. <i>Alfredo Caetano Oliveira de Carvalho</i>	p. 238
III – Relatórios do Dr. <i>José Saraiva</i>	p. 280
VI – Relatórios do Dr. <i>Martins Sequeira</i>	p. 341
V – Relatórios de D. <i>Maria Margarida da Silva</i>	p. 368
II – Livros de francês	p. 381
VI – Relatórios do Dr. <i>Gusmão de Araújo</i>	p. 383
III – Livros de inglês	p. 391
VII – Relatórios do Dr. <i>Saavedra Machado</i>	p. 393
VII – Relatórios do Dr. <i>Alberto Jardim</i>	p. 405
IV – Livros de geografia	p. 429
IX – Relatórios do Dr. <i>José Barata</i>	p. 431
X – Relatórios do Dr. <i>Medeiros de Gouveia</i>	p. 452

V – Livros de história	p. 465
XI – Relatórios do Dr. <i>Manuel José Ferreira da Costa</i>	p. 467
XII – Relatórios do Dr. <i>Alves de Moura</i>	p. 521
XIII – Relatórios do Dr. <i>José Maria da Silva</i>	p. 528
XIV – Relatórios do Dr. <i>Alfredo Pimenta</i>	p. 541
XV – Relatório do Dr. <i>Simões Baião</i>	p. 551
VI – Livros de Matemática	p. 553
XVI – Relatórios do Dr. <i>Lopes dos Santos</i>	p. 555
XVII – Relatórios do Coronel <i>Cândido Gomes</i>	p. 571
XVIII – Relatórios do Dr. <i>L. Leite Pinto</i>	p. 583
XIX – Relatórios do Dr. <i>Tenório de Figueiredo</i>	p. 591
XX – Relatórios do Dr. <i>Rui da Silva Leitão</i>	p. 595
XXI – Relatórios do Dr. <i>Alberto Soares Fernandes Basto</i>	p. 629
XXII – Relatórios de D. <i>Maria Mota Alves</i>	p. 634
XXIII – Relatórios de D. <i>Maria Guardiola</i>	p. 637
VII – Livros de física e química	p. 639
XXIV – Relatórios de D. <i>Alice Guardiola</i>	p. 641
XXV – Relatórios do Dr. <i>Cristiano de Sousa</i>	p. 645
XXVI – Relatórios do Dr. <i>António Barbosa</i>	p. 658
VIII – Livros de ciências naturais	p. 665
XXVII – Relatórios do Dr. <i>Correia Cardoso</i>	p. 667
XXVIII – Relatórios do Dr. <i>Flávio Pinto Resende</i>	p. 671
XXIX – Relatórios de D. <i>Maria Baptista Moreira</i>	p. 674
XXX – Relatórios do Dr. <i>José Branco</i>	p. 676
XXI – Relatórios do Dr. <i>Manuel de Ataíde</i>	p. 692
IX – Livros de desenho	p. 699
XXII – Relatórios do Dr. <i>Ressurreição Vicente</i>	p. 701
XXIII – Relatórios do Dr. <i>Francisco Soares Parente</i>	p. 706
XXIV – Relatórios de D. <i>Maria Emília de Sousa e Castro</i>	p. 710

Secção Oficial

Ensino secundário:

Aprova-se e manda-se pôr em execução o regulamento de educação física dos liceus (Decreto n.º 21 110) p. (307)

Aprova-se e manda-se pôr em execução o regulamento de canto coral dos liceus (Decreto n.º 21 150) p. (411)

Ensino técnico:

Aprova-se o regulamento do Instituto Comercial de Lisboa (Decreto n.º 20 804) p. (426)

Esclarece-se o artigo 66.º do regulamento do Instituto Comercial de Lisboa, aprovado pelo Decreto n.º 20 804, na parte referente ao provimento de professores assistentes do 3.º grupo do referido Instituto (Decreto n.º 21 038) p. (476)

Estabelece-se o regime de faltas, bem como as normas de classificação dos estágios, para os estagiários do ensino técnico profissional (Decreto n.º 20 821)	p. (477)
Regula-se a situação dos professores agregados do ensino técnico profissional admitidos por concurso de provas públicas (Decreto n.º 20 990)	p. (478)
Considera-se em vigor, a partir do ano lectivo de 1932-1933, em todas as escolas de ensino técnico profissional os programas que fazem parte do presente decreto (Decreto n.º 21 126)	p. (482)
Ensino superior:	
Aprova-se o regulamento da Faculdade de Farmácia da Universidade do Pôrto (Decreto n.º 21 005)	p. (516)
Aprova as normas a seguir para a publicação do Dicionário bio-biográfico, elaborado pela Academia das Ciências de Lisboa (Portaria n.º 7338)	p. (545)

1934, a. 5, fasc. 1

Secção Pedagógica

Sobre o ensino do desenho – XIV, XV, XVI, XVII, por <i>José Pereira</i>	p. 3
Prelecções inaugurais organizadas pelos Serviços de Orientação Pedagógica da Direcção Geral do Ensino Primário:	p. 43
I – Aos professores do distrito escolar de Lisboa, em 22 de Março de 1934, pelo director geral do ensino primário, Dr. <i>Vítor Manuel Braga Paixão</i>	p. 43
II – Aos professores do distrito escolar de Castelo Branco, em 1 de Fevereiro de 1934, pelo inspector adjunto do director geral, <i>António Leal</i>	p. 58
III – Aos professores do distrito escolar de Santarém, em 25 de Janeiro de 1934, e repetida aos de Bragança, em 1 de Fevereiro, pela inspectora orientadora <i>Antónia Maria Andrade de Moura</i>	p. 77
IV – Aos professores do distrito escolar de Leiria, em 25 de Janeiro de 1934, e repetida dos do distrito de Braga, em 1 de Fevereiro, pela inspectora orientadora <i>Áurea Judite do Amaral</i>	p. 89
V – Aos professores do distrito escolar de Angra do Heroísmo, em 25 de Janeiro de 1934, e repetida aos de Ponta Delgada, em 1 de Fevereiro, e aos do Funchal, em 6 de Março, pela inspectora orientadora <i>Felismina da Glória Oliveira</i>	p. 115
VI – Aos professores do distrito escolar do Porto, em 25 de Janeiro de 1934, e repetida aos do distrito da Guarda, em 1 de Fevereiro, pelo inspector orientador Dr. <i>Francisco José da Cunha Leão</i>	p. 134
VII – Aos professores do distrito escolar de Coimbra, em 25 de Janeiro de 1934, e repetida aos de Beja, em 1 de Fevereiro, pela inspectora orientadora <i>Irene do Céu Vieira Lisboa</i>	p. 157
VIII – Aos professores do distrito escolar de Aveiro, em 22 de Fevereiro de 1934, pelo inspector orientador Dr. <i>José Domingos Garcia Domingues</i>	p. 172
IX – Aos professores do distrito escolar de Faro, em 25 de Janeiro de 1934, e repetida aos de Viana do Castelo, em 1 de Fevereiro, e aos de Évora, em 8 de Fevereiro, pelo inspector orientador <i>Manuel Parente da Rocha Figueiredo</i>	p. 194
X – Aos professores do distrito escolar de Portalegre, em 25 de Janeiro de 1934, e repetida aos de Vila Real, em 1 de Fevereiro, pelo inspector orientador <i>Miguel Maria da Silva Portugal</i>	p. 213

XI – Aos professores do distrito escolar de Viseu, em 25 de Janeiro de 1934, e repetida aos de Setúbal, em 1 de Fevereiro, pelo inspector orientador *Ricardo Bensaúde* p. 231

Secção Oficial

Ensino superior:

- Aprova-se o regulamento da Secção do Ensino Superior do Conselho Superior de Instrução Pública (Decreto n.º 21 183) p. (3)
- Reorganiza-se o Museu de Soares dos Reis, da cidade do Pôrto, que passará a denominar-se Museu Nacional de Soares dos Reis (Decreto n.º 21 504) p. (13)
- Aprova-se o regulamento do Museu Regional de Alberto Sampaio, da Cidade de Guimarães (Decreto n.º 21 514) p. (15)
- Aprova-se e manda-se pôr em execução o regulamento do ensino artístico, a ministrar nas Escolas de Belas Artes (Decreto n.º 21 662) p. (18)

Ensino técnico:

- Estabelecem-se as normas de classificação nos concursos documentais para os lugares profissionais técnicos ou professores regentes das escolas agrícolas (elementares e médias) (Decreto n.º 20 946) p. (88)
- Regulariza-se a falta de comparência dos professores do ensino técnico profissional às reuniões dos conselhos escolares (Decreto n.º 21 421) p. (89)
- Consideram-se em vigor, a partir do ano lectivo de 1932-1933, em todas as escolas do ensino médio agrícola os programas das disciplinas ministradas nas escolas de regentes agrícola (Decreto n.º 21 476) p. (90)
- Regula-se a admissão ao estágio no ensino técnico profissional (Decreto n.º 21 645) p. (129)

Secretaria Geral:

- Aprovam-se os estatutos da Associação dos Escoteiros de Portugal (Decreto n.º 21 397) p. (145)
- Dão-se condições de eficiência às disposições da legislação que regula os procedimentos disciplinares sobre o pessoal docente dependente do Ministério (Decreto n.º 21 419) p. (151)
- Aprova-se o regulamento do Centro de Estudos Fisiológicos da Junta de Educação Nacional (Decreto n.º 21 429) p. (152)
- Institui-se no Ministério da Instrução Pública a Organização Escotista de Portugal (Decreto n.º 21 434) p. (156)
- Regula-se o funcionamento das instituições associativas escolares destinadas a fins culturais e beneficentes (Decreto n.º 21 566) p. (159)
- Regulamentam-se, com respeito ao pessoal do ensino superior, algumas disposições do Decreto n.º 19 478, que estabelece as condições reguladoras da comparência dos funcionários e das suas faltas ao serviço (Decreto n.º 21 603) p. (162)
- Excluem-se da frequência dos estabelecimentos de ensino a que pertençam, dependentes do Ministério da Instrução Pública, os alunos que durante três anos sucessivos ou cinco alternados não tenham três aprovações em nenhuma disciplina ou classe (Decreto n.º 21 681) p. (166)
- Determina-se que, a partir do ano de 1933, apenas sejam admitidos à matrícula nas universidades os indivíduos que, além das outras condições previstas nas leis orgânicas de cada uma das faculdades, institutos ou escolas, tenham prestado com êxito o respectivo exame de admissão (Decreto n.º 21 689) p. (167)

Secção Pedagógica

O desenho infantil e o ensino do desenho na escola primária, por <i>José Pereira</i>	p. 243
Algumas palavras acêrca do trabalho do professor José Pereira sobre o desenho na escola primária, por <i>António Arroyo</i>	p. 278
A formação do espírito colonial na escola primária portuguesa:	
I – Tese oficial apresentada pelos Serviços de Orientação Pedagógica da <i>Direcção Geral do Ensino Primário</i>	p. 287
II – O espírito colonial no ensino de moral e educação cívica, relator <i>José Domingos Garcia Domingues</i>	p. 289
III – De como pode a leitura, na escola primária, auxiliar a criação e o desenvolvimento do espírito colonizador, relator <i>Manuel Parente da Rocha de Figueiredo</i>	p. 295
IV – A aritmética na escola primária ao serviço do espírito colonial, relator <i>Miguel da Silva Portugal</i>	p. 298
V – A contribuição do desenho para o ensino elementar sôbre o Império Colonial Português, relatora <i>Irene do Céu Vieira Lisboa</i>	p. 300
VI – Como os trabalhos manuais são instrumento para formação dos alunos das escolas primárias no espírito colonial, relatora <i>Áurea Judite do Amaral</i>	p. 304
VII – O Império Colonial Português no ensino de geografia na escola primária, relatora <i>Antónia Maria de Andrade Moura</i>	p. 307
VIII – O espírito colonial no ensino da História, relator <i>Francisco da Cunha Leão</i>	p. 313
Quesitos, relatório, pareceres, sugestões e alvitres apresentados à comissão para a elaboração de um esquema da organização geral do ensino:	p. 319
Quesitos a submeter à comissão do esquema para a reforma geral do ensino, relator <i>Cabral de Moncada</i>	p. 321
Parecer do Prof. Dr. <i>Agostinho de Campos</i>	p. 341
Relatório do Prof. <i>Eusébio Tamagnini</i>	p. 347
Parecer do Prof. <i>Luiz Cabral de Moncada</i>	p. 363
Problemas propostos pelo Prof. <i>Celestino da Costa</i>	p. 391
Alvitres do Prof. <i>Ferreira do Amaral</i>	p. 394
Alvitres do Prof. <i>Aires Kopke</i> , da Escola de Medicina Tropical	p. 399
Alvitres do Dr. <i>Marques de Carvalho</i>	p. 401
Alvitres do Dr. <i>Pedro Maria da Cunha Serra</i>	p. 404
Alvitres do engenheiro <i>Ferreira da Silva</i>	p. 406
Alvitres apresentados pelo membro da comissão <i>Augusto Pires de Lima</i>	p. 412
Alvitres do Sr. <i>Augusto Jardim</i>	p. 419
Alvitres do Sr. <i>Carlos de Castro Henriques</i>	p. 420
Alvitres do engenheiro <i>Nobre Guedes</i>	p. 421
Alvitres do Prof. <i>Oliveira Guimarães</i>	p. 428
Curso complementar das Faculdades de Direito	p. 441

Secção Oficial

Secretaria Geral:

- Torna-se obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino primário, secundário, técnico (profissional e médio) e artístico, em todos os estabelecimentos de ensino particular e em todas as bibliotecas públicas a afixação de diversos pensamentos nas paredes das respectivas salas de aulas e leitura, corredores e pátios (Decreto n.º 22 040) p. (177)
- Regula-se a formação dos professores do 10.º grupo dos liceus – extingue-se na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa a cadeira anexa de História da música e Canto coral e cria-se no Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes) as disciplinas anuais de Pedagogia geral da Música e História geral da música (Decreto n.º 22 219) p. (182)
- Colocam-se os professores de ensino superior num regime de faltas adequado à natureza especial da função que lhes cumpre desempenhar (Decreto n.º 22 224) p. (188)

Ensino primário:

- Determina-se que os documentos respeitantes à sociedade cooperativa de responsabilidade limitada sob a denominação de Casa dos Professores Primários sejam enviados ao procurador geral da República, a fim de êste, perante os tribunais competentes, promover a dissolução da referida cooperativa (Portaria n.º 7436) p. (192)
- Reorganizam-se os serviços de direcção e administração, orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino, de inspecção e disciplinares dependentes da Direcção Geral do Ensino Primário (Decreto n.º 22 369) p. (199)

Ensino secundário:

- Regulamenta-se o que no estatuto do ensino secundário se dispõe relativamente à criação de liceus municipais e alteram-se algumas disposições do mesmo estatuto na sua aplicação a esta categoria de liceus (Decreto n.º 21 706) p. (271)
- Aprova-se o regulamento interno do Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes) (Decreto n.º 21 963) p. (275)
- Providencia-se no sentido de que a autorização para a assistência accidental a qualquer lição ministrada nos liceus só possa ser concebida a encarregados de educação e a profissionais do ensino particular devidamente diplomados (Decreto n.º 22 343) p. (337)
- Regulam-se as publicações escolares liceais (Decreto n.º 22 347) p. (338)
- Publicam-se instruções aos reitores dos liceus do continente e ilhas acêrca de correspondência inter-escolar (Circular) p. (341)

Ensino superior:

- Aprova-se e manda-se pôr em execução o regulamento dos serviços da secretaria e do pessoal menor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Decreto n.º 21 723) p. (347)
- Aprova-se e manda-se por em execução o regulamento da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Decreto n.º 21 724) p. (349)
- Autoriza-se o serviço de leitura nocturna na Biblioteca Nacional de Lisboa (Decreto n.º 21 725) p. (354)
- Aprova-se e manda-se pôr em execução o regulamento do laboratório de Físico-Química e Química Biológica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (Decreto n.º 21 729) p. (355)
- Extingue-se a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, criam-se escolas de farmácia nas universidades de Lisboa e Coimbra e remodela-se o ensino farmacêutico (Decreto n.º 21 853) p. (358)

Aprovam-se os programas das cadeiras das Escolas de Belas Artes, a que se refere o Artigo 3.º do Decreto n.º 19 760, que reorganizou o ensino das artes plásticas em Portugal (Portaria n.º 7468)	p. (374)
Esclarece-se o Artigo 2.º do Decreto n.º 20 767 à validação dos diplomas dos cursos professados no Conservatório da Música do Pôrto (Portaria n.º 7481)	p. (407)
Determina-se que o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista, destinado a fornecer a preparação profissional do pessoal superior das bibliotecas e arquivos, tenha a duração de dois anos – extingue-se o Curso de Paleografia e Diplomática na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Decreto n.º 22 014)	p. (408)

1934, a. 5, n.º esp.

E. T. P. (Ensino Técnico Profissional)

I – Relatório do director geral do ensino técnico, <i>Francisco José Nobre Guedes</i>	p. 3
II – Da situação actual do ensino técnico profissional	p. 19
A) Organização do ensino técnico profissional (legislação)	p. 23
B) Relação das escolas do ensino técnico profissional e sua localização	p. 28
C) Relação dos cursos professados nas escolas do ensino técnico profissional	p. 30
D) Pessoal docente, administrativo e menor	p. 36
E) População escolar	desdob.
F) Dados estatísticos: gráficos	desdob.
G) Localização das escolas (Lisboa e Porto)	p. 45
III – Enuncia-se o necessário desenvolvimento do ensino técnico profissional:	p. 49
A) Relatório da comissão encarregada de estudar as condições de instalação das escolas	p. 51
B) Obras necessárias nas escolas existentes (ampliações e reparações): relatórios parciais (Distrito de Aveiro – Escola Industrial e Comercial de Pedro Nunes, Águeda; Distrito de Bragança – Escola Industrial Emídio Navarro, Bragança; Distrito de Castelo Branco – Escola Industrial de Campos de Melo, Covilhã; Distrito de Coimbra – Escola Industrial e Comercial de Tomaz Bordalo Pinheiro, Figueira da Foz; Distrito de Évora – Escola Industrial do Médico Sousa, Viana do Alentejo; Distrito de Leiria – Escola Industrial e Comercial de Domingos Sequeira, Leiria; Distrito de Lisboa – Escola Industrial de Machado de Castro, Escola Industrial do Marquês de Pombal, Escola Industrial de Fonseca Benevides (Arte Aplicada), Escola Comercial de Ferreira Borges, Lisboa; Distrito de Portalegre – Escola Industrial de Fradesso da Silveira, Portalegre; Distrito de Pôrto – Escola Industrial do Infante D. Henrique, Pôrto; Distrito de Viana do Castelo – Escola Industrial e Comercial de Nun'Álvares, Viana do Castelo; Distrito de Vila Real – Escola Industrial e Comercial de Júlio Martins, Chaves; Distrito de Viseu – Escola Industrial e Comercial do Dr. Azevedo Neves, Viseu)	p. 69
C) Novas construções, relatórios parciais (Distrito de Aveiro – Escola Industrial e Comercial de Fernando Caldeira, Aveiro; Distrito de Braga – Escola Industrial e Comercial de Bartolomeu dos Mártires, Braga ; Escola Industrial e Comercial de Francisco de Holanda, Guimarães; Distrito de Coimbra – Escola Industrial e Comercial de Brotero, Coimbra; Distrito de Évora – Escola Industrial e Comercial de Gabriel Pereira, Évora ; Escola Industrial de António Augusto Gonçalves, Estremoz; Distrito de Faro – Escola Industrial e	p. 109

Comercial de Tomaz Cabreira, Faro ; Escola Industrial e Comercial de João de Deus, Silves ; Escola Industrial de Vitorino Damásio, Lagos; Distrito de Leiria – Escola Industrial de Guilherme Stephens, Marinha Grande ; Escola Industrial e Comercial de Rafael Bordal Pinheiro, Caldas da Rainha ; Escola Industrial de Rendeiras de Josefa de Óbidos, Peniche; Distrito de Lisboa – Escola Industrial de Afonso Domingues, Lisboa ; Escola Comercial de Rodrigues Sampaio, Lisboa ; Escola Comercial de Patrício Prazeres, Lisboa ; Escola Comercial de Veiga Beirão, Lisboa; Distrito do Pôrto – Escola Industrial de Faria Guimarães (Arte Aplicada), Pôrto ; Escola Comercial de Mousinho da Silveira, Pôrto ; Escola Industrial de Marques Leitão, Gondomar ; Escola Industrial de Passos Manuel, Vila Nova de Gaia ; Escola Industrial de Rendeiras de Baltazar do Couto, Vila do Conde ; Escola Comercial de Rocha Peixoto, Póvoa de Varzim; Distrito de Santarém – Escola Industrial e Comercial de Jácome Rattton, Tomar; Distrito de Setúbal – Escola Industrial e Comercial de João Vaz, Setúbal; Distrito de Vila Real – Escola Industrial e Comercial de José Júlio Rodrigues, Vila Real

- D) Projecto de construção de uma escola industrial tipo A (desenhos, memória descritiva, orçamento, programa) p. 139
- IV – Melhoria das condições do ensino das escolas existentes e plano de criação de novas escolas – criação de cursos, estudo sobre a criação de novas escolas e sua localização, aumento do pessoal dos quadros (pessoal docente, pessoal administrativo e menor, aumento das verbas de material) p. 151
- V – Execução de alguns preceitos legais de carácter educativo p. 169

1935, a. 6, fasc. 1/2

Secção Pedagógica

- Relatório da Inspeção Geral do Ensino Particular referente ao ano de 1934, por *José Joaquim de Oliveira Guimarães* p. 3
- Considerações sôbre o projecto de lei que pretende organizar a educação física no ensino secundário, apresentado e discutido na sessão da Assembleia Nacional de 2 de Abril de 1935, por *Benjamim Jorge Calado* p. 39
- Seleccção de alunos do ensino primário p. 71
- Relatórios dos inspectores dos distritos escolares: p. 89
- Distrito escolar de Aveiro, por *Raul Martins Leite* p. 91
 - Distrito escolar de Beja, por *Manuel Alves Martins* p. 97
 - Distrito escolar de Braga, por *Manuel Joaquim de Boaventura* p. 109
 - Distrito escolar de Bragança, por *Bernardino Guedes de Miranda* p. 129
 - Distrito escolar de Castelo Branco, por *Joaquim Sobreira* p. 144
 - Distrito escolar de Coimbra, por *Mário de Sousa e Sá* p. 155
 - Distrito escolar de Évora, por *João Maria Varregoso* p. 178
 - Distrito escolar de Faro, por *Abel Gonçalves Martins Viana* p. 183
 - Distrito escolar da Guarda, por *Benjamim de Carvalho Silva* p. 215
 - Distrito escolar de Leiria, por *António de Sousa Bento* p. 224
 - Distrito escolar de Portalegre, por *António Barata* p. 231
 - Distrito escolar do Porto, por *Augusto Gomes de Oliveira* p. 238
 - Distrito escolar de Santarém, por *Joaquim Tomaz* p. 242

Distrito escolar de Viana do Castelo, por <i>Manuel Bernardo</i>	p. 249
Distrito escolar de Vila Real, por <i>Belmiro Nogueira Xavier</i>	p. 256
Distrito escolar de Viseu, por <i>Joaquim Mendes Rodrigues Júnior</i>	p. 275
Distrito escolar de Angra do Heroísmo, por <i>Mário Damiense de Medeiros</i>	p. 279
Distrito escolar da Horta, por <i>Constantino Magno do Amaral</i>	p. 284
Distrito escolar de Ponta Delgada, por <i>Manuel Moniz Morgado</i>	p. 301

Secção Oficial

Secretaria Geral:

Rectificam-se os pensamentos constantes do Decreto n.º 22 040, na parte destinada às escolas primárias, liceus, bibliotecas, estabelecimentos de ensino artístico e de ensino particular (Decreto n.º 22 040)	p. (3)
Estabelecem-se as disposições pelas quais se deve reger o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia (Decreto n.º 22 338)	p.(5)
Cria-se no Ministério da Instrução Pública a Direcção Geral da Saúde Escolar, que superintenderá em tudo que respeite às condições sanitárias, médico-pedagógicas e higiénicas do pessoal discente das escolas oficiais e particulares, dos respectivos meios de ensino e edifícios (Decreto n.º 22 751)	p. (10)
Abre-se concurso para o provimento dos lugares de médicos escolares, que se realizará no decurso do mês de Novembro próximo (Decreto n.º 22 752)	p. (14)
Remodelam-se os serviços do Instituto de Orientação Profissional de Maria Luíza Barbosa de Carvalho (Decreto n.º 22 753)	p. (35)
Cria-se o curso de peritos orientadores de Psicotécnica no Instituto de Orientação Profissional de Maria Luíza Barbosa de Carvalho e definem-se as atribuições das delegações do mesmo Instituto (Decreto n.º 22 754)	p. (38)

Ensino superior:

Regulamenta-se o estágio que os Conservadores de museus são obrigados a fazer no Museu Nacional de Arte Antiga (Decreto n.º 22 110)	p. (49)
Aprova-se e manda-se pôr em execução o regulamento da Biblioteca Popular Central de Lisboa (Decreto n.º 22 116)	p. (51)
Dá-se nova redacção ao Artigo 35.º (concursos para professores catedráticos) do Decreto n.º 18 717, que aprova o Estatuto da Instrução Universitária (Decreto n.º 22 248)	p. (68)
Torna-se extensivo à Biblioteca Pública do Pôrto e às bibliotecas e arquivos provinciais o direito de opção em todos os leilões de livros, manuscritos, estampas, moedas medalhas e cartas geográficas, realizadas na sede do distrito a que pertencem, sem prejuízo da prioridade concedida em todos os casos à Biblioteca Nacional e ao Arquivo da Torre do Tombo (Decreto n.º 22 285)	p. (70)
Comete-se às respectivas secções do Conselho Superior de Instrução Pública o conhecimento das suspeições levantadas pelos candidatos em concurso para cargos docentes dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério (Decreto n.º 22 325)	p. (71)
Definem-se as atribuições dos comissários do govêrno junto do Teatro de S. Carlos e do Teatro Nacional de Almeida Garrett (Decreto n.º 22 333)	p. (72)
Torna-se extensivo à Biblioteca Municipal Central de Lisboa o direito de opção em todos os leilões de livros, manuscritos, estampas, moedas e cartas geográficas concernentes à vida e história de Lisboa, sem prejuízo da prioridade concedida em todos os casos à Biblioteca Nacional e ao Arquivo da Torre do Tombo (Decreto n.º 22 550)	p. (73)

Aprovam-se as instruções provisórias para a elaboração dos roteiros ou índices topográficos dos arquivos ou secções de manuscritos das bibliotecas (Portaria n.º 7588)	p. (74)
Aprova-se o regulamento interno da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Portaria n.º 7594)	p. (78)
Ensino secundário:	
Fixam-se as zonas de influência pedagógica dos Liceus Municipais do Dr. Bissaia Barreto, na Figueira da Foz, do Dr. Álvaro Soares, em Mirandela, e do Infante de Sagres, em Portimão (Decreto n.º 22 274)	p. (98)
Regulam-se as publicações escolares liceais (Decreto n.º 22 347)	p. (99)
Determina-se que se promova no Liceu Normal de Lisboa (Pedro Numes) o desenvolvimento da prática das línguas que fazem parte do ensino secundário (Decreto n.º 22 409)	p. (101)
Regula-se a nomeação dos reitores dos liceus (Decreto n.º 22 447)	p. (104)
Regulam-se as sanções disciplinares aplicáveis aos alunos dos liceus (Decreto n.º 22 547)	p. (112)
Regulamenta-se o número de faltas que os alunos do ensino secundário possam dar durante o ano escolar (Decreto n.º 22 724)	p. (115)
Ensino técnico:	
Manda-se pôr em vigor em todas as escolas do ensino técnico profissional, a partir do ano lectivo de 1932-1933, os programas das disciplinas profissionais (Decreto n.º 21 839)	p. (118)
Aprova-se o regulamento da Escola Superior de Medicina Veterinária (Decreto n.º 21 991)	p. (153)
Organizam-se os cursos liceais das escolas de regentes agrícolas (Decreto n.º 22 220)	p. (209)
Regula-se a constituição dos conselhos administrativos nas escolas do ensino médio industrial, comercial e agrícola e nas do ensino técnico profissional (Decreto n.º 22 275)	p. (211)
Define-se a situação dos antigos diplomados pelo Instituto Industrial e Comercial de Coimbra (Decreto n.º 22 313)	p. (213)

1935, a. 6, fasc. 3/4

Secção Pedagógica

Relatório geral dos exames de admissão aos liceus, pelo Dr. <i>José Joaquim de Oliveira Guimarães</i>	p. 313
Relatório do director dos Serviços de Educação Física, por <i>Benjamim Jorge Calado</i>	p. 351
Serviços cinematográficos do Ministério da Instrução Pública, por <i>A. A. Pires de Lima, V. M. Braga Paixão, J. Serras e Silva, J. J. de Oliveira Guimarães, Óscar de Freitas, A. J. Sá e Oliveira, Carlos Codina, J. Pereira Dias</i> (relator)	p. 390
Exames de Estado para o magistério primário:	p. 415
Relatório do presidente do júri que funcionou na cidade de Lisboa em Maio de 1934, por <i>Albano dos Santos Ramalho</i>	p. 417
Relatório do presidente do júri que funcionou na cidade de Pôrto em Maio de 1934, <i>António Martins Leal Júnior</i>	p. 422

Relatório da presidente do júri que funcionou na cidade de Coimbra em Maio de 1934, <i>Felismina da Glória Oliveira</i>	p. 428
Relatório da presidente do júri que funcionou na cidade de Braga em Maio de 1934, <i>Joaquim Tomaz</i>	p. 436
Relatório do presidente do júri que funcionou na cidade de Ponta Delgada em Junho de 1934, <i>António Martins Leal Júnior</i>	p. 440
Relatório do director da Biblioteca e Museu do Ensino Primário, <i>Adolfo Godfroy de Abreu Lima</i>	p. 444

Secção Oficial

Secretaria Geral:

Determina-se que as normas referidas no § 2.º do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 22 751 (Serviço de Saúde Escolar), quando se destinem a estabelecimentos de ensino particular, sejam sujeitas a prévio acôrdo como o inspector geral do ensino particular – regula o provimento dos lugares de inspectores de saúde escolar (Decreto n.º 22 826)	p. (217)
Dispensam-se de portaria especial e do pagamento de propinas extraordinárias os alunos habilitados por qualquer escola oficial das colónias portuguesas que requeiram até 15 de Novembro de cada ano, num dos dez dias seguintes ao da sua chegada à metrópole, matrícula nos liceus e nos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública (Decreto n.º 23 178)	p. (217)
Aprovam-se os estatutos da Associação Académica de Coimbra (Portaria n.º 7743)	p. (218)
Tornam-se aplicáveis a todos os funcionários docentes dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública as disposições do Decreto n.º 19 794 (procedimento disciplinar a adoptar), podendo as transferências resultantes da aplicação das respectivas penalidades efectuar-se para escolas da mesma índole e categoria (Decreto n.º 23 531)	p. (238)
Aprovam-se os estatutos da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (Decreto-lei n.º 23 584)	p. (238)
Aprovam-se os novos estatutos da Caixa de Previdência dos Médicos Portugueses (Decreto n.º 23 623)	p. (249)

Ensino superior:

Regula-se a forma de constituição dos júris dos concursos para o magistério do Conservatório Nacional e suas votações (Decreto n.º 22 803)	p. (294)
Modifica-se o decreto orgânico do Conselho Superior de Belas Artes (Decreto n.º 22 860)	p. (295)
Determina-se que possam ser nomeados professores auxiliares das faculdades universitárias os indivíduos já aprovados em mérito absoluto em concurso de provas públicas para professores catedráticos (Decreto n.º 23 095)	p. (298)
Permite-se a passagem de um quadro especial para outro dentro da mesma categoria, mediante parecer fundamentado do inspector geral, ao pessoal das bibliotecas e arquivos dependentes, técnica e administrativamente, da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos (Decreto n.º 23 096)	p. (299)
Cria-se uma Junta Nacional de Escavações e Antiguidades, que funcionará junto da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (Decreto n.º 23 125)	p. (301)
Estabelecem-se as normas a que devem obedecer no corrente ano lectivo a matrícula no curso de peritos orientadores, instituídos junto do Instituto de Orientação Profissional Maria Luíza Barbosa de Carvalho (Portaria n.º 7714)	p. (303)
Determina-se que o curso de economia social, que faz parte do programa de estudos das faculdades de direito, seja constituído, a partir do ano lectivo de 1933-1934, pelo	p. (304)

curso de direito corporativo, e considera esse curso como fazendo parte do grupo de ciências económicas (Decreto n.º 23 382)	
Esclarece-se que o disposto no artigo 50.º do Decreto n.º 21 695 e nos artigos 28.º e 134.º do Decreto n.º 22 369 não modificou a organização da Faculdade de Letras relativamente às condições de habilitações para inscrição nas disciplinas das mesmas Faculdades (Portaria n.º 7783)	p. (305)
Organiza-se o Museu de Arte da Universidade de Coimbra (Decreto n.º 23 625)	p. (306)
Aprovam-se os programas das disciplinas de Fontes da História de Portugal e de Paleografia (1.ª e 2.ª partes) do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista (Portaria n.º 7789)	p. (310)
Ensino secundário:	
Aos reitores dos liceus do Continente e Ilhas, esclarecendo algumas disposições sobre recursos liceais (Circular)	p. (328)
Aprovam-se os programas das cadeiras de história geral da música e pedagogia geral da música (Portaria n.º 7750)	p. (330)
Ensino técnico:	
Aprova-se o regulamento das escolas de regentes agrícolas (Decreto n.º 22 427)	p. (334)
Reconhece-se como oficial o curso comercial do Ateneu Comercial de Lisboa, que passará a chamar-se Escola Comercial do Ateneu Comercial de Lisboa (Decreto-lei n.º 22 586)	p. (422)
Extingue-se o Instituto Superior de Comércio do Pôrto e determina-se que as duas secções do Instituto Industrial e Comercial do Pôrto passem a funcionar separadamente, constituindo uma o Instituto Industrial do Pôrto e outra o Instituto Comercial do Pôrto (Decreto-lei n.º 22 739)	p. (425)
Estabelecem-se os programas das disciplinas técnicas do ensino elementar agrícola (Decreto n.º 22 972)	p. (431)
Define-se a composição do curso de Quimicotecnia dos institutos médios industriais (Decreto n.º 23 524)	p. (464)
Ensino primário:	
Regula-se a distribuição das bolsas de estudo para alunos das escolas do Magistério Primário do Continente da República (Decreto n.º 22 879)	p. (469)
Inspeção geral do ensino particular:	
Promulga-se o novo estatuto do ensino particular (Decreto n.º 23 447)	p. (472)

1936, a. 7, fasc. 1

Secção Pedagógica

Instalações de Física do Liceu Rodrigues de Freitas, por <i>Álvaro R. Machado</i>	p. 3
Experiência pedagógica: prova de álgebra, 5.ª classe, conduzida pelos professores estagiários do 8.º grupo <i>António José Vieira Júnior e Mário da Cunha Mora</i> e pelo professor metodólogo Dr. <i>José Augusto Cardoso</i>	p. 63
Relatório da Direcção Geral de Saúde Escolar referente ao ano de 1934-1935, pelo director geral <i>Serras e Silva</i>	p. 71

Secção Oficial

Secretaria Geral:

- Modifica-se o regime de escolha de livros a adoptar nos liceus e as escolas de ensino técnico profissional (Decreto-lei n.º 23 982) p. (3)
- Aprova-se os estatutos da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos (Portaria n.º 7948) p. (7)

Ensino superior:

- Organiza-se o Museu de Arte da Universidade de Coimbra (Decreto-lei n.º 23 625) p. (15)
- Introduz-se várias alterações no Decreto n.º 11 098, que determina que ninguém possa usar o título de arquitecto ou exercer essa profissão sem que possua o respectivo diploma passado por qualquer das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto (Decreto n.º 23 661) p. (19)
- Inclue-se no quadro dos assistentes da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa dois assistentes de neurologia especialmente destinados aos serviços de neuro-cirurgia (Decreto-lei n.º 24 103) p. (20)
- Torna-se facultativa, a partir do ano lectivo de 1933-1934, inclusive, a disciplina de geologia para os alunos do curso de engenheiro geógrafo, estabelecido nas faculdades de ciências de Coimbra, Lisboa, e Pôrto pelos Artigos 2.º e 4.º do Decreto n.º 18 477 (Decreto n.º 24 104) p. (22)
- Regulamenta-se as disposições do Decreto n.º 17 437, que concedeu aos alunos da Academia de Música de Coimbra a faculdade de prestarem nela as suas provas de exame (Decreto n.º 24 177) p. (23)
- Promulga-se o regulamento da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra (Decreto n.º 24 396) p. (24)
- Fixa-se explicitamente as habilitações a exigir aos candidatos ao Magistério nas Escolas de Belas Artes (Decreto-lei n.º 24 594) p. (68)
- Regula-se o ingresso na faculdade e escolas de farmácia dos ajudantes de farmácia (Decreto-lei n.º 24 746) p. (69)

Ensino secundário:

- Indica-se quais as habilitações a obter nas escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto para a admissão ao 1.º ano de estágio do 9.º Grupo dos Liceus Normais de Lisboa e Pôrto (Portaria n.º 7816) p. (72)
- Regula-se a matrícula prévia para admissão a exame nos liceus, tanto de classe como singulares (Decreto n.º 23 980) p. (73)
- Obriga-se a concurso de provas públicas o provimento dos cargos de professoras de labores femininos nos liceus e remodela-se os programas dessa disciplina (Decreto n.º 23 994) p. (76)
- Determina-se que os júris para os exames de Estado a realizar nos liceus normais de Lisboa e Coimbra sejam constituídos por professores do ensino superior, um dos quais será presidente, e três professores efectivos do ensino secundário, sendo um o metodólogo (Decreto n.º 24 019) p. (81)
- Altera-se várias disposições legais respeitantes a professores agregados nos liceus (Decreto-lei n.º 24 043) p. (81)
- Manda-se pôr em vigor no ano lectivo de 1934-1935 em todas as classes dos os novos programas do ensino secundário (Decreto n.º 24 526) p. (86)
- Promulga-se o regulamento dos liceus normais (Decreto n.º 24 676) p. (228)
- Regula-se a situação dos professores efectivos ou agregados dos liceus que, por nomeação ou contrato, sejam colocados em cargos de assistentes ou professores de qualquer faculdade ou escola universitária (Decreto n.º 24 701) p. (267)

Ensino técnico:

- Modifica-se o Decreto n.º 19 909, que reorganizou o ensino profissional elementar agrícola, na parte referente aos alunos das escolas práticas de agricultura (Decreto n.º 24 245) p. (269)
- Aprova-se o regulamento das escolas práticas de agricultura (Decreto n.º 24 631) p. (270)
- Promulga-se diversas disposições acêrca da preparação do pessoal docente do ensino técnico profissional (Decreto-lei n.º 24 571) p. (340)
- Modifica-se o Decreto n.º 20 934, que constitui em fundo de assistência aos alunos do ensino técnico profissional, que se denominará "Fundo permanente de seguros escolares", e regula o seu funcionamento (Decreto-lei n.º 24 618) p. (357)
- Cria-se a cadeira de direito corporativo no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (Decreto n.º 24 702) p. (363)
- Desdobra-se a Escola Industrial de Fonseca Benevides (arte aplicada) em duas escolas industriais (Decreto-lei n.º 24 747) p. (364)
- Introduz-se várias alterações no Decreto n.º 20 328, que estabelece as bases do ensino técnico médio comercial e industrial (Decreto-lei n.º 24 753) p. (367)

Ensino primário:

- Aprova-se o regulamento dos exames de Estado para o magistério primário, elementar, infantil e especial de anormais (Decreto n.º 23 735) p. (370)
- Determina-se que a entrega da certidão de idade para o efeito de admissão ao exame do 2.º grau do ensino primário elementar possa deixar de ser realizada dentro do prazo fixado no Artigo 8.º do Decreto n.º 18 413, quando o pai do candidato ou seu representante, ou ainda a entidade proponente, assim o requeira (Decreto n.º 23 915) p. (382)
- Estabelece-se as condições para o provimento de lugares do quadro geral do ensino primário elementar criados especialmente para o ensino de crianças internadas em estabelecimentos de beneficência (Decreto-lei n.º 24 173) p. (383)
- Eleva-se os quadros dos professores do ensino primário elementar das cidades de Lisboa, Pôrto e Braga (Decreto-lei n.º 24 174) p. (385)
- Fixam-se, respectivamente, os quadros docentes das zonas escolares das cidades de Lisboa e Pôrto (Decreto n.º 24 215) p. (388)
- Providencia-se a fim de que as formalidades relativas aos provimentos por concurso dos lugares do quadro geral do ensino primário resultante da ampliação dos quadros das cidades de Lisboa, Pôrto, Coimbra e Braga possam decorrer a tempo de os nomeados entrarem em exercício no próximo ano lectivo (Decreto n.º 24 217) p. (390)
- Confere-se às diplomadas com o curso de preceptoras que se ministrou no Instituto Feminino de Educação e Trabalho, de harmonia com o Decreto n.º 10 583, o direito a serem admitidas aos exames de Estado para o magistério primário elementar (Decreto n.º 24 449) p. (391)
- Regulamenta-se a publicação do Boletim do Ensino Primário Oficial, que terá a designação da Escola Portuguesa (Decreto n.º 24 553) p. (392)
- Aprova-se o regulamento da matrícula nas escolas oficiais do magistério primário (Decreto n.º 24 817) p. (393)

Saúde escolar:

- Regulamenta-se os serviços da Direcção Geral da Saúde Escolar (Decreto n.º 23 807) p. (401)

ÍNDICE DE AUTORES

- ADAMS, Mary A.**
1930, a. 1, n.º 3/4, p. 209
- ALVES, Maria Mota**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 634
- AMARAL, Áurea Judite do, 1889-1977**
1934, a. 5, fasc. 1, p. 89
1934, a. 5, fasc. 2, p. 304
- AMARAL, Ferreira do, 1876-1930**
1934, a. 5, fasc. 2, p. 394
- AMARAL JÚNIOR, Constantino Magno do, 1894-1947**
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 284
- ANDRADE, Abel de, 1866-1958**
1932, a. 3, fasc. 1, p. 125
- ANDRADE, Alfredo Augusto Freire de, 1859-1929**
1916, a. 1, n.º 1, p. 9
- ANGLIN, João H., 1894-1975**
1932, a. 3, fasc. 1, p. 105
- ANTUNES, João**
1931, a. 2, fasc. 2, p. 181
- ARAÚJO, Domingos Gusmão de, 1889-1959**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 383
- ARROIO, António, 1856-1934**
1934, a. 5, fasc. 2, p. 278
- ATAÍDE, Manuel de**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 692
- ATHIAS, Marck, 1875-1946**
1929, a. 1, n.º 1/2, p. 45
- BABO, Carlos, 1882-1957**
1916, a. 1, n.º 5, p. 415
- BAIÃO, António, 1878-1961**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 551
- BARATA, António**
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 231
- BARATA, José Henriques, 1894-1957**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 431
- BARBOSA, António, 1892-1946**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 658
- BARREIRO, Abílio, 1878-1961**
1932, a. 3, fasc. 1, p. 105
- BARRETO, J. Pereira**
1931, a. 2, fasc. 2, p. 161
- BASTO, Alberto Soares Fernandes**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 529
- BEIRÃO Caetano, 1892-1968**
1929, a. 1, n.º 1/2, p. 45
- BENSAÚDE, Ricardo, 1894-1974**
1934, a. 5, fasc. 1, p. 231
- BENTO António de Sousa**
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 224
- BERNARDO, Manuel**
1931, a. 2, fasc. 2, p. 186
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 249
- BOAVENTURA, Manuel de, 1885-1973**
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 109
- BRANCO, José Afonso Botelho da Silva**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 676
- BUTTS, Mary, 1890-1937**
1931, a. 2, fasc. 1, p. 57
- CABRAL, Francisco Alberto da Costa, 1880-1946**
1916, a. 1, n.º 6/12, p. 557
1917, a. 2, n.º 13/16, p. 60
- CALADO, Benjamin Jorge, 1875-1952**
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 39
1935, a. 6, fasc. 3/4, p. 351

- CAMPOS, Agostinho de, 1870-1944**
1934, a. 5, fasc. 2, p. 341
1917, a. 2, n.º 13/16, p. 3 e 104
1917, a. 2, n.º 17/19, p. 333
1917, a. 2, n.º 20/22, p. 537
- CAMPOS, Maria dos Reis**
1931, a. 2, fasc. 1, p. 45
- CARDIM, Luís, 1879-1958**
1916, a. 1, n.º 5, p. 403
- CARDOSO, José Augusto, 1891-1976**
1936, a. 7, fasc. 1, p. 63
- CARDOSO, José Maria Correia, 1890-?**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 667
- CARDOSO, M. Pereira**
1931, a. 2, fasc. 2, p. 193
- CARQUEJA, Bento, 1860-1935**
1916, a. 1, n.º 6/12, p. 529
1917, a. 2, n.º 17/19, p. 256
- CARVALHO, Alfredo de, 1893-1961**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 238
- CARVALHO, João Marques de, 1866-1910**
1934, a. 5, fasc. 2, p. 401
- CASTRO, Maria Emília de Sousa e**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 710
- CODINA, Carlos**
1935, a. 6, fasc. 3/4, p. 390
- COELHO, Adolfo, 1847-1919**
1917, a. 2, n.º 13/16, p. 26
1917, a. 2, n.º 20/22, p. 550
- CORREIA, José de Araújo, 1894-1978**
1917, a. 2, n.º 17/19, p. 309
- COSTA, A. Celestino da, 1884-1956**
1934, a. 5, fasc. 2, p. 391
- COSTA, Euclides Goulart da, 1883-1960**
1917, a. 2, n.º 20/22, p. 563
- COSTA, Manuel José Ferreira da, 1892-?**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 463
- CUNHA, Pedro José da, 1867-1945**
1916, a. 1, n.º 2, p. 61
- DIAS, João Pereira, 1894-1960**
1935, a. 6, fasc. 3/4, p. 390
- DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO PRIMÁRIO**
1934, a. 5, fasc. 2, p. 287
- DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO PRIMÁRIO. Serviços de Orientação Pedagógica**
1934, a. 5, fasc. 1, p. 43
- DOMINGUES, José D. Garcia, 1910-1989**
1934, a. 5, fasc. 1, p. 172
1934, a. 5, fasc. 2, p. 289
- FERNANDES, António Maria**
1929, a. 1, n.º 1/2, p. 45
- FERREIRA, António Aurélio da Costa, 1879-1922**
1916, a. 1, n.º 1, p. 15
1916, a. 1, n.º 4, p. 257
1916, a. 1, n.º 6/12, p. 538
1917, a. 2, n.º 17/19, p. 285
- FERRIÈRE, Adolphe, 1879-1960**
1929, a. 1, n.º 1/2, p. 100
- FIGUEIREDO, A. Teotónio de, 1895-?**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 591
- FIGUEIREDO, Parente de, 1898-1992**
1934, a. 5, fasc. 1, p. 194
1934, a. 5, fasc. 2, p. 295
- FREIRE, Casimiro, 1843-1918**
1916, a. 1, n.º 2, p. 125
- FREITAS, Óscar de**
1935, a. 6, fasc. 3/4, p. 390
- GERSTMAYER, Eva E.**
1930, a. 1, n.º 3/4, p. 204
- GOMES, Cândido**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 571

- GOMES, João Bernardo**
1916, a. 1, n.º 1, p. 48
- GOMES, Silva**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 199
- GOUVEIA, A. de Medeiros**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 452
- GRAY, William S., 1885-1960**
1930, a. 1, n.º 3/4, p. 193
- GUARDIOLA, Alice Augusto dos Santos, 1893-1984**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 641
- GUARDIOLA, Maria, 1895-1987**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 637
- GUEDES, Francisco José Nobre, 1893-1969**
1933, a. 4, fasc. 1, p. 77
1934, a. 5, fasc. 2, p. 421
1934, a. 5, n.º esp., p. 3
- GUIMARÃES, José Joaquim de Oliveira, 1877-1960**
1929, a. 1, n.º 1/2, p. 3 e 89
1930, a. 1, n.º 3/4, p. 109
1931, a. 2, fasc. 1, p. 3
1931, a. 2, fasc. 2, p. 81
1932, a. 3, fasc. 1, p. 105 e 141
1933, a. 4, fasc. 1, p. 77 e 159
1934, a. 5, fasc. 2, p. 428
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 3
1935, a. 6, fasc. 3/4, p. 313 e 390
- GUIMARÃES, Rodolfo, 1866-1918**
1917, a. 2, n.º 17/19, p. 245
- HARDY, Marjorie, 1888-?**
1930, a. 1, n.º 3/4, p. 198
- HENRIQUES, Carlos de Castro**
1934, a. 5, fasc. 2, p. 420
- JARDIM, Alberto F., 1882-1970**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 405
- JARDIM, Augusto**
1934, a. 5, fasc. 2, p. 419
- KOPKE, Aires, 1866-1947**
1934, a. 5, fasc. 2, p. 399
- KORRODI, Ernesto, 1870-1944**
1916, a. 1, n.º 2, p. 78
1916, a. 1, n.º 3, p. 195
1916, a. 1, n.º 4, p. 330
1916, a. 1, n.º 5, p. 419
1916, a. 1, n.º 6/12, p. 593
- LEÃO, Francisco da Cunha, 1907-1974**
1934, a. 5, fasc. 1, p. 134
1934, a. 5, fasc. 2, p. 313
- LEAL, António**
1934, a. 5, fasc. 1, p. 58
- LEAL, José da Silva Mendes, 1818-1886**
1929, a. 1, n.º 1/2, p. 45
- LEAL JÚNIOR, António, 1854-?**
1935, a. 6, fasc. 3/4, p. 422 e 440
- LEITÃO, Rui da Silva, 1892-1971**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 595
- LEITE, Raul Martins**
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 91
- LIMA, Adolfo, 1874-1943**
1935, a. 6, fasc. 3/4, p. 444
- LIMA, António Augusto Pires de, 1880-1953**
1935, a. 6, fasc. 3/4, p. 390
- LIMA, Augusto César Pires de, 1883-1959**
1934, a. 5, fasc. 2, p. 412
- LINO, Raul, 1879-1974**
1916, a. 1, n.º 3, p. 191
1917, a. 2, n.º 13/16, p. 42
- LISBOA, Irene, 1892-1958**
1934, a. 5, fasc. 1, p. 157
1934, a. 5, fasc. 2, p. 300
- MACHADO, Álvaro R., 1879-1946**
1936, a. 7, fasc. 1, p. 3
- MACHADO, Luís Saavedra, 1898-1974**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 393

MARTINS, Manuel Alves

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 97

MATA, José Caeiro da, 1883-1963

1932, a. 3, fasc. 1, p. 105

MEDEIROS, Mário Damiense de

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 279

MIRANDA, Bernardino Guedes de

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 129

MIRANDA, Manuel Augusto Ribeiro de

1931, a. 2, fasc. 2, p. 147

MONCADA, Luís Cabral de, 1888-1974

1934, a. 5, fasc. 2, p. 319 e 363

MORA, Mário António da Cunha, 1899-?

1936, a. 7, fasc. 1, p. 63

MOREIRA, Maria Baptista

1933, a. 4, fasc. 2, p. 674

MORGADO, M. Moniz

1931, a. 2, fasc. 2, p. 168

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 301

MOURA, António Maria Andrade de

1934, a. 5, fasc. 1, p. 77

1934, a. 5, fasc. 2, p. 307

MOURA, Eduardo Marinha Alves de, 1895-1991

1933, a. 4, fasc. 2, p. 521

OLIVEIRA, Amaro de

1916, a. 1, n.º 1, p. 12

OLIVEIRA, António J. de Sá, 1872-1954

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. 390

OLIVEIRA, Augusto Gomes de, 1880-?

1931, a. 2, fasc. 2, p. 140

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 238

OLIVEIRA, Felismina da Glória

1934, a. 5, fasc. 1, p. 115

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. 428

P. JÚNIOR, Joaquim Lopes

1931, a. 2, fasc. 2, p. 174

PAIXÃO, Braga, 1892-1982

1934, a. 5, fasc. 1, p. 43

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. 390

PARENTE, Francisco Soares

1933, a. 4, fasc. 2, p. 706

PEDROSA, Virgílio Guerra, 1895-1952

1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3, p. 11

PEREIRA, Isabel Baptista

1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3, p. 27

PEREIRA, José, 1884-1966

1931, a. 2, fasc. 2, p. 115

1932, a. 3, fasc. 1, p. 3

1932, a. 3, fasc. 2, p. 3

1933, a. 4, fasc. 1, p. 3

1934, a. 5, fasc. 1, p. 3

1934, a. 5, fasc. 2, p. 243

PESTANA, E. Antonino, 1891-1963

1933, a. 4, fasc. 1, p. 77

PIMENTA, Alfredo, 1882-1950

1933, a. 4, fasc. 2, p. 541

PINTO, Francisco de Paula Leite, 1902-2000

1933, a. 4, fasc. 2, p. 583

PINTO, Jaime Martins

1931, a. 2, fasc. 1, p. 32

PORTUGAL, Miguel Maria da Silva, 1897-1970

1934, a. 5, fasc. 1, p. 213

1934, a. 5, fasc. 2, p. 298

RAMALHO, Albano, 1868-1938

1931, a. 2, fasc. 1, p. 21

RAMALHO, Albano dos Santos, ?-1958

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. 417

RESENDE, Flávio Ferreira Pinto, 1907-1967

1933, a. 4, fasc. 2, p. 671

ROCHA, A. de Almeida

1933, a. 4, fasc. 1, p. 113

- RODRIGUES, José Júlio, 1874-1948**
1932, a. 3, fasc. 1, p. 61
- RODRIGUES JÚNIOR, Joaquim Mendes**
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 275
- SÁ, Mário de Sousa e**
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 155
- SACADURA, Costa, 1872-1966**
1916, a. 1, n.º 5, p. 408
1916, a. 1, n.º 6/12, p. 583
1917, a. 2, n.º 13/16, p. 81
- SANTOS, Lopes dos**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 555
- SANTOS, Reinaldo dos, 1880-1970**
1916, a. 1, n.º 4, p. 271
- SARAIVA, José, 1881- 1962**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 280
- SEQUEIRA, F. J. Martins, 1894-1966**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 341
- SERRA, Pedro Maria da Cunha, 1855-1955**
1934, a. 5, fasc. 2, p. 404
- SHIPLEY, Gertrudes T.**
1930, a. 1, n.º 3/4, p. 195
- SILVA, Alberto Ferreira da, 1898-1978**
1934, a. 5, fasc. 2, p. 406
- SILVA, Benjamim de Carvalho**
1931, a. 2, fasc. 2, p. 158
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 215
- SILVA, Francisco Portela da**
1931, a. 2, fasc. 2, p. 137
- SILVA, João Cristino Ribeiro da, 1858-1948**
1917, a. 2, n.º 17/19, p. 291
- SILVA, João Serras e, 1868-1956**
1935, a. 6, fasc. 3/4, p. 390
- 1936, a. 7, fasc. 1, p. 71
- SILVA, José Maria da**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 528
- SILVA, Maria Margarida da**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 368
- SILVA, Serafim Alves da**
1931, a. 2, fasc. 2, p. 155
- SOBREIRA, Joaquim**
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 144
- SOUSA, Cristiano de**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 645
- SOUSA, Tude Martins de, 1874-1951**
1916, a. 1, n.º 3, p. 175
- TAMAGNINI, Eusébio, 1880-1972**
1929, a. 1, n.º 1/2, p. 45
1934, a. 5, fasc. 2, p. 347
- TEIXEIRA, João Augusto**
1931, a. 2, fasc. 2, p. 189
- TOMÁS, Joaquim, 1879-1973**
1931, a. 2, fasc. 2, p. 177
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 242
1935, a. 6, fasc. 3/4, p. 436
- VARREGOSO, João Maria**
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 178
- VELOSO. Queirós, 1860-1952**
1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3, p. 3
- VIANA, Abel, 1896-1964**
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 183
- VICENTE, Ressurreição**
1933, a. 4, fasc. 2, p. 701
- VIEIRA JÚNIOR, António José**
1936, a. 7, fasc. 1, p. 63
- XAVIER, Belmiro Nogueira**
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 256

ÍNDICE DE TÍTULOS

A propósito da reforma escolar brasileira

1931, a. 2, fasc. 1, p. 3

A agudeza visual e a auditiva debaixo do ponto de vista pedagógico

1916, a. 1, n.º 1, p. 15

Algumas deficiências da organização das Faculdades de Ciências

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 245

Algumas palavras acerca do trabalho do professor José Pereira sobre o desenho na escola primária

1934, a. 5, fasc. 2, p. 278

A aritmética e a geometria na escola primária (súmula duma conferência pedagógica)

1916, a. 1, n.º 2, p. 61

A árvore na escola primária

1916, a. 1, n.º 3, p. 175

Base de reorganização do Ministério da Instrução Pública

1916, a. 1, n.º 5, p. 415

Camões e a estética nos Lusíadas

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 291

Circulares expedidas pela repartição pedagógica da Direcção Geral do Ensino Primário

1932, a. 3, fasc. 1, p. 141

Centros de interesse

1931, a. 2, fasc. 1, p. 57

Considerações sobre a estética na escola

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 42

Considerações sobre o projecto de lei que pretende organizar a educação física no ensino secundário, apresentado e discutido na sessão da Assembleia Nacional de 2 de Abril de 1935

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 39

Curso complementar das Faculdades de Direito

1934, a. 5, fasc. 2, p. 441

Decoração de escolas primárias: memória justificativa de uma proposta para a decoração da escola de Alcântara

1916, a. 1, n.º 3, p. 191

O desenho infantil e o ensino do desenho na escola primária

1934, a. 5, fasc. 2, p. 243

Educação

1916, a. 1, n.º 1, p. 9

O ensino da leitura no segundo grau

1930, a. 1, n.º 3/4, p. 204

O ensino do desenho na escola primária

1931, a. 2, fasc. 2, p. 115

1932, a. 3, fasc. 1, p. 3

1932, a. 3, fasc. 2, p. 3

1933, a. 4, fasc. 1, p. 3

O ensino secundário

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 26

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 550

Ensino técnico

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 529

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 256

O ensino técnico e a evolução económica dos povos

1932, a. 3, fasc. 2, p. 49

Esboço de reforma dos serviços de sanidade escolar

1916, a. 1, n.º 5, p. 408

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 583

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 81

Escola americana

1931, a. 2, fasc. 1, p. 45

Escola de História, Geografia, Língua e Literatura Portuguesas em Honolulu

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 563

Escola Primária Superior de Ribeiro Sanches: relatório do ano lectivo de 1919-1920

1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3, p. 11

Escolas estrangeiras I – A reforma escolar de Viena

1929, a. 1, n.º 1/2, p. 89

Escolas móveis – relatório do inspector e mapas estatísticos

1916, a. 1, n.º 1, p. 48

Estatística do ensino primário elementar, das escolas oficiais do Continente e Ilhas adjacentes, relativa ao ano de 1929-1930

1932, a. 3, fasc. 1, p. 161

Exames de Estado para o magistério primário

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. 415

Experiência pedagógica: prova de álgebra, 5.^a classe

1936, a. 7, fasc. 1, p. 63

Os fins e a organização da Sociedade das Nações

1930, a. 1, n.º 3/4, p. 215

1931, a. 2, fasc. 1, p. 63

A formação do espírito colonial na escola primária portuguesa

1934, a. 5, fasc. 2, p. 287

A ftiríase nas escolas

1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3, p. 27

A importância do ensino superior e o seu papel no ressurgimento nacional

1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3, p. 3

Inspeção pedagógica ao Liceu de Maria Pia

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 104

Instalações de Física do Liceu Rodrigues de Freitas

1936, a. 7, fasc. 1, p. 3

A leitura de livros no primeiro grau

1930, a. 1, n.º 3/4, p. 198

A leitura no primeiro grau

1930, a. 1, n.º 3/4, p. 195

A leitura nos graus intermediários

1930, a. 1, n.º 3/4, p. 209

Lições de História de Portugal (6.ª classe dos liceus) – ensino secundário

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 557

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 60

O mestre em frente do aluno

1916, a. 1, n.º 5, p. 403

Museu Pedagógico de Lisboa: relatório sobre o seu inventário e organização

1916, a. 1, n.º 2, p. 125

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 693

Notas da redacção

1929, a. 1, n.º 1/2, p. 106

A obra pedagógica da República

1916, a. 1, n.º 1, p. 5

A obra pedagógica da República – estatísticas – escolas primárias oficiais existentes em 31 de Dezembro de 1915, com a indicação das que foram criadas pela República

1916, a. 1, n.º 2, p. 95

1916, a. 1, n.º 3, p. 222

1916, a. 1, n.º 4, p. 345

1916, a. 1, n.º 5, p. 443

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 637

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 165

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 335

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 571

Parecer do médico escolar do Liceu Central de Gil Vicente, de Lisboa sobre o projecto de horário para o ano lectivo de 1932-1933

1933, a. 4, fasc. 1, p. 113

Pelo estrangeiro – factos e ideias

1916, a. 1, n.º 3, p. 208

Prelecções inaugurais organizadas pelos Serviços de Orientação Pedagógica da Direcção Geral do Ensino Primário

1934, a. 5, fasc. 1, p. 43

Principais reformas modernas no ensino da leitura

1930, a. 1, n.º 3/4, p. 193

Os progressos da técnica e assistência cirúrgicas em campanha

1916, a. 1, n.º 4, p. 271

Quesitos, relatório, pareceres, sugestões e alvitre apresentados à comissão para a elaboração de um esquema da organização geral do ensino

1934, a. 5, fasc. 2, p. 319

Relatório da comissão encarregada de estudar um novo tipo de liceu

1933, a. 4, fasc. 1, p. 77

Relatório da Direcção Geral de Saúde Escolar referente ao ano de 1934-1935

1936, a. 7, fasc. 1, p. 71

Relatório da Inspeção Geral do Ensino Particular

1933, a. 4, fasc. 1, p. 159

Relatório da Inspeção Geral do Ensino Particular referente ao ano de 1934

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 3

Relatório do director dos Serviços de Educação Física

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. 351

Relatório geral dos exames de admissão aos liceus

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. 313

Relatório sobre o XIII Congresso Internacional de Ensino Secundário, realizado em Paris em Julho de 1931

1932, a. 3, fasc. 1, p. 61

Relatórios da Comissão de Reforma Orçamental

1929, a. 1, n.º 1/2, p. 45

Relatórios das inspecções escolares (referentes aos serviços do ensino primário no ano lectivo de 1929-1930)

1931, a. 2, fasc. 1, p. 21

1931, a. 2, fasc. 2, p. 137

Relatórios dos inspectores dos distritos escolares

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 89

Relatórios elaborados pelos vários membros das subsecções em que se desdobrou a Secção do Ensino Secundário do Conselho Superior de Instrução Pública, para efeitos da apreciação dos compêndios e livros de texto que se apresentaram ao concurso dos livros a adoptar no ensino secundário, oficial e particular

1933, a. 4, fasc. 2

Livros de ciências naturais

p. 665

Livros de desenho

p. 699

Livros de física e química

p. 639

Livros de francês

p. 381

Livros de geografia

p. 429

Livros de história

p. 465

Livros de inglês

p. 391

Livros de língua e literatura portuguesa e latina

p. 197

Livros de matemática

p. 553

Relatórios sobre exames de Estado

1932, a. 3, fasc. 1, p. 125

A República e a escola primária

1916, a. 1, n.º 1, p. 12

Seleccção da frequência universitária: parecer da Comissão Delegada da Secção Central do Conselho Superior de Instrução Pública

1932, a. 3, fasc. 1, p. 105

Seleccção de alunos do ensino primário

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. 71

Serviços artísticos e arqueológicos

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 354

Serviços cinematográficos do Ministério da Instrução Pública

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. 390

Sobre a necessidade de reformar a técnica dos exames escolares

1929, a. 1, n.º 1/2, p. 3

1930, a. 1, n.º 3/4, p. 109

1931, a. 2, fasc. 2, p. 81

Sobre a pigmentação da íris nalguns escolares portugueses

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 285

Sobre o ensino do desenho

1934, a. 5, fasc. 1, p. 3

Sobre umas provas de exame da atenção voluntária visual

1916, a. 1, n.º 4, p. 257

Subsídios para a organização do ensino profissional-artístico de canteiros – inquérito à indústria da pedra nas regiões da Alta Estremadura e do Mondego

1916, a. 1, n.º 2, p. 78

1916, a. 1, n.º 3, p. 195

1916, a. 1, n.º 4, p. 330

1916, a. 1, n.º 5, p. 415

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 593

Três anos em Inglaterra

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 309

Universidade de Lisboa: a sua missão social

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 3

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 537

A visão das cores

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 538

Visita a uma escola de Decroly

1929, a. 1, n.º 1/2, p. 100

ÍNDICE DE DIPLOMAS LEGAIS

BIBLIOTECAS E ARQUIVOS

Alteração do horário da leitura pública na Biblioteca Nacional de Lisboa (Decreto n.º 3054)
1917, a. 2, n.º 13/16, p. 209

Aprova-se e manda-se pôr em execução o regulamento da Biblioteca Popular Central de Lisboa (Decreto n.º 22 116)
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (51)

Aprova-se os programas do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista (Portaria n.º 7261)
1933, a. 4, fasc. 1, p. (165)

Aprovam-se as instruções provisórias para a elaboração dos roteiros ou índices topográficos dos arquivos ou secções de manuscritos das bibliotecas (Portaria n.º 7588)
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (74)

Aprovam-se os programas das disciplinas de Fontes da História de Portugal e de Paleografia (1.ª e 2.ª partes) do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista (Portaria n.º 7789)
1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (310)

Autoriza-se o serviço de leitura nocturna na Biblioteca Nacional de Lisboa (Decreto n.º 21 725)
1934, a. 5, fasc. 2, p. (354)

Autoriza-se o serviço de leitura nocturna na Biblioteca Nacional de Lisboa – fixam-se as remunerações a abonar ao pessoal incumbido do referido serviço (Decreto n.º 17 764)
1930, a. 1, n.º 3/4, p. (335)

Autorização para serem transferidos para as bibliotecas do Estado ou Arquivos Distritais, dependentes da "Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos", todos os livros de notas, documentos e livros diversos pertencentes aos cartórios notariais de determinadas comarcas (Decreto n.º 2607)
1916, a. 1, n.º 6/12, p. 904

Biblioteca do Ministério de Instrução Pública: relação das obras obtidas por compra com destino a essa Biblioteca
1916, a. 1, n.º 5, p. 522
1917, a. 2, n.º 13/16, p. 240

Criação de bibliotecas populares junto dos hospitais civis de Lisboa (Decreto n.º 3163)
1917, a. 2, n.º 13/16, p. 215

Criação de um arquivo distrital anexo à Biblioteca Pública de Braga (Decreto n.º 3286)
1917, a. 2, n.º 17/19, p. 367

Criação de um arquivo distrital anexo à Biblioteca Pública de Évora (Decreto n.º 2859)
1916, a. 1, n.º 6/12, p. 914

Criação de um novo arquivo, com sede no edifício do extinto Paço Patriarcal de S. Vicente, para instalação de livros de registos paroquiais (Decreto n.º 2225)
1916, a. 1, n.º 2, p. 158

Criação de uma biblioteca erudita e de um arquivo distrital anexo na cidade de Leiria (Decreto n.º 2550-J)
1916, a. 1, n.º 6/12, p. 902

Criação de uma biblioteca pública na Cidade de Bragança (Decreto n.º 2858)
1916, a. 1, n.º 6/12, p. 912

Criação do Arquivo das Congregações, destinado a recolher, organizar e inventariar o espólio documental das congregações religiosas existentes em Portugal à data da proclamação da República (Decreto n.º 3410)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 619

Dá-se preferência absoluta para todos os cargos dos arquivos ou bibliotecas aos diplomados com o curso de bibliotecário arquivista (Decreto n.º 20 469)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (520)

Determina-se que o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista, destinado a fornecer a preparação profissional do pessoal superior das bibliotecas e arquivos, tenha a duração de dois anos – extingue-se o Curso de Paleografia e Diplomática na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Decreto n.º 22 014)

1934, a. 5, fasc. 2, p. (408)

Determina-se que os documentos manuscritos de merecimento histórico, bem como os móveis e livros que forem adequados, do arquivo das congregações religiosas, sejam recolhidos no Arquivo Nacional Torre do Tombo (Decreto n.º 18 769)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (652)

Determina-se que os manuscritos iluminados e incunábulo não possam sair do país sem prévia comunicação ao Ministério da Instrução Pública, que poderá ou não autorizar a saída dessas espécies (Decreto n.º 20 586)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (531)

Estabelece-se que, em determinadas condições, a categoria de bibliotecário seja inerente ao professor de qualquer das cadeiras do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista (Decreto n.º 3370)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 619

Incorporação da biblioteca do extinto Colégio de Campolide no quadro das bibliotecas dependentes do Ministério de Instrução Pública (Decreto n.º 3298)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 369

Nomeação de dois funcionários para elaborarem um roteiro histórico da Cidade de Lisboa (Portaria)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 370

Permite-se a passagem de um quadro especial para outro dentro da mesma categoria, mediante parecer fundamentado do inspector geral, ao pessoal das bibliotecas e arquivos dependentes, técnica e administrativamente, da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos (Decreto n.º 23 096)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (299)

Regulamenta-se a execução do depósito legal de livros (Decreto n.º 20 636)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (533)

Regulamento sobre o provimento e promoção do pessoal das bibliotecas e arquivos nacionais (Decreto n.º 3076)

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 210

Remodelam-se os serviços das bibliotecas e arquivos nacionais, bem como da respectiva inspeção (Decreto n.º 19 952)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (628)

Revogação da disposição da Lei orçamental n.º 226, de 30 de Junho de 1914, que reduziu a quatro o número de primeiros bibliotecários da Biblioteca Nacional de Lisboa (Lei n.º 592)

1916, a. 1, n.º 4, p. 399

Torna-se extensivo à Biblioteca Municipal Central de Lisboa o direito de opção em todos os leilões de livros, manuscritos, estampas, moedas e cartas geográficas concernentes à vida e história de Lisboa, sem prejuízo da prioridade concedida em todos os casos à Biblioteca Nacional e ao Arquivo da Torre do Tombo (Decreto n.º 22 550)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (73)

Torna-se extensivo à Biblioteca Pública do Porto e às bibliotecas e arquivos provinciais o direito de opção em todos os leilões de livros, manuscritos, estampas, moedas medalhas e cartas geográficas, realizadas na sede do distrito a que pertencem, sem prejuízo da prioridade concedida em todos os casos à Biblioteca Nacional e ao Arquivo da Torre do Tombo (Decreto n.º 22 285)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (70)

ENSINO ARTÍSTICO

Admite-se um § único ao artigo 19.º do Regulamento do Conservatório de Música do Porto (Decreto n.º 17 657)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (376)

Aprova-se a reorganização do Conservatório Nacional (Decreto n.º 18 881)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (654)

Aprova-se e manda-se pôr em execução o regulamento do ensino artístico, a ministrar nas Escolas de Belas Artes (Decreto n.º 21 662)

1934, a. 5, fasc. 1, p. (18)

Aprova-se o regulamento do ensino artístico (Decreto n.º 19 760)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (582)

Aprovam-se os programas das cadeiras das Escolas de Belas Artes, a que se refere o Artigo 3.º do Decreto n.º 19 760, que reorganizou o ensino das artes plásticas em Portugal (Portaria n.º 7468)

1934, a. 5, fasc. 2, p. (374)

Autorização ao Governo para permitir no Teatro Nacional de Almeida Garrett a apresentação de artistas estranhos aos quadros, e quaisquer societários possam ser transitariamente dispensados do serviço naquele teatro e tomar parte em outros espetáculos em teatros de Lisboa ou Porto (Decreto n.º 3090)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 519

As cedências do Teatro de S. Carlos e do salão nobre anexo ao mesmo teatro passam a ser feitas por aluguer (Decreto n.º 3195)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 519

Constituição de uma comissão para elaborar o projecto de um Código de Teatros (Decreto n.º 3664-C)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 783

Cria-se em Lisboa a Academia Nacional de Belas Artes e regula-se o seu funcionamento (Decreto n.º 20 977)

1933, a. 4, fasc. 1, p. (280)

Determina-se que o Conservatório Nacional de Música e o Conservatório Nacional de Teatro passem a constituir uma instituição escolar única denominada Conservatório Nacional (Decreto n.º 18 461)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (650)

É fixado o diapasão que deve ser adoptado no fabrico de instrumentos musicais (Decreto n.º 2982)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 917

Esclarece-se o Artigo 2.º do Decreto n.º 20 767 à validação dos diplomas dos cursos professados no Conservatório da Música do Porto (Portaria n.º 7481)

1934, a. 5, fasc. 2, p. (407)

Fixa-se o número de cadeiras do curso ordinário da arte de representar no Conservatório Nacional de Teatro (Decreto n.º 16 547)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (197)

Fixa-se explicitamente as habilitações a exigir aos candidatos ao Magistério nas Escolas de Belas Artes (Decreto-lei n.º 24 594)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (68)

Institui-se o Conselho Superior de Belas Artes e extinguem-se os conselhos de arte e arqueologia das três circunscrições (Decreto n.º 20 985)

1933, a. 4, fasc. 1, p. (286)

Instituição de um curso de acompanhamento e leitura de partitura na Escola de Música do Conservatório de Lisboa (Decreto n.º 2719)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 910

Introduzem-se várias alterações no Decreto n.º 11 098, que determina que ninguém possa usar o título de arquitecto ou exercer essa profissão sem que possua o respectivo diploma passado por qualquer das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Pôrto (Decreto n.º 23 661)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (19)

Modifica-se o regulamento do Conservatório de Música do Porto (Decreto n.º 18 955)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (676)

Modifica-se o decreto orgânico do Conselho Superior de Belas Artes (Decreto n.º 22 860)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (295)

Modificação de uma disposição do regulamento da Escola de Música do Conservatório de Lisboa sobre o abono de faltas (Decreto n.º 2711)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 911

Permissão para a Escola da Arte de Representar se efectuarem exames singulares de francês, como habilitação exigida para a matrícula no 2.º ano da mesma escola (Decreto n.º 3552)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 781

Programas para o ensino das disciplinas do Conservatório Nacional

1932, a. 3, fasc. 1, p. (310)

Promulga várias disposições respeitantes a alunos do Conservatório Nacional de Música (Decreto n.º 16 205)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (194)

Regime dos concursos para admissão aos cursos superiores de piano, violino, e violoncelo na Escola de Música do Conservatório de Lisboa (Decreto n.º 2643)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 906

Regula-se a forma de constituição dos júris dos concursos para o magistério do Conservatório Nacional e suas votações (Decreto n.º 22 803)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (294)

Regulamentam-se as disposições do Decreto n.º 17 437, que concedeu aos alunos da Academia de Música de Coimbra a faculdade de prestarem nela as suas provas de exame (Decreto n.º 24 177)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (23)

Regulamento do Conservatório de Música do Porto (Decreto n.º 16 677)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (200)

Regulamento do prémio Beethoven (Decreto n.º 16 280)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (194)

Reorganização do corpo docente da Escola de Música do Conservatório (Lei n.º 618)

1916, a. 1, n.º 5, p. 520

Sobre a cedência do salão e dos instrumentos do Conservatório de Lisboa para audições ou concertos promovidos pelos professores das escolas de música e da arte de representar (Decreto n.º 3213)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 521

ENSINO PRIMÁRIO

À antiga escola primária do sexo feminino de Trancoso é dado o nome de Escola de Nascimento Bravo (Portaria n.º 3054)

1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3, p. 3

Admissão à matrícula nas escolas de ensino normal primário (Decreto n.º 2455 e Decreto n.º 2517)

1916, a. 1, n.º 5, p. 502

Admissão à matrícula nas escolas de ensino normal primário (Decreto n.º 3314)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 383

Aprova-se o regulamento da secção do ensino primário do Conselho Superior de Instrução Pública (Decreto n.º 18 664)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (59)

Aprova-se o regulamento da secção feminina de Lisboa do Instituto do Professorado Primário Oficial Português (Decreto n.º 18 128)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (410)

Aprova-se o regulamento da matrícula nas escolas oficiais do magistério primário (Decreto n.º 24 817)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (393)

Aprova-se o regulamento dos exames de Estado para o magistério primário, elementar, infantil e especial de anormais (Decreto n.º 23 735)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (370)

Aprova-se o regulamento para a apreciação e adopção dos livros e compêndios para o ensino primário elementar (Decreto n.º 18 379)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (11)

Aprovação das normas técnicas, higiénicas e pedagógicas a quem devem satisfazer os novos edifícios escolares (Decreto n.º 2947)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 769

Aprovação de dois livros de educação cívica (Portaria)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 371

Aprovação do regulamento do fundo das construções escolares (Decreto n.º 3042)

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 218

Aprovação do Regulamento provisório dos institutos do professorado primário oficial português (Decreto n.º 3089)

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 221

Atribuições da Comissão Administrativa dos trabalhos de construção da nova Escola Normal de Lisboa (Decreto n.º 2482-C)

1916, a. 1, n.º 5, p. 505

Autoriza-se o Governo a converter em oficiais escolas de ensino primário criadas e mantidas por quaisquer entidades de utilidade pública (Decreto n.º 19 245)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (32)

Autoriza-se o Governo a criar postos de ensino destinados à propagação dos conhecimentos que constituem o 1.º grau de ensino primário elementar (Decreto n.º 20 604)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (61)

Autorização do Governo para constituir uma comissão que se denominará Comissão Central das Cantinas Escolares (Lei n.º 821)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 623

Autorização do Governo para despender até à quantia de 6000\$ em subsídios a instituições de carácter privado que mantenham escolas (Decreto n.º 3551)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 626

Circulares sobre o abono de vencimento aos professores de instrução primária chamados a prestar serviço militar

1916, a. 1, n.º 4, p. 392

Compilação das disposições em vigor sobre legislação do ensino infantil, primário e normal primário (Decreto n.º 2887)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 719

Concessão aos asilos ou misericórdias que estejam sustentando escolas e peçam a sua oficialização a faculdade de proporem para a nomeação, como efectivo, o respectivo professor, embora não diplomado (Decreto n.º 16 423)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (71)

Concurso para a escola e publicação de um livro sobre educação cívica

1916, a. 1, n.º 1, p. 31

Condições em que se devem realizar os exames de instrução primária do 1.º e 2.º grau no ano lectivo de 1915-1916 (Decreto n.º 2449)

1916, a. 1, n.º 5, p. 497

Condições em que se devem realizar os exames de instrução primária do 1.º e 2.º grau no ano lectivo de 1916-1917 (Decreto n.º 3234)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 374

Confere-se às diplomadas com o curso de preceptoras que se ministrou no Instituto Feminino de Educação e Trabalho, de harmonia com o Decreto n.º 10 583, o direito a serem admitidas aos exames de Estado para o magistério primário elementar (Decreto n.º 24 449)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (391)

Considerando escolas primárias da República Portuguesa as escolas portuguesas de Oakland e de New-Bedford (Decreto n.º 16 794)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (129)

Constitui-se o quadro especial de professores das classes anormais (Decreto n.º 18 675)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (66)

Contra o emprego da palmatória nas escolas primárias (Circular)

1916, a. 1, n.º 2, p. 144

Cria-se em cada região escolar ou círculo um quadro docente auxiliar – Extinguem-se as escolas móveis e o quadro dos professores provisórios – Estabelecem-se escolas incompletas em várias povoações rurais (Decreto n.º 18 819)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (336)

Criação de um fundo permanente denominado "Fundo das Construções Escolares" (Lei n.º 563)

1916, a. 1, n.º 4, p. 385

Dá-se nova redacção aos artigos 9.º, 15.º e seu § único, artigo 24.º, corpo do artigo 44.º e artigo 43.º, 52.º e 85.º do Decreto n.º 18 646, que institui as escolas do magistério primário destinadas à preparação do professorado primário, elementar e infantil, em substituição das escolas normais primárias que ficam extintas (Decreto n.º 20 254)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (44)

Definem-se as atribuições da comissão da carta escolar nomeada por Portaria de 31 Dezembro de 1929 (Decreto n.º 18 433)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (33)

Determina-se que os documentos respeitantes à sociedade cooperativa de responsabilidade limitada sob a denominação de Casa dos Professores Primários sejam enviados ao procurador geral da República, a fim de este, perante os tribunais competentes, promover a dissolução da referida cooperativa (Portaria n.º 7436)

1934, a. 5, fasc. 2, p. (192)

As despesas com os exames de instrução primária do 1.º grau constituem encargos dos municípios e as referentes aos exames do 2.º grau realizados nas sedes dos círculos escolares, constituem encargos do tesouro (Lei n.º 732)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 373

Determina-se que a entrega da certidão de idade para o efeito de admissão ao exame do 2.º grau do ensino primário elementar possa deixar de ser realizada dentro do prazo fixado no Artigo 8.º do Decreto n.º 18 413, quando o pai do candidato ou seu representante, ou ainda a entidade proponente, assim o requeira (Decreto n.º 23 915)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (382)

Determina-se que os professores devidamente diplomados para o ensino primário elementar que tenham exercido o mesmo ensino em escolas particulares, com provado zelo e competência, seja contado para todos os efeitos legais o tempo de serviço nessas escolas prestado, desde que as mesmas escolas se tenham convertido em oficiais e que os mesmos professores nelas tenham sido providos (Decreto n.º 17 754)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (404)

Determina-se que sejam pagas nos termos do Artigo 120.º, § 2.º, do Decreto n.º 2887 certas despesas com os serviços de instrução primária (Decreto n.º 3176)

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 232

Determinam-se as condições em que os alunos das escolas normais primárias são admitidos à frequência das várias disciplinas (Decreto n.º 17 321)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (250)

Determinando que o despacho dos professores nomeados ao abrigo das disposições do Decreto n.º 16 423 deva ser sempre fundamentado (Decreto n.º 16 458)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (75)

É considerado oficial o Montepio do Professorado Primário, com sede no Porto (Lei n.º 757)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 381

É dada preferência na nomeação para lugares de professores primários a um dos cônjuges, quando ambos concorram a escolas em determinadas condições e um deles seja promovido (Lei n.º 650)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 782

É posto em vigor o Artigo 9.º do Decreto de 29 de Março de 1911, referente a trabalhos nas escolas primárias (Decreto n.º 3700)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 627

É regulado o aumento de vencimentos dos professores de ensino primário (Lei n.º 748)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 380

É regulamentada a lei que dá aos professores cônjuges preferência no provimento de escolas ou lugares de escolas, em concursos (Decreto n.º 8056)

1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3, p. 38

É suspensa por um ano em relação a Lisboa, e por dois anos em relação a Coimbra e Porto, a execução da Lei n.º 233, de 7 de Julho de 1914, que organizou o ensino normal primário (Lei n.º 781)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 382

É suspensa por um ano a execução da Lei n.º 233, de 7 de Julho de 1914, que reorganizou o ensino normal primário (Lei n.º 588)

1916, a. 1, n.º 4, p. 391

Eleva-se os quadros dos professores do ensino primário elementar das cidades de Lisboa, Porto e Braga (Decreto-lei n.º 24 174)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (385)

Equivalência entre as escalas de valores dos vários regimes de instrução primária e normal (Decreto n.º 2640)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 710

Estabelecem-se as condições para o provimento de lugares do quadro geral do ensino primário elementar criados especialmente para o ensino de crianças internadas em estabelecimentos de beneficência (Decreto-lei n.º 24 173)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (383)

Estabelecem-se dois graus no ensino primário elementar, devendo caber a cada um deles a competente prova de exame (Decreto n.º 18 140)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (427)

Os exames de instrução primária, 1.º e 2.º grau, dos alunos da Casa Pia de Lisboa passam a ser feitos no próprio estabelecimento, tornando-se extensivos ao Asilo de Maria Pia, de Lisboa, os mesmos direitos na parte respeitante a exames do 2.º grau (Lei n.º 808)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 622

A fiscalização do ensino das escolas móveis volta a ser feita pela inspecção das mesmas escolas (Decreto n.º 3164)

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 231

Fixação das normas que devem orientar a organização e julgamento dos processos disciplinares relativos a funcionários do ensino primário normal (Decreto n.º 16 361)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (69)

Fixam-se os quadros docentes auxiliares das regiões escolares (Decreto n.º 19 082)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (354)

Fixam-se, respectivamente, os quadros docentes das zonas escolares das cidades de Lisboa e Porto (Decreto n.º 24 215)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (388)

Instituem-se as escolas do magistério primário, destinadas à preparação do professorado primário, elementar e infantil, em substituição das escolas normais primárias que ficam extintas (Decreto n.º 18 646)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (38)

Instituem-se trezentos prémios anuais com destino a outros tantos professores particulares do ensino primário (Decreto n.º 18 141)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (428)

Instruções sobre a realização de excursões ou passeios escolares (Portaria n.º 3140)

1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3, p. 42

Manda-se que sejam observadas várias determinações acerca da matrícula e frequência de professores de ensino primário nos cursos de habilitação ao magistério primário superior (Portaria n.º 3129)

1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3, p. 41

Modificação do estatuto sobre o regime de permutas dos professores primários estabelecido pelo Decreto n.º 2887, de 5 de Dezembro de 1916 (compilação) (Lei n.º 723)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 372

Montepio do Professorado Primário (Correspondência)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 918

Nas escolas de ensino primário geral com mais de um professor nenhum lugar será posto a concurso, nem provido interinamente, sem informações prévias acerca da sua frequência (Decreto n.º 8037)

1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3, p. 37

No Instituto do Professorado Primário são mantidos todos os cursos actualmente existentes, mas o curso primário superior passa a ser professado numa escola autónoma (Lei n.º 1243)

1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3, p. 41

Nomeação de comissões encarregadas de proceder aos trabalhos preparatórios para a instalação das novas escolas normais primárias (Decreto e portarias)

1916, a. 1, n.º 2, p. 138

Nomeação de professores para a regência interina de disciplinas nas escolas de ensino normal e fixação das horas de serviço (Decreto n.º 2716)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 712

Nomeação de uma comissão para dirigir as obras de construção da nova Escola Normal de Lisboa (Decreto)

1916, a. 1, n.º 2, p. 140

Nomeação de uma comissão para estudar e elaborar diversos modelos de edifícios para instalação de escolas primárias (Portaria)

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 231

Nomeação, pela ordem de mérito, dos candidatos aprovados nos concursos para provimento das escolas primárias das cidades de Lisboa e Porto (Decreto n.º 2214)

1916, a. 1, n.º 1, p. 31

As nomeações interinas para os lugares de inspectores escolares serão feitas de entre os professores habilitados com o concurso para o provimento efectivo dos referidos lugares, desde que o requeiram (Decreto n.º 8058)

1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3, p. 39

Novos programas para o ensino primário elementar (Decreto n.º 16 730)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (90)

Para a entrega, do Ministério do Fomento ao da Instrução Pública, dos terrenos destinados à construção do edifício da nova escola normal de Lisboa (Portaria)

1916, a. 1, n.º 2, p. 141

Passam a fazer parte do júri dos exames finais nas escolas de ensino normal os professores de música e ginástica das mesmas escolas (Decreto n.º 3232)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 373

Permissão para fazerem exames de instrução primária 1.º e 2.º grau, num só acto, fora da época regulamentar, aos indivíduos que estejam em determinadas circunstâncias (Lei n.º 543)

1916, a. 1, n.º 4, p. 384

Permissão para nas escolas móveis se realizarem exames sobre as matérias do 1.º grau da instrução primária (Decreto n.º 2482)

1916, a. 1, n.º 5, p. 504

Permissão para residirem fora da sede das suas escolas aos professores de instrução primária que se encontrem em determinadas circunstâncias (Decreto n.º 3196)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 371

O prazo durante o qual poderão ser providos os candidatos habilitados com o concurso para inspectores escolares, com a qualificação de “suficiente”, começa a contar-se desde a data em que deixar de ter execução a lei n.º 971, de 17 de Maio de 1920 (Decreto n.º 8059)

1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3, p. 40

Preenchimento dos lugares de professores de escolas de ensino primário elementar do sexo masculino, feminino e mistas (Decreto n.º 16 422)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (70)

Preferências no provimento de cônjuges, por concurso, em escolas ou lugares de escolas de instrução primária (Lei n.º 826)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 625

Os professores de instrução primária podem ser nomeados professores interinos das escolas anexas às escolas de ensino normal (Decreto n.º 2778)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 714

Proibição de emigrar os indivíduos de mais de catorze anos de idade e menos de quarenta e cinco que não provem ter obtido o certificado de passagem da 3.ª para a 4.ª classe do ensino primário elementar (Decreto n.º 16 782)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (127)

Providencia-se a fim de que as formalidades relativas aos provimentos por concurso dos lugares do quadro geral do ensino primário resultante da ampliação dos quadros das cidades de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga possam decorrer a tempo de os nomeados entrarem em exercício no próximo ano lectivo (Decreto n.º 24 217)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (390)

Providencia-se no sentido de efectivar a organização do cadastro do pessoal dependente da Direcção Geral do Ensino Primário e Normal (Decreto n.º 18 550)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (36)

Rectificação do Decreto n.º 17 926, que determina que os serviços de inspecção do ensino primário sejam superiormente dirigidos pela Direcção Geral do Ensino Primário e Normal – extingue-se o cargo de inspector geral do ensino primário – constitui-se o Conselho Central de Inspecção (Decreto n.º 17 926)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (405)

Rectificação do Decreto n.º 17 974, que cria classes de aperfeiçoamento para crianças anormais e classes de ortofonia das escolas de ensino primário elementar (Decreto n.º 17 974)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (407)

Regula-se a acção e as atribuições dos directores e conselhos escolares das escolas de ensino primário infantil e primário elementar (Decreto n.º 18 113)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (409)

Regula-se a distribuição das bolsas de estudo para alunos das escolas do Magistério Primário do Continente da República (Decreto n.º 22 879)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (469)

Regula-se a distribuição de bolsas de estudo destinadas a alunos das escolas do Magistério Primário (Decreto n.º 18 864)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (351)

Regula-se a execução das provas de exame e passagens de classe no ensino primário elementar (Decreto n.º 18 413)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (18)

Regula-se o provimento de lugares de professores em escolas de localidades de 3.^a, 2.^a ou 1.^a categorias, quando nos concursos não compareçam candidatos com o indispensável tempo de permanência em escolas de localidades de categoria inferior (Decreto n.º 8057)

1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3, p. 39

Regula-se o provimento dos professores do ensino primário elementar (Decreto n.º 19 531)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (35)

Regulamento da Comissão de Educação Popular (Decreto n.º 16 826)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (134)

Regulamenta-se a execução dos exames de Estado para exercício do magistério primário, elementar e infantil – aprova os modelos oficiais de termos de exames de Estado e diplomas das respectivas habilitações, anexos a este diploma (Decreto n.º 20 297)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (54)

Regulamenta-se a ordem por que deve ser determinada a entrada em funcionamento de novas escolas e lugares de professor de ensino primário elementar (Decreto n.º 20 274)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (52)

Regulamenta-se a publicação do Boletim do Ensino Primário Oficial, que terá a designação da Escola Portuguesa (Decreto n.º 24 553)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (392)

Regulamento da Lei n.º 723 sobre permutas entre professores de instrução primária (Decreto n.º 3543)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 625

Regulamentação da forma de substituição provisória de professores efectivos das escolas primárias elementares e das infantis e provimentos interinos nas escolas que nelas ocorrerem (Decreto n.º 17 043)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (139)

Regulamento da Secção Masculina, de Lisboa do Instituto do Professorado Primário Oficial Português (Decreto n.º 16 695)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (76)

Regulamentação da situação dos indivíduos diplomados com o exame de Estado para o Magistério Primário Superior (Decreto n.º 16 448)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (73)

Regulamentação das condições em que deve ser feito o exame final de provas pedagógicas, a que se refere o artigo 50.º do Decreto n.º 16 037 (Decreto n.º 17 042)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (136)

Regulamam-se os exames de admissão às escolas do Magistério Primário (Decreto n.º 18 863)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (346)

Regulamento das escolas móveis (Decreto n.º 2909)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 764

Regulamentação do Decreto n.º 17 010, que estabelece poderem os diplomados com o exame de Estado para o Magistério Primário e Superior ser colocados interina ou definitivamente nas escolas primárias elementares, etc. (Decreto n.º 17 167)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (249)

Regulamentação do provimento das vagas que de futuro se derem no quadro provisório das escolas móveis (Decreto n.º 17 287)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (250)

Regulamento do Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira (Decreto n.º 16 825)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (130)

Regulando as condições em que deve ser feito o exame de admissão às escolas normais primárias (Decreto n.º 17 044)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (145)

Relatório sobre a distribuição da verba para inspecções às escolas primárias, e circular aos inspectores dos círculos escolares sobre o mesmo assunto

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 714

Remodelam-se os serviços do ensino primário elementar oficial – consideram-se nulos os arredamentos de prédios que hajam sido adquiridos pelo Estado para funcionamento de escolas dependentes da Direcção Geral do Ensino Primário (Decreto n.º 20 181)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (34)

Reorganiza-se o Instituto do Professorado Primário Oficial (Decreto n.º 20 245)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (43)

Reorganizam-se os serviços de direcção e administração, orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino, de inspecção e disciplinares dependentes da Direcção Geral do Ensino Primário (Decreto n.º 22 369)

1934, a. 5, fasc. 2, p. (199)

Revogação da Lei n.º 449, que criou nas cidades de Lisboa e Porto quadros de pessoal docente das escolas primárias e infantis (Lei n.º 584)

1916, a. 1, n.º 4, p. 390

São colocados ao abrigo da Lei de 3 de Junho de 1913, com direito de preferência no provimento de escolas de ensino primário, os professores dos centros e outras agremiações republicanas que legalizaram os atestados das juntas de paróquias (Lei n.º 583)

1916, a. 1, n.º 4, p. 390

Sobre a classe que devem reger os professores interinos das escolas primárias (Circular)

1916, a. 1, n.º 2, p. 143

Sobre a defesa escrita dos professores de instrução primária nos processos disciplinares (Circular)

1916, a. 1, n.º 5, p. 509

Sobre a distribuição da verba de expediente nas escolas primárias onde há mais de um professor (Circular)

1916, a. 1, n.º 2, p. 143

Sobre a equivalência entre as várias escalas de valores dos diplomas de habilitação para o magistério primário (Decreto n.º 2333)

1916, a. 1, n.º 2, p. 141

Sobre a fixação das taxas da contribuição municipal para instrução primária e diversas providências respeitantes ao abono do subsídio do Estado às câmaras municipais (Decreto n.º 1843)

1916, a. 1, n.º 2, p. 133

Sobre a interferência dos professores de instrução primária na política partidária local (Circular)

1916, a. 1, n.º 5, 508

Sobre a nomeação de professores interinos para as escolas de ensino normal (Decreto n.º 2652)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 711

Sobre a orientação do ensino e organização de conferências pedagógicas

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 628

Sobre a proibição aos inspectores escolares de exercerem o ensino particular ou, juntamente com o lugar de inspector, qualquer outro cargo público de nomeação ou eleição

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 234

Sobre a qualificação de serviços dos professores de instrução primária, quando se encontrem na inatividade por motivo de doença (Circular)

1916, a. 1, n.º 1, p. 37

Sobre a rotação dos professores na regência das classes das escolas primárias (Circular)

1916, a. 1, n.º 2, p. 144

Sobre levantamento de subsídios para construção de escolas primárias (Decreto n.º 2172)

1916, a. 1, n.º 1, p. 30

Sobre multas por faltas cometidas pelos alunos do 1.º grau de instrução militar preparatória (Circular)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 785

Sobre o abono de faltas aos alunos da 1.ª e 2.ª classe das escolas de ensino normal que sejam mobilizados extraordinariamente (Circular)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 786

Sobre o entendimento a dar à Lei n.º 650, que dá preferência na nomeação para lugares de professores primários a um dos cônjuges, quando ambos concorram a escolas em determinadas condições e um deles seja promovido

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 233

Sobre o exercício do ensino particular por indivíduos habilitados apenas com os cursos preparatório ou de Teologia dos seminários (Circular)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 784

Sobre o provimento definitivo dos professores de instrução primária (Circular)

1916, a. 1, n.º 1, p. 38

Sobre o provimento interino das escolas primárias (Circular)

1916, a. 1, n.º 1, p. 38

Sobre o regresso à efectividade do serviço dos professores que, depois de aposentados, forem reintegrados no magistério (Circular)

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 233

Sobre o vencimento dos professores de Instrução Primária, quando se encontrem na inactividade por motivo de doença (Circular)

1916, a. 1, n.º 1, p. 37

Sobre propaganda patriótica, por motivos do nosso estado de guerra com a Alemanha (Circular)

1916, a. 1, n.º 2, p. 145

Sobre qualificação do serviço dos professores de instrução primária (Circular)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 784

Sobre reclamações e recursos das deliberações administrativas em matéria de instrução primária (Circular)

1916, a. 1, n.º 5, p. 508

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 783

Torna-se aplicável aos professores das escolas de habilitações para magistério primário o disposto no Artigo 63.º do regulamento das escolas normais (Decreto n.º 3035)

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 217

Torna-se extensiva aos professores efectivos das escolas de ensino normal uma disposição do Decreto n.º 2652 sobre horas de serviço (Decreto n.º 2684)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 712

Transferência da sede do círculo escolar de Santa Comba Dão para Tondela (Decreto)

1916, a. 1, n.º 5, p. 508

Transferência, para a Câmara Municipal de Lamego, de um legado feito ao Estado para a construção de uma escola primária na mesma cidade (Decreto n.º 2899)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 763

Transferência para a Câmara Municipal de Tabuaço, de um legado feito ao Estado para a construção de uma escola primária em Valença do Douro (Decreto)

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 220

ENSINO SECUNDÁRIO

Alteram-se várias disposições legais respeitantes a professores agregados nos liceus (Decreto-lei n.º 24 043)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (81)

Aos reitores dos liceus do Continente e Ilhas, esclarecendo algumas disposições sobre recursos liceais (Circular)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (328)

Aprova-se e manda-se pôr em execução o regulamento de canto coral dos liceus (Decreto n.º 21 150)

1933, a. 4, fasc. 2, p. (411)

Aprova-se e manda-se pôr em execução o regulamento de educação física dos liceus (Decreto n.º 21 110)

1933, a. 4, fasc. 2, p. (307)

Aprova-se o regulamento dos liceus normais (Decreto n.º 19 610)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (98)

Aprovação do regulamento do Instituto das Missões Coloniais (Decreto n.º 3469)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 637

Aprova-se o regulamento interno do Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes) (Decreto n.º 21 963)

1934, a. 5, fasc. 2, p. (275)

Aprovação do regulamento literário do Colégio Militar (Decreto n.º 3444-C)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 652

Aprovam-se os programas para todas as classes do ensino secundário (Decreto n.º 20 369)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (69)

Aprovam-se os programas das cadeiras de história geral da música e pedagogia geral da música (Portaria n.º 7750)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (330)

Aprovam-se os programas para todas as classes do ensino secundário, a partir do ano lectivo de 1930-1931 (Decreto n.º 18 885)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (415)

Autoriza-se a Inspeção de Sanidade Escolar e Educação Física a requisitar aos institutos e laboratórios anexos às faculdades de medicina das três universidades portuguesas as análises, os exames radiológicos, as observações especializadas e quaisquer outros meios subsidiários de diagnóstico, sem pagamento de qualquer remuneração (Decreto n.º 18 112)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (443)

Autoriza-se o ministro a aplicar, por simples despacho, e em determinados casos, penalidades aos professores de ensino secundário que prejudiquem a direcção dos serviços escolares ou o aproveitamento dos estudantes (Decreto n.º 19 614)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (120)

Autorização do Governo para contrair um empréstimo destinado à conclusão do edifício do Liceu Feminino de Lisboa (Lei n.º 811)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 629

Autorização para no ano lectivo de 1915-1916 se realizarem exames nos liceus, além de 15 de Agosto (Decreto n.º 2568)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 786

Autorizam-se os alunos do ensino secundário particular a executar nos laboratórios do liceu da zona a que pertencem os trabalhos práticos compreendidos nos programas do ensino liceal (Decreto n.º 19 347)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (684)

Circular aos reitores dos liceus do Continente e Ilhas

1931, a. 2, fasc. 1, p. (82)

Compilação das disposições existentes sobre ensino secundário (Decreto n.º 3091)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 384

Confere-se aos reitores dos liceus a atribuição das nomeações, por alvará, referentes a determinados cargos ou comissões de serviço (Decreto n.º 16 648)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (305)

Consideram-se centrais os liceus do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, em Angra do Heroísmo; de Jaime Moniz, no Funchal; e de Antero de Quental, em Ponta Delgada – fixam-se as zonas pedagógicas para os referidos liceus (Decreto n.º 17 968)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (431)

Dá-se nova redacção à alínea d) do artigo 20.º do Decreto n.º 15 981, acerca do perdimento do direito à isenção de propinas para frequência dos liceus (Decreto n.º 17 368)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (325)

Determina-se que aos professores de Educação Física cujos diplomas hajam sido obtidos ao abrigo das disposições dos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º de Decreto n.º 5 600, sejam atribuídas classificações numéricas para efeito de concurso (Decreto n.º 18 071)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (441)

Determina-se que as alterações nas distribuições do serviço docente dos liceus, determinadas pela entrada em exercício de reitores no decorrer de um período lectivo, só vigorem a partir do início do período seguinte (Decreto n.º 18 137)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (444)

Determina-se que as senhoras habilitadas com o exame de Estado para o magistério liceal, possam concorrer ao provimento das vagas de professores provisórios nos liceus de frequência mista (Decreto n.º 18 836)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (383)

Determina-se que os directores de classe do Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes) sejam nomeados de entre os professores efectivos ou agregados, e os directores da biblioteca e demais instalações de entre os professores de qualquer categoria que neles exerçam o ensino (Decreto n.º 19 609)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (97)

Determina-se que os júris para os exames de Estado a realizar nos liceus normais de Lisboa e Coimbra sejam constituídos por professores do ensino superior, um dos quais será presidente, e três professores efectivos do ensino secundário, sendo um o metodólogo (Decreto n.º 24 019)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (81)

Determina-se que se promova no Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes) o desenvolvimento da prática das línguas que fazem parte do ensino secundário (Decreto n.º 22 409)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (101)

Determina-se que, sempre que um aluno seja transferido de um para outro liceu, o Reitor do liceu de que o aluno é transferido promova a reunião do respectivo conselho de classe a fim de que este se pronunciar, quanto a esse aluno, nos termos do artigo 69.º do Decreto n.º 7558 (Decreto n.º 19 362)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (86)

Disposições atinentes a facilitar a entrada na Escola de Guerra aos alunos dos liceus e do Colégio Militar (Decreto n.º 3197)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 478

Disposições em vigor acerca do ensino secundário feminino professado no Liceu Nacional de Maria Pia, em Lisboa, no Liceu Nacional Feminino do Porto e na secção feminina do Liceu Central do Dr. José Falcão, de Coimbra (Decreto n.º 2634)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 787

É conferida aos liceus a autonomia administrativa (Decreto n.º 3695)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 696

É suspensa a execução dos Decretos n.º 3091 e 3592, respectivamente de 17 de Abril e 22 de Novembro de 1917, sobre ensino secundário

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 692

É tornado extensivo aos cursos complementares de ciências e letras o ensino no Liceu de Angra do Heroísmo (Decreto n.º 3316)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 481

Eleva-se a Nacional Central, o Liceu da Guarda (Afonso de Albuquerque) – modifica os quadros, lotações e zonas de influência pedagógica de alguns liceus (Decreto n.º 17 057)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (323)

Elevação do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo a Liceu Nacional Central (Lei n.º 638)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 792

Elevação do Liceu Nacional de Maria Pia à categoria de Liceu Central (Decreto n.º 3693)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 693

Elevação do Liceu Nacional Feminino do Porto à categoria de Liceu Central (Decreto n.º 3694)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 694

Elevação do Liceu Nacional de Mouzinho da Silveira, de Portalegre, à categoria de Liceu Central (Lei n.º 697)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 477

O ensino no Liceu Central de Aveiro torna-se extensivo aos cursos complementares de ciências e letras (Decreto)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 793

O ensino no Liceu de Gil Vicente é tornado extensivo ao curso complementar de letras (Decreto n.º 2685)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 790

O ensino no Liceu da Guarda é tornado extensivo aos cursos complementares de ciências e letras (Decreto)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 791

Ensino particular e ensino doméstico (Portaria n.º 553)

1916, a. 1, n.º 1, p. 41

Equiparação do diploma de farmacêutico ao de aprovação na 1.ª secção do curso geral dos liceus (Portaria n.º 834)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 793

Esclarecimento e modificação de várias disposições de alguns decretos ultimamente publicados sobre instrução secundária (Decreto n.º 16 191)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (151)

Estabelece-se a forma da eleição de reitores dos liceus, fixando a duração do exercício dos respectivos cargos (Decreto n.º 3711)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 701

Estabelece-se o novo sistema de exames liceais (Decreto n.º 18 884)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (384)

Estabelece-se que a aprovação de futuro em exames singulares de todas as disciplinas que constituem os cursos liceais sejam o suficiente para a passagem das respetivas cartas de curso (Decreto n.º 19 525)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (87)

Estabelece-se que as vagas de professores efectivos dos liceus femininos, resultantes da aplicação do artigo 1.º do decreto n.º 7797, podem ser postas a concurso sempre que o Governo o determine (Decreto n.º 8049)

1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3, p. 44

Estabelece-se que só o curso de farmácia professado dentro de determinado período seja equiparado ao curso geral dos liceus (1.ª secção) (Portaria n.º 690)

1916, a. 1, n.º 4, p. 392

Estabelecem-se as propinas a pagar pelos alunos dos liceus que repitam mais de uma vez a frequência de qualquer classe - determina-se que o número de alunos a que se refere o §2.º do artigo 5.º do Decreto n.º 15 941 seja determinado para cada liceu pela vigésima parte da respectiva lotação (Decreto n.º 16 395)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (303)

Estabelecem-se os vencimentos das professoras das disciplinas privativas dos cursos especiais de educação feminina (Lei n.º 807)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 628

Estabelecem-se novas bases para o concurso dos livros a adoptar nos liceus (Decreto n.º 19 605)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (91)

Fixa-se a lotação para os Liceus de Camões e de D. João de Castro e bem assim os quadros de professores efectivos (Decreto n.º 16 165)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (150)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (322)

Fixa-se o regime de exames liceais (Decreto n.º 18 024)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (433)

Fixam-se as zonas de influência pedagógica dos Liceus Municipais do Dr. Bissaia Barreto, na Figueira da Foz, do Dr. Álvaro Soares, em Mirandela, e do Infante de Sagres, em Portimão (Decreto n.º 22 274)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (98)

Forma de provimento dos lugares de professoras efectivas das disciplinas privativas do curso especial de educação feminina professado no Liceu de Maria Pia e no Liceu Feminino do Porto (Decreto n.º 2650)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 787

Harmoniza-se o regime de concursos para professores provisórios dos liceus com as alterações ultimamente decretadas na forma da sua nomeação (Decreto n.º 16 769)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (307)

Horário de serviços dos professores dos liceus (Lei n.º 755)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 480

Indicam-se quais as habilitações a obter nas escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto para a admissão ao 1.º ano de estágio do 9.º Grupo dos Liceus Normais de Lisboa e Porto (Portaria n.º 7816)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (72)

O Liceu Nacional de Portalegre passa a denominar-se Liceu de Mouzinho da Silveira (Decreto n.º 2188)

1916, a. 1, n.º 1, p. 42

Manda-se pôr em vigor no ano lectivo de 1934-1935 em todas as classes dos os novos programas do ensino secundário (Decreto n.º 24 526)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (86)

Modificação da organização dos júris de concurso para o provimento das cadeiras de costura, trabalhos em malha e em rendas e bordados do curso especial de educação feminina (Decreto n.º 2686)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 791

Modificações das normas da distribuição dos serviços docentes fixados pelo Artigo 1.º do Decreto n.º 15 948 (Decreto n.º 16 223)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (153)

Modificação de algumas disposições de Decreto n.º 3091, que regulamentou o ensino secundário (Decreto n.º 3592)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 684

No ano escolar de 1915-1916 os alunos externos do curso secundário residentes nas áreas dos Liceus de Alves Martins, de Camilo Castelo Branco e de Emídio Garcia ficam desobrigados da apresentação do caderno escolar (Decreto n.º 2431)

1916, a. 1, n.º 4, p. 394

No ano escolar de 1915-1916 podem ser dispensados da idade legal os alunos dos liceus que requeiram exame da 1.ª e 2.ª secção do curso geral e dos cursos complementares de ciências e letras (Decreto n.º 2430)

1916, a. 1, n.º 4, p. 393

Nomeação de uma comissão para dirigir e administrar as obras de construção de Liceu de Rodrigues de Freitas (Portaria)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 477

Normas a que devem obedecer as primeiras nomeações e transferências dos professores de ensino secundário quando ocorra alguma vaga no quadro dos professores efectivos de qualquer liceu (Decreto n.º 2264)

1916, a. 1, n.º 1, p. 148

Obriga-se a concurso de provas públicas o provimento dos cargos de professoras de labores femininos nos liceus e remodela-se os programas dessa disciplina (Decreto n.º 23 994)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (76)

Permissão para que seja ministrado o curso complementar completo de ciências e letras em todos os liceus centrais de Lisboa e Porto (Lei n.º 637)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 792

Permissão para serem admitidos à matrícula nos liceus os alunos a quem ela não foi permitida nos termos do Decreto n.º 3091, de 17 de Abril de 1917 (Portaria n.º 1167)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 693

Permite-se que as senhoras diplomadas com o exame de Estado para magistério liceal possam concorrer ao provimento de vaga de professores provisórios nos liceus de frequência mista (Decreto n.º 18 712)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (356)

Pontos-exemplos organizados pela secção do ensino secundário do Conselho Superior da Instrução Pública para os fins constantes da alínea A) da 3.ª instrução do artigo 17.º do Decreto n.º 18 884, de 27 de Setembro de 1930

1932, a. 3, fasc. 1, p. (61)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (202)

Programas dos cursos complementares dos liceus (Decreto n.º 16 362)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (254)

Promulga-se o estatuto do ensino secundário (Decreto n.º 20 741)

1933, a. 4, fasc. 1, p. (35)

Promulga-se o regulamento dos liceus normais (Decreto n.º 24 676)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (228)

Promulgam-se várias disposições relativas ao ensino liceal nos distritos de Angra do Heroísmo, Funchal e Ponta Delgada (Decreto n.º 16 869)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (320)

Promulgam-se várias disposições sobre a organização de visitas de estudo e excursões escolares (Decreto n.º 18 486)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (75)

Providencia-se no sentido de que a autorização para a assistência accidental a qualquer lição ministrada nos liceus só possa ser concebida a encarregados de educação e a profissionais do ensino particular devidamente diplomados (Decreto n.º 22 343)

1934, a. 5, fasc. 2, p. (337)

Provimento de lugares de professores agregados dos liceus (Decreto n.º 2196)

1916, a. 1, n.º 1, p. 42

Publicam-se instruções aos reitores dos liceus do continente e ilhas acerca de correspondência interescolar (Circular)

1934, a. 5, fasc. 2, p. (341)

Redução do número de professores efectivos dos Liceus de Rodrigues de Freitas, de Passos Manuel e de Aveiro e aumento do número dos do Liceu de Gil Vicente (Lei n.º 730)

1917, a. 2, n.º 17/19, p.479

Reforma do serviço do Colégio das Missões Ultramarinas, em Sernache do Bomjardim, e instituição de um estabelecimento de educação de alunos com destino ao serviço das colónias, denominado Instituto de Missões Coloniais (Decreto n.º 3352)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 629

Regula-se a composição e atribuições da Junta Administrativa do empréstimo para o ensino secundário (Decreto n.º 16 279)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (154)

Regula-se a concessão de isenções de propinas e de bolsas de estudo (Decreto n.º 20 065)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (65)

Regula-se a distribuição dos professores agregados pelos liceus (Decreto n.º 19 617)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (122)

Regula-se a matrícula prévia para admissão a exame nos liceus, tanto de classe como singulares (Decreto n.º 23 980)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (73)

Regula-se a nomeação dos reitores dos liceus (Decreto n.º 22 447)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (104)

Regula-se a nomeação dos secretários dos liceus (Decreto n.º 16 788)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (311)

Regula-se a permuta entre professores efectivos dos liceus adentro dos mesmos grupos (Decreto n.º 19 530)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (89)

Regula-se a situação dos professores efectivos ou agregados dos liceus que, por nomeação ou contrato, sejam colocados em cargos de assistentes ou professores de qualquer faculdade ou escola universitária (Decreto n.º 24 701)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (267)

Regula-se o exercício das funções dos reitores e vice-reitores dos liceus (Decreto n.º 18 235)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (69)

Regula-se o funcionamento da comissão orientadora do ensino secundário, criada pelo Decreto n.º 16 481 (Decreto n.º 16 814)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (313)

Regulam-se as publicações escolares liceais (Decreto n.º 22 347)

1934, a. 5, fasc. 2, p. (338)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (99)

Regulam-se as sanções disciplinares aplicáveis aos alunos dos liceus (Decreto n.º 22 547)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (112)

Regulam-se as transferências de matrícula de um para outro liceu (Decreto n.º 16 789)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (312)

Regulamenta-se o número de faltas que os alunos do ensino secundário possam dar durante o ano escolar (Decreto n.º 22 724)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (115)

Regulamenta-se o que no estatuto do ensino secundário se dispõe relativamente à criação de liceus municipais e alteram-se algumas disposições do mesmo estatuto na sua aplicação a esta categoria de liceus (Decreto n.º 21 706)

1934, a. 5, fasc. 2, p. (271)

Reorganizam-se os serviços do ensino secundário com um novo sistema de classificação do trabalho docente (Decreto n.º 18 827)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (364)

Reorganizam-se os serviços docentes dos liceus (Decreto n.º 18 779)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (357)

Revogação do Artigo 16.º do Decreto n.º 1637, que criou um curso especial de educação feminina no Liceu de Maria Pia (Decreto n.º 2226)

1916, a. 1, n.º 2, p. 146

Sobre cadernos escolares dos alunos de instrução secundária – modificação do Decreto n.º 1880 (Decreto n.º 2263)

1916, a. 1, n.º 2, p. 146

Substitui-se por um boletim de inscrição o requerimento de admissão a exame dos alunos externos dos liceus (Decreto n.º 16 868)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (317)

Transferências dos alunos dos liceus (Portaria n.º 554)

1916, a. 1, n.º 1, p. 41

Várias disposições acerca dos directores de classe e directores dos gabinetes de ensino experimental, e fixação dos vencimentos dos professores dos liceus nacionais centrais de Lisboa, Porto e Coimbra (Decreto n.º 3696)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 698

ENSINO SUPERIOR

Abertura de um crédito especial no Ministério das Finanças a favor do de Instrução Pública, a fim de ocorrer, no ano económico de 1915-1916, às despesas com a conclusão do edifício do Instituto Superior de Agronomia (Decreto n.º 2284)

1916, a. 1, n.º 2, p. 156

Alteração de várias disposições do Decreto n.º 12 696, que organizou a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (Decreto n.º 16 514)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (162)

Alteram-se as composições dos cursos dos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Porto (Decreto n.º 17 149)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (350)

Aprova-se e manda-se por em execução o regulamento da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Decreto n.º 21 724)

1934, a. 5, fasc. 2, p. (349)

Aprova-se e manda-se pôr em execução o regulamento do laboratório de Físico-Química e Química Biológica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (Decreto n.º 21 729)

1934, a. 5, fasc. 2, p. (355)

Aprova-se e manda-se pôr em execução o regulamento dos serviços da secretaria e do pessoal menor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Decreto n.º 21 723)

1934, a. 5, fasc. 2, p. (347)

Aprova-se o estatuto da instrução universitária (Decreto n.º 18 717)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (550)

Aprova-se o estatuto da Universidade Técnica de Lisboa (Decreto n.º 19 848)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (181)

Aprova-se o estatuto da Universidade Técnica de Lisboa (Decreto n.º 19 081)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (644)

Aprova-se o regulamento da Escola Superior de Medicina Veterinária (Decreto n.º 20 733)

1933, a. 4, fasc. 1, p. (107)

Aprova-se o regulamento da Escola Superior de Medicina Veterinária (Decreto n.º 21 991)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (153)

Aprova-se o regulamento da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (Decreto n.º 20 747)

1933, a. 4, fasc. 1, p. (198)

Aprova-se o regulamento da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (Decreto n.º 19 349)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (393)

Aprova-se o regulamento da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (Decreto n.º 21 005)

1933, a. 4, fasc. 2, p. (516)

Aprova-se o regulamento da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Decreto n.º 20 860)

1933, a. 4, fasc. 1, p. (245)

Aprova-se o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (Decreto n.º 19 691)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (512)

Aprova-se o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (Decreto n.º 19 678)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (447)

Aprova-se o regulamento da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (Decreto n.º 19 337)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (365)

Aprova-se o regulamento da Secção do Ensino Superior do Conselho Superior de Instrução Pública (Decreto n.º 21 183)

1934, a. 5, fasc. 1, p. (3)

Aprova-se o regulamento do Instituto de Climatologia e Hidrologia da Universidade do Porto (Decreto n.º 20 552)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (525)

Aprova-se o regulamento do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (Decreto n.º 19 205)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (132)

Aprova-se o regulamento do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (Decreto n.º 20 440)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (408)

Aprova-se o regulamento do Laboratório de Ferreira Lapa (Decreto n.º 20 219)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (245)

Aprovação da nova organização e funcionamento das Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e Lisboa (Decreto n.º 3370-C)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 708

Aprovação do plano da organização dos cursos profissionais de fiação e tecelagem instituídos pela Faculdade Técnica da Universidade do Porto (Decreto n.º 2959)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 809

Aprovação do programa dos exames de admissão à matrícula no curso preparatório de habilitações ao Magistério Primário Superior instituído nas Faculdades de Ciências das três universidades da República (Decreto n.º 2784)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 803

Aprovação do regulamento dos trabalhos do ano de iniciação na prática pedagógica das escolas normais e superiores (Decreto n.º 3012)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 485

Aprovação do regulamento dos trabalhos práticos do ano de preparação pedagógica nas escolas normais superiores (Decreto n.º 2943)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 805

Aprovação do regulamento para a execução do artigo 16.º da Lei n.º 616, de 19 de Junho de 1916, na parte referente às Faculdades de Letras (Decreto n.º 2944)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 807

Aprovação dos modelos das cartas de formatura (Bacharelato) e das cartas doutorais das Faculdades de Letras e de Ciências das universidades de Coimbra, Lisboa e Porto (Decreto n.º 2989)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 482

Autorização à Escola de Farmácia da Universidade do Porto para contratar um empréstimo destinado à conclusão do edifício para a sua instalação (Lei n.º 809)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 707

Autorização à Universidade de Coimbra para contrair um empréstimo de 20 000\$ para a conclusão do edifício destinado à Faculdade de Letras da mesma Universidade (Decreto n.º 2604)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 794

Autorização ao governo para coordenar num só diploma toda a legislação relativa à organização dos estudos jurídicos professados na Faculdade de Direito de Coimbra e na de Estudos Sociais e de Direito da Universidade de Lisboa (Lei n.º 582)

1916, a. 1, n.º 4, p. 395

Autorização aos senados das Universidades para abonarem as faltas dadas pelos respectivos alunos por motivos de dúvidas na interpretação e aplicação dos regulamentos escolares (Decreto n.º 2230)

1916, a. 1, n.º 2, p. 150

Autorização para o Ministro da Instrução remodelar os quadros dos professores das universidades (Lei n.º 796)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 492

Autorizam-se as faculdades de medicina das três Universidades a criar cursos de habilitações para enfermeiras visitadoras de higiene (Decreto n.º 19 460)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (443)

Concessão de autonomia pedagógica e financeira às universidades e mais escolas de ensino superior (Lei n.º 616)

1916, a. 1, n.º 5, p. 510

Condições em que devem ser realizados os concursos de admissão à matrícula nas escolas normais superiores (Decreto n.º 2646)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 795

Cria-se a cadeira de direito corporativo no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (Decreto n.º 24 702)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (363)

Cria-se junto da Universidade de Coimbra um instituto de climatologia e hidrologia (Decreto n.º 18 586)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (167)

Criação de uma cadeira de estudos brasileiros na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Lei n.º 586)

1916, a. 1, n.º 4, p. 396

Criação de uma Comissão Central de Meteorologia para o estudo e regulamentação de todos os serviços meteorológicos do país (Decreto n.º 2189)

1916, a. 1, n.º 1, p. 44

Criação, no ano lectivo de 1916-1917, de uma época extraordinária de exames nas Faculdades de Direito de Coimbra e Lisboa (Lei n.º 674)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 490

Dá-se nova redacção ao Artigo 35.º (concursos para professores catedráticos) do Decreto n.º 18 717, que aprova o Estatuto da Instrução Universitária (Decreto n.º 22 248)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (68)

Dá-se nova redacção aos artigos 15.º, 18.º, 47.º e 126.º e acrescenta-se um artigo ao regulamento da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, aprovado pelo Decreto n.º 20 860 (Decreto n.º 21 011)

1933, a. 4, fasc. 1, p. (279)

Designação das disciplinas do quadro geral das Faculdades de Ciências que constituem o curso de habilitação ao magistério primário superior, Secção de Ciências (Decreto n.º 2250)

1916, a. 1, n.º 2, p. 152

Determina-se que, pelas cartas requeridas nas universidades e que têm de ser entregues aos interessados em substituição das certidões a que se referem os decretos de 2 de Dezembro de 1910 e n.º 7203, de 19 de Novembro de 1920, nenhuma importância deva ser cobrada além da que, nos termos legais, foi oportunamente depositada (Decreto n.º 16 308)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (160)

Determina-se que o curso de economia social, que faz parte do programa de estudos das faculdades de direito, seja constituído, a partir do ano lectivo de 1933-1934, pelo curso de direito corporativo, e considera esse curso como fazendo parte do grupo de ciências económicas (Decreto n.º 23 382)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (304)

Determina-se que possam ser nomeados professores auxiliares das faculdades universitárias os indivíduos já aprovados em mérito absoluto em concurso de provas públicas para professores catedráticos (Decreto n.º 23 095)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (298)

Dispensa-se da prestação de exames de habilitação para o exercício da profissão médica os indivíduos de nacionalidade portuguesa diplomados em medicina por universidades estrangeiras que prestaram serviços profissionais médicos na passada Grande Guerra (Decreto n.º 19 382)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (437)

Disposições sobre exames de bacharelato correspondentes às cinco secções das Faculdades de Letras e sobre o funcionamento das cadeiras de História de Portugal, Literatura Portuguesa e Geografia de Portugal e Colónias (Lei n.º 639)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 804

É considerada matrícula ordinária a dos alunos do Instituto Superior de Agronomia matriculados como alunos voluntários no ano lectivo de 1915-1916 (Lei n.º 496)

1916, a. 1, n.º 2, p. 157

É autorizada a abertura de uma época excepcional de exames na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra para os alunos que se encontrem em determinadas circunstâncias (Lei n.º 652)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 811

É autorizado o conselho administrativo do Instituto Superior de Agronomia a contratar um empréstimo de 70 000\$ para a conclusão do edifício destinado à instalação do referido instituto (Lei n.º 660)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 512

É determinado que possa ser ministrada também no Liceu Gil Vicente a prática pedagógica a que se refere o decreto que criou as Escolas Normais Superiores (Decreto n.º 2509)

1916, a. 1, n.º 5, p. 513

É fixado o número de lições semanais de cada uma das disciplinas de preparação pedagógica das Escolas Normais Superiores das Universidades de Letras de Lisboa e Coimbra (Decreto n.º 3097)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 490

Encerramento dos trabalhos escolares da Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra, no ano lectivo de 1915-1916 e autorização da transferência dos alunos daquela escola para a de Lisboa (Decreto n.º 2319)

1916, a. 1, n.º 2, p. 154

Época extraordinária de exames de Estado, durante os meses de Março e Abril de 1916, para os alunos do 5.º ano jurídico das Faculdades de Direito das Universidade de Coimbra e Lisboa (Lei n.º 498)

1916, a. 1, n.º 2, p. 153

Equiparação das cadeiras similares das Faculdades de Ciências e do Instituto Superior Técnico para o efeito de admissão à matrícula na Escola Naval (Decreto n.º 2466)

1916, a. 1, n.º 5, p. 519

Esclarece-se que o disposto no artigo 50.º do Decreto n.º 21 695 e nos artigos 28.º e 134.º do Decreto n.º 22 369 não modificou a organização da Faculdade de Letras relativamente às condições de habilitações para inscrição nas disciplinas das mesmas Faculdades (Portaria n.º 7783)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (305)

Estabelecem-se as bases do ensino de Letras sejam admitidos à matrícula no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa sem exigência de qualquer outra habilitação ou exame de admissão (Decreto n.º 20 309)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (247)

Estabelecem-se as condições em que os professores ordinários do Instituto Superior de Agronomia podem ausentar-se do exercício das suas funções ou missão científica (Decreto n.º 18 025)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (374)

Extingue-se a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, criam-se escolas de farmácia nas universidades de Lisboa e Coimbra e remodela-se o ensino farmacêutico (Decreto n.º 21 853)

1934, a. 5, fasc. 2, p. (358)

Fixa os institutos de investigação científica, os laboratórios de ensino e as clínicas escolares atribuídos à Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (Decreto n.º 17 194)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (332)

Fixa-se a despesa da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra para o ano económico de 1929-1930 (Decreto n.º 17 800)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (445)

Fixa-se a quantia a pagar pelos alunos das faculdades universitárias que num ano se matriculem em uma ou mais disciplina (Decreto n.º 17 557)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (333)

Fixação dos prazos para a entrega dos requerimentos para exames de Estado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e para a organização e exame dos processos (Decreto n.º 2467)

1916, a. 1, n.º 5, p. 512

Funda-se a secção de ciências pedagógicas (3.ª secção) nas Faculdades de Letras e criam-se dois liceus normais (Decreto n.º 18 973)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (605)

Funda-se um instituto de climatologia e hidrologia junto da Universidade do Porto (Decreto n.º 18 378)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (125)

Inclui-se no quadro dos assistentes da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa dois assistentes de neurologia especialmente destinados aos serviços de neurocirurgia (Decreto-lei n.º 24 103)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (20)

Os indivíduos diplomados em agronomia ou silvicultura por escolas estrangeiras podem ser nomeados, mediante concurso, professores substitutos do Instituto Superior de Agronomia (Lei n.º 724)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 512

Introduzem-se várias alterações na lei orgânica das Faculdade de Letras (Decreto n.º 18 003)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (173)

Introduzem-se várias alterações no regulamento do Instituto Superior Técnico de Lisboa, na parte referente ao recrutamento de professores (Decreto n.º 20 098)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (242)

Introduzem-se várias alterações no Decreto n.º 18 973, que funda a secção de ciências pedagógicas (3.ª secção) nas Faculdades de Letras e cria dois liceus normais (Decreto n.º 19 216)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (307)

Matrícula no 1.º ou no 2.º ano, cumulativamente com o ano seguinte, dos alunos da Faculdade de Medicina de Lisboa, que se encontram em determinadas situações (Lei n.º 478)

1916, a. 1, n.º 1, p. 45

Modificações introduzidas no estatuto da instrução universitária (Decreto n.º 16 623)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (167)

Nomeação de uma comissão para elaborar os regulamentos para a execução de decreto que criou as escolas normais superiores (Portaria)

1916, a. 1, n.º 4, p. 394

Nomeação de uma comissão para estudar as novas bases de ensino médico (Portaria)

1916, a. 1, n.º 3, p. 244

Organiza-se a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (Decreto n.º 18 739)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (582)

Organiza-se o Museu de Arte da Universidade de Coimbra (Decreto n.º 23 625)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (306)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (15)

Organização de um instituto anexo da Academia de Ciências de Portugal, fundado na cidade de Bragança com a denominação de Instituto Científico-Literário de Trás-os-Montes

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 492

Passagem de diplomas aos indivíduos habilitados com a parte escolar dos cursos especiais do Instituto Superior Técnico (Decreto n.º 2468)

1916, a. 1, n.º 5, p. 519

Permissão aos indivíduos habilitados com o curso das escolas normais primárias para se matricularem no curso de habilitação ao magistério primário superior (Lei n.º 488)

1916, a. 1, n.º 2, p. 151

Permissão para serem admitidos a novos exames os alunos do período transitório das Faculdades de Medicina que ficaram reprovados nalguns exames do 5.º ano e os que se não apresentaram a exame (Decreto n.º 3247)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 491

Põe-se de acordo a organização do curso complementar da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto com a do curso normal (Decreto n.º 19 513)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (445)

Programas de exames de admissão para os candidatos à matrícula no 1.º ano do Instituto Superior Técnico

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (340)

Promulga-se o regulamento da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra (Decreto n.º 24 396)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (24)

Promulgação de várias disposições sobre o funcionamento dos cursos das Faculdades de Medicina (Decreto n.º 16 863)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (191)

Os quatro exames do primeiro ciclo do curso das Faculdades de Medicina são considerados, para todos os efeitos, como exames académicos (Decreto n.º 2689)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 802

Reconhece-se como condição de preferência para o provimento de lugares de astrónomos existentes ou a criar nos observatórios astronómicos, bem como dos lugares de meteorologistas nos observatórios dependentes do Ministério da Instrução Pública, o título de engenheiro geógrafo conferido pelas universidades do país – mandam admitir os engenheiros geógrafos, sem dependência de outras habilitações, aos concursos para professores de geodesia e topografia dos institutos industriais (Decreto n.º 19 307)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (361)

Rectificação do Decreto n.º 16 795, que regulamenta os exames de admissão às universidades (Decreto n.º 16 795)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (326)

Reforça-se uma verba do orçamento do Ministério para o corrente ano económico destinada a pessoal assalariado da estação vitivinícola da Beira Litoral (Bairrada) (Decreto n.º 20 447)

1932, a. 2, fasc. 2, p. (524)

Regula-se a presença dos professores às sessões dos conselhos escolares, senado e assembleias universitárias – determina ser serviço de exames obrigatórios para todos os professores das faculdades e escolas (Decreto n.º 16 751)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (181)

Regula-se a prestação de serviços nos laboratórios e institutos universitários (Decreto n.º 18 649)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (548)

Regula-se a retribuição do serviço extraordinário de regência de cursos práticos, a que se refere o artigo 4.º do Decreto n.º 15 019, exercido pelos professores auxiliares e assistentes das universidades (Decreto n.º 16 803)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (182)

Regula-se a situação dos alunos do Instituto Superior de Agronomia que têm prestado e estão prestando serviço na campanha do trigo (Decreto n.º 17 576)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (372)

Regula-se o ingresso na faculdade e escolas de farmácia dos ajudantes de farmácia (Decreto-lei n.º 24 746)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (69)

Regula-se o provimento das vagas de professor no Instituto Superior de Agronomia (Decreto n.º 17 558)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (363)

Regula-se o provimento dos cargos de chefes de culturas e de oficinas do Instituto Superior de Agronomia (Decreto n.º 17 958)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (373)

Regula-se o recrutamento dos assistentes universitários (Decreto n.º 19 393)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (439)

Regulam-se as normas a seguir para a criação dos institutos de investigação científica (Decreto n.º 19 026)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (619)

Regulam-se os exames de admissão aos cursos superiores (Decreto n.º 19 946)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (29)

Regulam-se os exames de admissão aos cursos superiores, estabelecidos pelo artigo 7.º do Decreto n.º 19 244 (estatuto do ensino particular) (Decreto n.º 19 334)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (362)

Regulamentação dos exames de admissão às universidades (Decreto n.º 16 795)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (184)

Regulamenta-se a aplicação das dotações para acumulação de regências de trabalhos práticos nos estabelecimentos de ensino superior (Decreto n.º 20 258)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (4)

Regulamentam-se as condições em que deve ser feito o exame de admissão à primeira matrícula na Escola Superior de Medicina Veterinária (Decreto n.º 17 272)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (355)

Regulamentam-se as condições em que deve ser feito o exame de admissão ao Instituto Superior de Agronomia (Decreto n.º 17 273)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (359)

Regulamento dos exames de Estado nas Escolas Normais Superiores das universidades de Lisboa e de Coimbra (Decreto n.º 3330)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 702

Remodelação do quadro dos primeiros e segundos assistentes da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (Decreto n.º 16 318)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (161)

Reorganiza-se o ensino nas faculdades de ciências (Decreto n.º 18 477)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (143)

Reorganizam-se as faculdades de farmácia (Decreto n.º 18 432)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (129)

Reorganizam-se as faculdades de medicina (Decreto n.º 18 310)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (101)

Restringe-se a aplicação das disposições do artigo 6.º do Decreto n.º 18 594 às escolas superiores a que respeitam (Decreto n.º 19 391)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (438)

Revoga-se o Decreto n.º 13 273 e estabelece-se a forma de resolver as reclamações actualmente pendentes (Decreto n.º 18 559)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (171)

Revogação do disposto no n.º 2 da Portaria de 14 de Outubro de 1911, sobre matrículas nas Universidades de Lisboa e Porto (Portaria n.º 539)

1916, a. 1, n.º 2, p. 149

Sobre a regência do Curso de Medicina Legal professado nas Faculdades de Direito das Universidades de Coimbra e Lisboa (Lei n.º 499)

1916, a. 1, n.º 2, p. 154

Suspensão de uma disposição no plano de organização da Faculdade Técnica da Universidade do Porto (Decreto n.º 2283)

1916, a. 1, n.º 2, p. 153

Terminação do ano lectivo corrente na Faculdade de Estudos Sociais e de Direito da Universidade de Lisboa (Decreto n.º 2246)

1916, a. 1, n.º 2, p. 151

Terminação do ano lectivo de 1915-1916 na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Decreto n.º 2458)

1916, a. 1, n.º 5, p. 512

Terminação do ano lectivo de 1916-1917 em 30 de Junho e começo, em 1 de Março, do 2.º semestre escolar, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Decreto n.º 3013)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 489

Torna-se facultativa, a partir do ano lectivo de 1933-1934, inclusive, a disciplina de geologia para os alunos do curso de engenheiro geógrafo, estabelecido nas faculdades de ciências de Coimbra, Lisboa, e Porto pelos Artigos 2.º e 4.º do Decreto n.º 18 477 (Decreto n.º 24 104)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (22)

Torna-se obrigatória a frequência em todas as disciplinas que constituem o plano de estudos das escolas normais e superiores (Decreto n.º 17 603)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (335)

Tornam-se obrigatórios no 4.º ano do curso médico os exames finais de patologia e terapêutica médicas e cirúrgicas para todos os alunos matriculados nas faculdades de medicina, etc. (Decreto n.º 16 829)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (189)

Unificam-se os serviços meteorológicos (Decreto n.º 19 147)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (622)

ENSINO TÉCNICO

Ampliação e modificação da legislação sobre o ensino agrícola (Lei n.º 824)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 753

Aprova-se a remodelação do ensino médio agrícola e a do ensino elementar agrícola (Decreto n.º 19 908 e 19 909)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (187)

Aprova-se a organização do ensino técnico profissional (Decreto n.º 20 420)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (288)

Aprova-se o regulamento da secção do ensino técnico do Conselho Superior de Instrução Pública (Decreto n.º 18 690)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (319)

Aprova-se o regulamento das escolas de regentes agrícolas (Decreto n.º 22 427)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (334)

Aprova-se o regulamento do Instituto Comercial de Lisboa (Decreto n.º 20 804)

1933, a. 4, fasc. 2, p. (426)

Aprova-se o regulamento do Instituto Industrial de Lisboa (Decreto n.º 20 553)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (453)

Aprova-se o regulamento dos concursos de provas públicas aos lugares de professores extraordinários e auxiliares do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa (Decreto n.º 20 076)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (237)

Aprovação do regulamento da organização do ensino elementar industrial e comercial (Decreto n.º 2609-E)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 818

Aprovação do regulamento para o exame de admissão à Escola de Construções, Indústria e Comércio, no ano lectivo de 1917-1918 (Decreto n.º 3276)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 509

Aprovação dos estatutos da Liga de Instrução e Educação da Escola Industrial do Professor Benevides e autorização para a mesma associação se instalar no edifício da referida escola (Portaria n.º 958)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 499

Composição dos cursos que devem ser professados na Escola Industrial do Professor Benevides (Decreto n.º 2788)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 899

Concessão de dispensa dos respectivos tirocínios aos ex-alunos do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa que completam este ano o curso na Escola de Construções, Indústria e Comércio, sempre que provem não os ter pedido fazer em consequência de prestação de serviço militar (Decreto n.º 2609-T)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 898

Considera-se em vigor, a partir do ano lectivo de 1932-1933, em todas as escolas de ensino técnico profissional os programas que fazem parte do presente decreto (Decreto n.º 21 126)

1933, a. 4, fasc. 2, p. (482)

Consideram-se em vigor, a partir do ano lectivo de 1932-1933, em todas as escolas do ensino médio agrícola os programas das disciplinas ministradas nas escolas de regentes agrícola (Decreto n.º 21 476)

1934, a. 5, fasc. 1, p. (90)

Cria-se na Escola Industrial de Faria Guimarães, do Porto, um curso de fiação e tecelagem (Decreto n.º 17 559)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (371)

Criação de um curso de condutores de máquinas na Escola Industrial da Casa Pia de Évora (Decreto n.º 3645)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 752

Criação de um lugar de professor da 10.^a disciplina do curso preparatório para a Escola de Construções, Indústria e Comércio, professado na Escola de Rodrigues de Sampaio (Lei n.º 598)

1916, a. 1, n.º 4, p. 399

Define-se a composição do curso de Quimicotecnia dos institutos médios industriais (Decreto n.º 23 524)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (464)

Define-se a situação dos antigos diplomados pelo Instituto Industrial e Comercial de Coimbra (Decreto n.º 22 313)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (213)

Desdobra-se a Escola Industrial de Fonseca Benevides (arte aplicada) em duas escolas industriais (Decreto-lei n.º 24 747)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (364)

Designação dos professores que devem regular a orientação pedagógica do ensino de Desenho nas escolas industriais e comerciais (Decreto n.º 3108-F)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 498

Determina-se que as escolas técnicas profissionais do Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, a cargo das juntas gerais, fiquem, quanto à organização dos cursos, fiscalização do ensino e recrutamento do pessoal, na dependência do Ministério da Instrução Pública (Decreto n.º 18 983)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (635)

Determina-se que fiquem subordinados à Inspeção de Sanidade Escolar e Educação Física do Ministério da Instrução Pública os serviços médico-pedagógicos e de higiene escolar das escolas agrícolas e do ensino industrial e comercial a que se referem os Decretos n.º 4 815 e 6 167 (Decreto n.º 17 278)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (362)

Distribuição do tempo dos exercícios escolares nas escolas de ensino elementar industrial e comercial (Decreto n.º 2195)

1916, a. 1, n.º 1, p. 47

Esclarece-se o artigo 66.º do regulamento do Instituto Comercial de Lisboa, aprovado pelo Decreto n.º 20 804, na parte referente ao provimento de professores assistentes do 3.º grupo do referido Instituto (Decreto n.º 21 038)

1933, a. 4, fasc. 2, p. (476)

Estabelece-se o regime de faltas, bem como as normas de classificação dos estágios, para os estagiários do ensino técnico profissional (Decreto n.º 20 821)

1933, a. 4, fasc. 2, p. (477)

Esclarecem-se e modificam-se várias disposições do Decreto n.º 18 420, que promulga a organização do ensino técnico profissional (Decreto n.º 19 027)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (638)

A Escola Industrial e Comercial de Braga passa a funcionar no edifício onde está instalado o Liceu de Sá de Miranda, e no quadro das disciplinas da mesma escola é incluída a disciplina de inglês (Lei n.º 589)

1916, a. 1, n.º 4, p. 398

Estabelece-se que a disciplina de inglês seja regida nos 2.º e 3.º anos dos cursos da Escola de Bartolomeu dos Mártires, em Braga (Decreto n.º 3500)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 750

Estabelecem-se as bases do ensino técnico médio comercial e industrial (Decreto n.º 20 328)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (249)

Estabelecem-se as normas de classificação nos concursos documentais para os lugares profissionais técnicos ou professores regentes das escolas agrícolas (elementares e médias) (Decreto n.º 20 946)

1934, a. 5, fasc. 1, p. (88)

Estabelecem-se normas para o recrutamento do pessoal docente das escolas superiores e médias do ensino técnico (Decreto n.º 18 594)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (316)

Estabelecem-se os programas das disciplinas técnicas do ensino elementar agrícola (Decreto n.º 22 972)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (431)

Extingue-se o Instituto Superior de Comércio do Porto e determina-se que as duas secções do Instituto Industrial e Comercial do Porto passem a funcionar separadamente, constituindo uma o Instituto Industrial do Porto e outra o Instituto Comercial do Porto (Decreto-lei n.º 22 739)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (425)

Introduzem-se várias alterações no Decreto n.º 20 328, que estabelece as bases do ensino técnico médio comercial e industrial (Decreto-lei n.º 24 753)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (367)

Forma de provimento dos lugares de mestres de oficinas nas escolas industriais (Decreto n.º 2653)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 898

Manda-se pôr em vigor em todas as escolas do ensino técnico profissional, a partir do ano lectivo de 1932-1933, os programas das disciplinas profissionais (Decreto n.º 21 839)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (118)

Modifica-se o Decreto n.º 19 909, que reorganizou o ensino profissional elementar agrícola, na parte referente aos alunos das escolas práticas de agricultura (Decreto n.º 24 245)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (269)

Modifica-se o Decreto n.º 20 934, que constitui em fundo de assistência aos alunos do ensino técnico profissional, que se denominará "Fundo permanente de seguros escolares", e regula o seu funcionamento (Decreto-lei n.º 24 618)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (357)

Nomeação de uma comissão para proceder à elaboração de um projecto de regulamento do ensino elementar industrial e comercial (Portaria)

1916, a. 1, n.º 2, p. 156

Organiza-se o ensino técnico profissional (Decreto n.º 18 420)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (196)

Organização do cadastro do pessoal dos estabelecimentos de ensino dependentes da repartição de instrução industrial e comercial (Decreto n.º 3004)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 494

Organização do quadro da secretaria e do pessoal menor da Escola Comercial de Ferreira Borges (Lei n.º 777)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 511

Organizam-se os cursos liceais das escolas de regentes agrícolas (Decreto n.º 22 220)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (209)

Permissão para o estabelecimento provisório do regime de internato para os alunos nas escolas práticas de agricultura (Decreto n.º 2669)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 901

Programa das matérias para o exame de admissão na Escola de Construções, Industria e Comércio, no ano lectivo 1916-1917 (Portaria n.º 659)

1916, a. 1, n.º 3, p. 245

Programa das matérias para o exame de admissão à Escola de Construções, Industria e Comércio, no ano lectivo de 1917-1918 (Portaria n.º 1024)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 505

Programa das matérias para o exame de admissão no Instituto Industrial de Lisboa no ano lectivo de 1929-1930

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (241)

Programa dos exames de admissão aos Institutos Superiores de Comércio de Lisboa e Porto (Decreto n.º 14 291)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (629)

Promulgam-se diversas disposições acerca da preparação do pessoal docente do ensino técnico profissional (Decreto-lei n.º 24 571)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (340)

Reconhece-se como oficial o curso comercial do Ateneu Comercial de Lisboa, que passará a chamar-se Escola Comercial do Ateneu Comercial de Lisboa (Decreto-lei n.º 22 586)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (422)

Reconhecimento da existência legal da Associação Escolar da Escola Preparatória de Rodrigues Sampaio e aprovação dos seus estatutos (Portaria n.º 751)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 811

Regula-se a admissão ao estágio no ensino técnico profissional (Decreto n.º 21 645)

1934, a. 5, fasc. 1, p. (129)

Regula-se a constituição dos conselhos administrativos nas escolas do ensino médio industrial, comercial e agrícola e nas do ensino técnico profissional (Decreto n.º 22 275)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (211)

Regula-se a nomeação de directores e os concursos para professores efectivos das escolas técnicas profissionais do Funchal, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada (Decreto n.º 18 595)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (318)

Regula-se a situação dos professores agregados do ensino técnico profissional admitidos por concurso de provas públicas (Decreto n.º 20 990)

1933, a. 4, fasc. 2, p. (478)

Regula-se o exercício das funções nos cargos de direcção das escolas superiores do ensino técnico (Decreto n.º 16 966)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (338)

Regula-se o regime de exames finais nas escolas superiores e médias dependentes da Direcção Geral do Ensino Técnico (Decreto n.º 19 781)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (180)

Regulam-se as normas para a formação pedagógica dos professores do ensino técnico profissional (Decreto n.º 19 565)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (170)

Regulam-se as normas para a admissão ao estágio das escolas do ensino técnico profissional e estabelece as propinas respectivas (Decreto n.º 20 530)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (449)

Regulamento para os exames de admissão na Escola de Construções, Indústria e Comércio, no ano lectivo de 1916-1917 (Decreto n.º 2419)

1916, a. 1, n.º 4, p. 397

Regulariza-se a falta de comparência dos professores do ensino técnico profissional às reuniões dos conselhos escolares (Decreto n.º 21 421)

1934, a. 5, fasc. 1, p. (89)

Revogação do Decreto n.º 2788, que ampliou os cursos professados na Escola Benevides, a qual passa a denominar-se Escola Industrial e Comercial Benevides, e criação, na mesma escola, do curso elementar de comércio (Decreto n.º 3573)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 751

Substituição dos membros da Comissão Disciplinar da Escola de Construções, Indústria e Comércio durante os seus impedimentos (Decreto n.º 2605)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 818

MUSEUS E MONUMENTOS

Aprova-se o regulamento do Museu Regional de Alberto Sampaio, da Cidade de Guimarães (Decreto n.º 21 514)

1934, a. 5, fasc. 1, p. (15)

Aprovação do regulamento do Museu Nacional de Arte Antiga (Decreto n.º 2284-D)

1916, a. 1, n.º 2, p. 160

Aprovação do regulamento do Museu Nacional de Arte Contemporânea (Decreto n.º 3026)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 513

Classificação de monumentos nacionais (Decreto n.º 3027)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 517

Cria-se na cidade de Castelo Branco um museu regional de arte, arqueologia e etnografia (Decreto n.º 16 578)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (198)

Criação de um museu regional de obras de arte, arqueologia e numismática, na cidade de Lamego (Decreto n.º 3074)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 518

Criação de um museu regional de obras de arte, arqueologia e numismática, na cidade de Leiria (Decreto n.º 3553)

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 783

Criação de um museu regional de obras de arte e peças arqueológicas na cidade de Viseu, sob a denominação de "Museu de Grão Vasco" (Decreto n.º 2284-C)

1916, a. 1, n.º 2, p. 159

Concurso para provimento de dois lugares de conservadores vagos no Museu Nacional de Arte Antiga

1916, a. 1, n.º 3, p. 251

Considera-se o lugar de director do Museu de Etnológico Português inerente ao de professor catedrático ou auxiliar da Faculdade de Letras de Lisboa (Decreto n.º 16 640)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (166)

É declarada monumento nacional a Igreja de Santa Maria de Marvila, da cidade de Santarém (Decreto n.º 3318)

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 523

É aprovado o regulamento do Museu Regional de D. Lopo de Almeida, de Abrantes (Decreto n.º 7970)

1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3, p. 45

É encarregado um conservador do Museu de Arte Antiga de promover a inventariação das peças de cerâmica artística existentes no país (Decreto)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 915

A Igreja de Lourosa, do Concelho de Oliveira do Hospital, é classificada como monumento nacional (Decreto n.º 2445)

1916, a. 1, n.º 4, p. 400

A Igreja Matriz da Ermida, no concelho de Castro Daire, considerada monumento nacional (Decreto n.º 2303)

1916, a. 1, n.º 2, p. 168

O Mosteiro de Travanca, no Concelho de Amarante, considerado monumento nacional (Decreto n.º 2199)

1916, a. 1, n.º 1, p. 45

Proibição aos funcionários encarregados do arrolamento ou conservação de objectos artísticos pertencentes ao Estado, ou da sua aquisição para os museus nacionais, de negociar em objectos da mesma natureza (Lei n.º 483)

1916, a. 1, n.º 1, p. 46

Regulamenta-se o estágio que os Conservadores de museus são obrigados a fazer no Museu Nacional de Arte Antiga (Decreto n.º 22 110)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (49)

Reorganiza-se o Museu de Soares dos Reis, da cidade do Porto, que passará a denominar-se Museu Nacional de Soares dos Reis (Decreto n.º 21 504)

1934, a. 5, fasc. 1, p. (13)

Reorganiza-se o Museu Etnológico do Dr. Leite Vasconcelos (Decreto n.º 18 237)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (321)

SECRETARIA GERAL

Abre-se concurso para o provimento dos lugares de médicos escolares, que se realizará no decurso do mês de Novembro próximo (Decreto n.º 22 752)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (14)

Aditamento à legislação da Academia de Ciências de Portugal

1916, a. 1, n.º 5, p. 514

Alteram-se várias disposições orgânicas do Ministério da Instrução Pública (Decreto n.º 18 593)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (9)

Aprova as normas a seguir para a publicação do Dicionário bio-biográfico, elaborado pela Academia das Ciências de Lisboa (Portaria n.º 7338)

1933, a. 4, fasc. 2, p. (545)

Aprova-se o método de leitura e escrita do sistema Braille, para uso dos cegos, que faz parte deste decreto (Decreto n.º 18 373)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (6)

Aprova-se o regulamento da Junta de Educação Nacional (Decreto n.º 20 352)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (7)

Aprova-se o regulamento do Centro de Estudos Fisiológicos da Junta de Educação Nacional (Decreto n.º 21 429)

1934, a. 5, fasc. 1, p. (152)

Aprova-se o regulamento dos serviços de Educação artística da Junta de Educação Nacional (Decreto n.º 19 572)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (16)

Aprova-se o regulamento interno da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Portaria n.º 7594)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (78)

Aprovam-se os estatutos da Associação Académica de Coimbra (Portaria n.º 7743)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (218)

Aprovam-se os estatutos da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (Decreto-lei n.º 23 584)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (238)

Aprovam-se os estatutos da Associação dos Educadores Portugueses, (Decreto n.º 19 413)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (3)

Aprovam-se os estatutos da Associação dos Escoteiros de Portugal (Decreto n.º 21 397)

1934, a. 5, fasc. 1, p. (145)

Aprovam-se os novos estatutos da Caixa de Previdência dos Médicos Portugueses (Decreto n.º 23 623)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (249)

Aprovam-se os estatutos da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos (Portaria n.º 7948)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (7)

Autoriza-se o Ministro da Instrução Pública a prover, sempre que circunstâncias especiais assim o exijam, os lugares de directores de quaisquer estabelecimentos de ensino com dispensa das disposições reguladoras do provimento dos referidos cargos (Decreto n.º 17 575)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (377)

Autorização aos conselhos escolares dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério de Instrução para abonarem as faltas dadas pelos respectivos alunos por motivos de dúvidas na interpretação e aplicação dos regulamentos escolares (Lei n.º 528)

1916, a. 1, n.º 3, p. 243

Autorização para o Ministro de Instrução Pública conceder estágios em centros estrangeiros aos professores oficiais (Decreto n.º 16 409)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (10)

Colocam-se os professores de ensino superior num regime de faltas adequado à natureza especial da função que lhes cumpre desempenhar (Decreto n.º 22 224)

1934, a. 5, fasc. 2, p. (188)

Cria-se no Ministério a comissão do cinema educativo com o fim de promover e fomentar nas escolas portuguesas o uso do cinema como meio de ensino (Decreto n.º 20 859)

1933, a. 4, fasc. 1, p. (3)

Cria-se no Ministério da Instrução Pública a Direcção Geral da Saúde Escolar, que superintenderá em tudo que respeite às condições sanitárias, médico-pedagógicas e higiénicas do pessoal discente das escolas oficiais e particulares, dos respectivos meios de ensino e edifícios (Decreto n.º 22 751)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (10)

Cria-se no Ministério da Instrução Pública a Repartição de Educação Física a e regulariza-se o seu funcionamento (Decreto n.º 21 034)

1933, a. 4, fasc. 1, p. (24)

Cria-se uma Junta Nacional de Escavações e Antiguidades, que funcionará junto da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (Decreto n.º 23 125)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (301)

Cria-se o Conselho de Disciplinas do Magistério (Decreto n.º 18 934)

1931, a. 2, fasc. 2, p. (333)

Cria-se o curso de peritos orientadores de Psicotécnica no Instituto de Orientação Profissional de Maria Luísa Barbosa de Carvalho e definem-se as atribuições das delegações do mesmo Instituto (Decreto n.º 22 754)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (38)

Criação da Junta de Educação Nacional (Decretos n.ºs 16 318 e 17 456)

1929, a. 1, n.º 1/2, p. (3)

Criação de uma secção especial no Conselho de Instrução Pública para apreciação e julgamento do valor pedagógico dos livros escolares (Decreto n.º 2603)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 708

Dão-se condições de eficiência às disposições da legislação que regula os procedimentos disciplinares sobre o pessoal docente dependente do Ministério (Decreto n.º 21 419)

1934, a. 5, fasc. 1, p. (151)

Decretos providenciando sobre a preparação militar dos alunos de estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério de Instrução (Decreto n.º 2373, Decreto n.º 2379, Decreto n.º 2384, Decreto n.º 2385, Decreto n.º 2386)

1916, a. 1, n.º 3, p. 237

Decretos providenciando sobre a preparação militar dos alunos de estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério de Instrução (Decreto n.º 2412, Decreto n.º 2413)

1916, a. 1, n.º 4, p. 383

Definem-se as atribuições dos comissários do governo junto do Teatro de S. Carlos e do Teatro Nacional de Almeida Garrett (Decreto n.º 22 333)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (72)

Desligam-se os serviços do ensino secundário da Direcção Geral do Ensino Superior, Secundário e Artístico, a qual passa a ter a designação de Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes – fixa o quadro do pessoal da repartição do ensino secundário (Decreto n.º 18 082)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (382)

Determina-se que, a partir do ano de 1933, apenas sejam admitidos à matrícula nas universidades os indivíduos que, além das outras condições previstas nas leis orgânicas de cada uma das faculdades, institutos ou escolas, tenham prestado com êxito o respectivo exame de admissão (Decreto n.º 21 689)

1934, a. 5, fasc. 1, p. (167)

Determina-se que as normas referidas no § 2.º do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 22 751 (Serviço de Saúde Escolar), quando se destinem a estabelecimentos de ensino particular, sejam sujeitas a prévio acordo como o inspector geral do ensino particular – regula o provimento dos lugares de inspectores de saúde escolar (Decreto n.º 22 826)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (217)

Determina-se que nos estabelecimentos dependentes da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes e da Direcção Geral do Ensino Técnico os horários dos serviços escolares sejam organizados de modo que as aulas se sucedam sem intervalos, salvo o normalmente estabelecido para refeição (Decreto n.º 20 565)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (32)

Determina-se que todas as direcções de estabelecimentos dependentes do Ministério enviem mensalmente, às direcções gerais ou direcções de serviço a que estão subordinados, nota exacta de todas as faltas dadas pelo seu pessoal (Decreto n.º 20 257)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (3)

Dispensam-se de portaria especial e do pagamento de propinas extraordinárias os alunos habilitados por qualquer escola oficial das colónias portuguesas que requeiram até 15 de Novembro de cada ano, num dos dez dias seguintes ao da sua chegada à metrópole, matrícula nos liceus e nos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública (Decreto n.º 23 178)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (217)

É encarregada uma comissão de propor ao Governo as edições oficiais e definitivas do hino nacional “A Portuguesa” (Decreto)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 909

Esclarece-se a latitude da expressão "exactidão nas doutrinas", inserta no artigo 13.º do Decreto n.º 19 605, na parte que respeita ao compêndio de História pátria para o ensino secundário e técnico (Decreto n.º 21 103)

1933, a. 4, fasc. 1, p. (27)

Estabelecem-se as disposições pelas quais se deve reger o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia (Decreto n.º 22 338)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (5)

Estabelecem-se as normas a que devem obedecer no corrente ano lectivo a matrícula no curso de peritos orientadores, instituídos junto do Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho (Portaria n.º 7714)

1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (303)

Estabelecem-se as provas teóricas de higiene e educação física, oftalmologia e otorrinolaringologia a prestar no concurso de provas públicas para o provimento do lugar de médico efectivo dos estabelecimentos dependentes do Ministério da Instrução Pública (Decreto n.º 19 932)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (23)

Excluem-se da frequência dos estabelecimentos de ensino a que pertençam, dependentes do Ministério da Instrução Pública, os alunos que durante três anos sucessivos ou cinco alternados não tenham três aprovações em nenhuma disciplina ou classe (Decreto n.º 21 681)

1934, a. 5, fasc. 1, p. (166)

Fixam-se as normas do recrutamento dos médicos dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública (Decreto n.º 19 893)

1932, a. 3, fasc. 1, p. (21)

A Inspeção de Sanidade Escolar passa a funcionar sob a dependência directa da Secretaria Geral do Ministério (Decreto n.º 2549)

1916, a. 1, n.º 6/12, p. 709

Institui-se no Ministério da Instrução Pública a Organização Escotista de Portugal (Decreto n.º 21 434)

1934, a. 5, fasc. 1, p. (156)

Instrumento do acordo firmado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, em 30 de Abril de 1931, para a unidade ortográfica da língua portuguesa

1932, a. 3, fasc. 1, p. (128)

Louvores públicos por serviços prestados à instrução (Portarias)

1916, a. 1, n.º 1, p. 35

Louvores públicos por serviços prestados à instrução e à arte nacional (Portarias)

1916, a. 1, n.º 2, p. 169

1916, a. 1, n.º 3, p. 252

1916, a. 1, n.º 5, p. 521

1917, a. 2, n.º 13/16, p. 234

1917, a. 2, n.º 17/19, p. 524

1917, a. 2, n.º 20/22, p. 784

Mandam-se aditar várias frases à lista das frases a inserir nos livros de leitura da 6.ª e 7.ª classes de letras dos liceus (Portaria n.º 7362)

1933, a. 4, fasc. 1, p. (23)

Mandam-se aditar várias frases ao Decreto n.º 21 014, que torna obrigatória a inserção de determinados trechos nos livros de leitura adoptados oficialmente (Portaria n.º 7323)

1933, a. 4, fasc. 1, p. (20)

Modifica-se o regime de escolha de livros a adoptar nos liceus e as escolas de ensino técnico profissional (Decreto-lei n.º 23 982)

1936, a. 7, fasc. 1, p. (3)

Permite-se aos professores oficiais constituírem associações com o fim de promoverem o estudo e a defesa dos interesses do ensino e em especial o aperfeiçoamento pedagógico do professorado (Decreto n.º 17 938)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (379)

Proíbe-se a afixação de tabuletas e cartazes em língua estrangeira, excepto quando se trate de filiais de casas que não sejam portuguesas (Decreto n.º 17 950)

1930, a. 1, n.º 3/4, p. (378)

Proíbe-se o uso de língua estrangeira nas tabuletas, cartazes, anúncios, reclamos, marcas de fábricas e de comércio nacional, e bem assim nas listas de mesas de hotéis, restaurantes, casas de pasto e outros estabelecimentos similares (Decreto n.º 18 218)

1931, a. 2, fasc. 1, p. (3)

Promove-se o estatuto do ensino particular (Decreto n.º 20 613)

1932, a. 3, fasc. 2, p. (545)

Promulga-se o novo estatuto do ensino particular (Decreto n.º 23 447)

1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (472)

Providências para que os alunos de várias escolas dependentes do Ministério da Instrução Pública, admitidos à matrícula na Escola de Guerra, tenham concluído os seus exames a tempo de poderem apresentar-se na referida escola, no dia de abertura (Decreto n.º 3137)
1917, a. 2, n.º 13/16, p. 207

Públicos testemunhos de louvor (Portarias)
1922, s. 2, a. 3, n.º 1/3, p. 49

Rectificação do Decreto n.º 18 104, que reorganiza o Conselho Superior de Instrução Pública (Decreto n.º 18 104)
1930, a. 1, n.º 3/4, p. (383)

Rectificam-se os pensamentos constantes do Decreto n.º 22 040, na parte destinada às escolas primárias, liceus, bibliotecas, estabelecimentos de ensino artístico e de ensino particular (Decreto n.º 22 040)
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (3)

Regula-se o funcionamento das instituições associativas escolares destinadas a fins culturais e beneficentes (Decreto n.º 21 566)
1934, a. 5, fasc. 1, p. (159)

Regula-se o procedimento disciplinar sobre o pessoal docente dependente do Ministério (Decreto n.º 19 794)
1932, a. 3, fasc. 1, p. (18)

Regulamentam-se, com respeito ao pessoal do ensino superior, algumas disposições do Decreto n.º 19 478, que estabelece as condições reguladoras da comparência dos funcionários e das suas faltas ao serviço (Decreto n.º 21 603)
1934, a. 5, fasc. 1, p. (182)

Regulamentam-se os serviços da Direcção Geral da Saúde Escolar (Decreto n.º 23 807)
1936, a. 7, fasc. 1, p. (401)

Regulamento da Junta de Educação Nacional (Decreto n.º 17 037)
1929, a. 1, n.º 1/2, p. (50)

Regulamento do Ministério de Instrução Pública (Decreto n.º 2946)
1916, a. 1, n.º 6/12, p. 694

Regulamento do Ministério da Instrução Pública (Decreto n.º 16 836)
1929, a. 1, n.º 1/2, p. (28)

Regulamento do serviço e do provimento das escolas de língua, história e geografia portuguesas no estrangeiro
1916, a. 1, n.º 1, p. 56

Remodelam-se os serviços da Junta de Educação Nacional (Decreto n.º 19 552)
1932, a. 3, fasc. 1, p. (8)

Remodelam-se os serviços do Instituto de Orientação Profissional de Maria Luísa Barbosa de Carvalho (Decreto n.º 22 753)
1935, a. 6, fasc. 1/2, p. (35)

Reorganização dos serviços do Ministério de Instrução Pública (Decreto n.º 16 481)
1929, a. 1, n.º 1/2, p. (12)

Sobre a época em que deve ser qualificado o serviço dos professores de instrução primária
1916, a. 1, n.º 3, p. 244

Sobre a importância dos emolumentos e selos a cobrar pelas certidões passadas pelas inspecções dos círculos escolares (Circular)
1916, a. 1, n.º 3, p. 243

Sobre educação cívica: circulares expedidas pela secretaria geral em Maio e Junho de 1915
1916, a. 1, n.º 1, p. 27

Torna-se obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino primário, secundário, técnico (profissional e médio) e artístico, em todos os estabelecimentos de ensino particular e em todas as bibliotecas públicas a afixação de diversos pensamentos nas paredes das respectivas salas de aulas e leitura, corredores e pátios (Decreto n.º 22 040)
1934, a. 5, fasc. 2, p. (177)

Torna-se obrigatório a inserção de determinados trechos nos livros de leitura adoptados oficialmente (Decreto n.º 21 014)
1933, a. 4, fasc. 1, p. (7)

Tornam-se aplicáveis a todos os funcionários docentes dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública as disposições do Decreto n.º 19 794 (procedimento disciplinar a adoptar), podendo as transferências resultantes da aplicação das respectivas penalidades efectuar-se para escolas da mesma índole e categoria (Decreto n.º 23 531)
1935, a. 6, fasc. 3/4, p. (238)

Regula-se a formação dos professores do 10.º grupo dos liceus – extingue-se na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa a cadeira anexa de História da música e Canto coral e cria-se no Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes) as disciplinas anuais de Pedagogia geral da Música e História geral da música (Decreto n.º 22 219)
1934, a. 5, fasc. 2, p. (182)

Transferência do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia para o Ministério de Instrução (Decreto n.º 16 662)
1929, a. 1, n.º 1/2, p. (22)

Transferência para o Ministério de Instrução Pública das escolas e estabelecimentos dependentes dos Ministérios do Comércio e Agricultura (Decreto n.º 16 729)
1929, a. 1, n.º 1/2, p. (24)

Uniformizam-se e coligem-se num só diploma todas as disposições legais referentes à disciplina académica (Decreto n.º 21 160)
1933, a. 4, fasc. 1, p. (29)